

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)

CREMILTON DE SOUZA SANTANA

**A POSIÇÃO-SUJEITO MULHER POLICIAL NAS CORPORAÇÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL: O ACONTECIMENTO DISCURSIVO E A
CIRCULAÇÃO-CONFRONTO DE SENTIDOS NAS REDES**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

CREMILTON DE SOUZA SANTANA

**A POSIÇÃO-SUJEITO MULHER POLICIAL NAS CORPORAÇÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL: O ACONTECIMENTO DISCURSIVO E A
CIRCULAÇÃO-CONFRONTO DE SENTIDOS NAS REDES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em nível de Doutorado Acadêmico, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística.

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso.

Projeto Temático: Discursividades da rede midiática digital e relações de territorialidade virtual.

Orientadora: Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

S223p	Santana, Cremilton de Souza. A posição-sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil: o acontecimento discursivo e a circulação-confronto de sentimentos nas redes. / Cremilton de Souza Santana; orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. – Vitória da Conquista, 2024. 168f. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Inclui referência F. 155 – 168. 1. Memória – Acontecimento discursivo. 2. Sujeito mulher policial. 3. Discurso machista-militarista. 4. Formações imaginárias. I. Cortes, Gerenice Ribeiro de Oliveira (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III CDD: 305.42
-------	--

Catálogo na fonte: *Karolyne Alcântara Profeta* — CRB 5/2134
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The subject-position of women police officers in brazil's public security forces: the discursive event and the circulation-clash of meanings in networks

Palavras-chave em inglês: Memory and Discursive Event; Female Police Officer as Subject; Sexist and Militaristic Discourse; Imaginary Formations.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB), Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB), Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE) e Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira (UFSM) – Membros Titulares

Data da defesa: 17 de dezembro de 2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8507-9958>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6477101935788893>

CREMILTON DE SOUZA SANTANA

**O SUJEITO-MULHER POLICIAL NAS CORPORAÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO BRASIL: ACONTECIMENTO DISCURSIVO E A CIRCULAÇÃO-
CONFRONTO DE SENTIDOS NAS REDES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 17 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Instituição: UESB – Presidente-Orientadora

Ass.: 

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.: 

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.: 

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli
Instituição: UFPE – Membro Titular

Ass.:  **FERNANDA CORREA SILVEIRA GALLI**
Data: 18/12/2024 15:59:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira
Instituição: UFSM – Membro Titular

Ass.:  **VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA**
Data: 18/12/2024 18:56:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

A Deus.

À minha família.

A todos aqueles que caminharam junto comigo nesta etapa,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é lançar uma ponte de palavras ao coração de cada pessoa que tornou possível essa caminhada. Ao longo desse trajeto, foram tantas as mãos que me apoiaram que receio deixar de lado algum nome merecedor de minha gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus, pois a minha vida e meus sonhos também pertencem a Ele. Seus desígnios guiaram cada passo, e neles confio para o que ainda está por vir.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), meu reconhecimento por me proporcionarem o espaço e as condições para realizar essa formação.

Aos professores e funcionários que representam essa casa do saber o meu agradecimento pelo acolhimento e suporte.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin - UESB).

À minha orientadora, Profa. Dra. Gerenice Cortes, agradeço pela dedicação e excelência que se materializam em seu trabalho. Sou grato por seu incentivo, confiança e por cada partilha generosa ao longo dessa trajetória.

Sua orientação foi muito além de um guia acadêmico; foi uma bússola, sempre apontando para novas possibilidades e me encorajando a ultrapassar meus próprios limites. Em cada encontro, sua confiança renovava minha coragem para seguir adiante nessa árdua e desafiadora jornada de pesquisa acadêmica no Brasil. Agradeço por cada palavra de incentivo, por sua generosidade e pelas valiosas partilhas de conhecimento, que cultivaram em mim o desejo contínuo de trilhar o caminho do saber.

Às estimadas Professoras Doutoras Edvania Gomes da Silva, Maria da Conceição Fonseca-Silva e Fernanda Correa Silveira Galli, que compuseram minha banca de qualificação e defesa, agradeço a disposição em avaliar este trabalho e pelas contribuições inestimáveis, fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento desta tese.

À Profa. Dra. Verli Petri manifesto meus agradecimentos pela presença na banca de defesa, cujas observações e reflexões enriqueceram significativamente este estudo.

A toda minha família, pelo apoio em cada etapa desta jornada.

Aos colegas do projeto temático – Lucinéia, Paula, Rosiene, Aline Pereira, Monik, Victor, Kenia, Aline Dourado e Patrícia – minha gratidão pelo companheirismo e pelas reflexões que tornaram esses anos de estudo mais ricos e significativos.

Às escolas em que trabalho e aos meus alunos, meu agradecimento pela compreensão e apoio durante o período de desenvolvimento desta pesquisa.

Todas as vitórias ocultam uma abdicação
(Simone de Beauvoir).

RESUMO

Neste estudo, objetivamos analisar o ingresso da mulher nas corporações de segurança pública do Brasil como acontecimento discursivo e discutir os efeitos dessa trama nas redes midiáticas digitais. Para tanto, mobilizamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de perspectiva materialista, fundada por Michel Pêcheux e ampliada por outros estudiosos. Para a construção do *corpus* desta pesquisa, partimos da observação da regularidade discursiva e seguimos um trajeto temático, que instaura o novo na repetição (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016). Assim, primeiramente, a partir da captura de tela, usando o aplicativo *Lightshot*, efetuamos os recortes de postagens relativas ao tema mencionado na rede digital, e construímos um arquivo de materialidades discursivas; a partir deste arquivo, efetuamos os recortes e construímos um *corpus* principal e um *corpus* auxiliar, conforme orienta Kramer Wanderley (2020). O *corpus* principal é composto por onze sequências discursivas advindas de publicações de alguns perfis da rede social *Instagram*, bem como de alguns comentários das respectivas postagens. Já o *corpus* auxiliar compõe-se de cinco sequências discursivas oriundas da rede social *Facebook*, dos sites Defesa em Foco, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Agência Gov. Os resultados mostram que a presença da mulher policial nas corporações de segurança, no Brasil, configura-se como um acontecimento discursivo, já que instaura a perturbação e a (des)regularização da memória do discurso militarista e também do discurso machista, instaurando uma nova série de sentidos para a polícia brasileira, a saber, uma corporação que passa a ser constituída por homens e mulheres e estas passam a ocupar um espaço antes restrito somente a homens. Todavia, tendo em vista o jogo de forças da memória, o discurso militarista – agora com a presença da mulher – ainda sofre atravessamentos e efeitos discursivos da ideologia machista, tensionando esse processo discursivo. Nessa trama, as formações imaginárias do sujeito mulher e do seu lugar social, como também o imaginário da instituição polícia e do sujeito policial, tanto determinam os sentidos, como também sofrem efeitos do acontecimento e movimentam as diversas posições-sujeito no discurso na/em rede. Ademais, percebemos, com base em Pêcheux (2014a), que as possibilidades de transformação dos sentidos, sob as tensões ideológicas, afetam a luta de classes e se imbricam com a luta de gênero, no enredamento dos discursos. Todavia, à luz da reflexão sobre ideologia proposta por Pêcheux (2014a), o efeito de visibilidade da posição-sujeito mulher policial nas redes sociais e digitais produz efeitos de resistência, pois confronta as determinações do interdiscurso, regido, nessa conjuntura, sobretudo, pela ideologia machista. Nesse cenário, as redes digitais e sociais tornam-se um espaço da circulação-confronto do acontecimento, com a metaforização dos

sentidos, sob as tensões da paráfrase e da polissemia (Orlandi, 2020a). Desse modo, o acontecimento discursivo instaura a equivocidade de sentidos e desestabiliza as redes de memórias do discurso militarista brasileiro, ao mesmo tempo em que instaura um novo sujeito nesse discurso, o sujeito mulher policial.

PALAVRAS-CHAVE

Memória e acontecimento discursivo; Sujeito mulher policial; Discurso machista e militarista; Formações imaginárias.

ABSTRACT

In this study, we aim to analyze the entry of women into public security forces in Brazil as a discursive event and discuss the effects of this dynamic within digital media networks. To this end, we draw upon the theoretical framework of Discourse Analysis (DA) from a materialist perspective, founded by Michel Pêcheux and further developed by other scholars. For the construction of the research corpus, we began by observing discursive regularity and followed a thematic trajectory, which introduces novelty through repetition (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016). First, using the Lightshot application, we captured screenshots of posts related to the mentioned theme on digital networks and compiled an archive of discursive materialities. From this archive, we then extracted segments to construct both a main corpus and an auxiliary corpus, following the guidelines of Kramer Wanderley (2020). The main corpus consists of eleven discursive sequences from posts published by various profiles on the social media platform Instagram, as well as selected comments on those posts. The auxiliary corpus comprises five discursive sequences from Facebook, as well as from the websites Defesa em Foco, the São Paulo State Legislative Assembly, and Agência Gov. The results indicate that the presence of female police officers in security forces in Brazil constitutes a discursive event, as it disrupts and (de)regularizes the memory of both militaristic and sexist discourse, establishing a new set of meanings for the Brazilian police force—one that now includes both men and women, with women occupying a space previously restricted solely to men. However, given the interplay of memory, militaristic discourse—now featuring the presence of women—continues to be influenced by and subject to the discursive effects of sexist ideology, creating tensions within this discursive process. Within this framework, the imaginary formations of the female subject and her social role, as well as the institutional imaginary of the police and the police officer as a subject, not only determine meanings but are also affected by the event, thereby shifting the various subject positions in discourse within and across digital networks. Furthermore, based on Pêcheux (2014a), we recognize that the possibilities of meaning transformation, under ideological tensions, impact the class struggle and intertwine with the gender struggle within the discourse framework. Nonetheless, in light of Pêcheux's (2014a) reflections on ideology, the visibility effect of the "female police officer" subject position within social and digital networks generates resistance effects, as it challenges the determinations of interdiscourse, which, in this context, is predominantly governed by sexist ideology. In this scenario, digital and social networks become arenas for the circulation and confrontation of the discursive event, where meanings undergo metaphorization under the tensions of paraphrase

and polysemy (Orlandi, 2020a). In this way, the discursive event introduces ambiguity in meanings and destabilizes the memory networks of Brazilian militaristic discourse, while simultaneously establishing a new subject within this discourse: the female police officer.

KEY-WORDS

Memory and Discursive Event; Female Police Officer as Subject; Sexist and Militaristic Discourse; Imaginary Formations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema das formações imaginárias.....	36
Quadro 2 – Formulações buscadas nas redes digitais para composição do corpus discursivo.....	58
Quadro 3 – Sequências discursivas do <i>corpus</i> principal da pesquisa	63
Quadro 4 – Sequências discursivas do <i>corpus</i> auxiliar da pesquisa	63
Quadro 5 – Família parafrástica 1: transcrição dos comentários que compõem a SD10.....	117
Quadro 6 – Família parafrástica 2 (SD11)	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Maria Quitéria de Jesus.....	72
Figura 2 – Maria Felipa de Oliveira	73
Figura 3 – Retrato de Joana Angélica feito pelo artista Domenico Failutti e pertencente ao Museu Paulista da USP - Museu do Ipiranga.....	75
Figura 4 – Sequência discursiva um (SD1)	85
Figura 5 – Sequência discursiva dois (SD2)	87
Figura 6 – Comentário digital – (SD3).....	90
Figura 7 – Sequência discursiva quatro (SD4).....	93
Figura 8 – Sequência discursiva cinco (SD5)	95
Figura 9 – Imagem de uma policial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.....	99
Figura 10 – Homenagem de Cláudia Leite às mulheres das forças policiais do Brasil	110
Figura 11 – SD9 – Forças Armadas permitirão alistamento feminino em 2025.....	113
Figura 12 – Sequência discursiva doze (SD12).....	129
Figura 13 – Sequência discursiva treze (SD13)	132
Figura 14 – Sequência discursiva catorze (SD14).....	135
Figura 15 – Sequência discursiva quinze (SD15)	139
Figura 16 – Sequência discursiva dezesseis (SD16) – Dia da Policial Militar	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CBMDF	Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
EB	Exército Brasileiro
FAB	Forças Armadas Brasileiras
FD	Formação Discursiva
PMF	Polícia Militar Feminina
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMs	Polícias Militares
SD	Sequência Discursiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	30
2.1 Aportes teóricos da Análise do Discurso	30
<i>2.1.1 Sujeito, ideologia e formações discursivas</i>	<i>32</i>
<i>2.1.2 Discurso e formações imaginárias.....</i>	<i>36</i>
<i>2.1.3 Interdiscurso e memória discursiva</i>	<i>39</i>
2.2 Discurso e tecnologias digitais	45
<i>2.2.1 Sobre as hashtags</i>	<i>52</i>
2.3 Delineamentos metodológicos.....	54
<i>2.3.1 Da construção do arquivo ao corpus discursivo.....</i>	<i>56</i>
3 “#LUGARDEMULHERÉNAPOLÍCIA”: DO SILENCIAMENTO FEMININO AO ACONTECIMENTO	67
3.1 Discurso e acontecimento	67
<i>3.1.1 A prefiguração do acontecimento</i>	<i>71</i>
<i>3.1.2 Da cozinha às armas: o acontecimento da presença da mulher na polícia brasileira.....</i>	<i>77</i>
<i>3.1.3 “Bailarina não, mamãe, Woman Police”: efeitos de resistência aos discursos machista e militarista nas mídias digitais.....</i>	<i>83</i>
<i>3.1.4 “#Lugardemulheréondeelaquiser,inclusivenapolícia”</i>	<i>108</i>
<i>3.1.5 A comemoração/rememoração da presença da mulher na polícia brasileira.....</i>	<i>108</i>
4 LUGAR DE MULHER É NA MARINHA E ONDE ELA QUISE	128
5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

Tudo na vida começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou (Lispector, 2020, p. 9).

Historicamente, o sujeito mulher – como também o seu lugar social – foi afetado pelo imaginário feminino de “sexo frágil”, processo que produziu efeitos de (de)limitação do espaço da mulher, impondo também restrições às suas atividades profissionais. Assim, o discurso machista determina sentidos de que o homem sempre pôde e pode desfrutar de ampla liberdade em seu espaço, pelo efeito do imaginário da força e da suposta superioridade masculina. Nesse cenário, faz ecoar a imagem do feminino voltada para o cuidado e a afetividade, bem como ao “dever de maternidade, que completa sua feminilidade”, conforme elucida Perrot (2019, p. 47).

Com isso, a ideologia que rege o discurso machista impõe barreiras para a inserção social das mulheres, sendo estas limitadas somente a lugares sociais considerados essencialmente “femininos”, remetendo ao desempenho de atribuições domésticas e à ideia de que sua vocação natural seja “ser mãe e esposa”, como argumenta Mill (2019, p. 38).

Nessa perspectiva, a subordinação da mulher¹ prevista pela estrutura patriarcal perdurou e busca perdurar por gerações, atravessando as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais. Assim, esses sentidos pré-construídos², ao longo da história, foram tecendo as formações imaginárias³ sobre a mulher, como um ser cada vez mais moldado para servir. Tal estrutura, segundo Samara (1998), criou condições para que se afirmasse, no bojo das relações sociais, um imaginário do ideal feminino, remetendo a uma visão atravessada pelo discurso machista inscrito no espaço familiar. Portanto, das “mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer”, é o que pontua Perrot (2019, p. 22).

Assim, a memória de um sistema hierarquizado foi sedimentando o imaginário feminino e determinando os lugares sociais que a mulher pode ou não ocupar, tendo em vista a sua construção discursiva ligada a posições de subordinação.

¹ Embora alguns estudiosos abordem diferentes concepções de gênero, a exemplo de Butler (2022), que entende o gênero como uma construção social e cultural – portanto, nem estável nem permanente –, neste trabalho, empregamos os termos “mulher/feminino” e “homem/masculino” de formas equivalentes, sem adentrarmos nas questões teóricas de gênero, tendo em vista os objetivos traçados para este estudo.

² A concepção de pré-construídos será discutida, na seção 2.1.3 *Interdiscurso e memória discursiva*.

³ A noção de formações imaginárias será melhor discutida na seção 2.1.1 *Sujeito, ideologia e formações discursivas*.

Durante a história, a existência do sexo conotado socialmente como “frágil” enfrentou o silenciamento e sujeição a um sistema patriarcal. Do direito ao estudo, vale recobrar que as mulheres foram privadas por muitos anos. No Brasil, o acesso das mulheres à educação foi oficialmente permitido apenas em 1827. A Lei de 15 de outubro daquele ano determinou a criação de escolas de primeiras letras, estabelecendo sua localização prioritariamente em vilas e áreas mais populosas das cidades, conforme aponta o artigo 11º (Nascimento, 1996). Contudo, a legislação previa que homens e mulheres estudassem em espaços separados e seguissem currículos distintos. Além disso, a mulher conquistou a posição-sujeito de direito ao voto⁴ somente em 1932. Todavia, vale ressaltar que os percursos nada lineares perpassados pela mulher na sociedade ao longo da história evocam o assentimento de que houve transformações no que tange à percepção do seu lugar social. Sob essa perspectiva, convém pontuar que

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis sociais desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (Perrot, 2019, p. 16).

Nesse ensejo, diante de tais considerações, observamos exemplos corriqueiros que nos fazem lembrar da posição ocupada pela mulher ao longo da história. As conjecturas de silenciamento vestem uma mulher familiar, que deve obediência aos preceitos da instituição social, promulgados, em sua maioria, pelos já ditos do discurso machista – fala-se da figura da mulher, que por muito tempo só poderia sair às ruas acompanhada de um dos homens de sua família, pai, irmãos, tios ou avôs; e quando se casasse, a responsabilidade de acompanhá-la passava a ser do esposo.

Nessa medida, essa reponsabilidade pode ser lida também como um discurso de posse sobre a mulher, haja vista que, quando moça, a mulher é lembrada como membro/propriedade de seus pais, carrega sua assinatura; quando se casa, recebe assinatura do marido e são sempre mulheres de alguém, frágeis, indefesas e carentes da proteção masculina. Nessa perspectiva,

⁴ O direito ao voto feminino no Brasil foi instituído em 1932 e oficializado pela Constituição de 1934, inicialmente como facultativo. Somente em 1965 foi equiparado ao dos homens, tornando-se obrigatório. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

“as mulheres não têm sobrenome, têm apenas um nome. Aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros”, argumenta Perrot (2019, p. 17).

Dito isso, a plasticidade da história que favorece o lado masculino cega-nos da noção de que, pelo casamento, as mulheres perdiam seu sobrenome, logo, tornou-se difícil reconstruir linhagens femininas, tal como explicita Perrot (2019). Portanto, o espaço ocupado pela mulher na sociedade esteve, por muito tempo, condicionado à existência de um homem. Esse fator contribuiu para que as mulheres fossem e sejam constantemente pensadas como indefesas, carecidas da figura masculina para protegê-las, dar-lhes amparo e a visibilidade do conforto de uma “aceitação social”, fomentada a partir da ideologia do discurso machista que afeta a construção discursiva e social do sujeito mulher. Destarte, cada conquista da mulher tende a enfraquecer esses já ditos, calcados nos critérios de sua sujeição ao homem.

Nesse cenário, os critérios de “masculinidade”, já em funcionamento na historicidade, reforçam o imaginário de poderio masculino nas conjunturas sociais. Assim, citamos alguns exemplos corriqueiros, como a conotação dada à força física do homem. Portanto, é coerente reconhecer que se formou um imaginário de força intrinsecamente ligado à masculinidade. Ou seja, o imaginário construído para o homem é frequentemente associado à força física, o que, conforme destaca Bourdieu (2020), tem suas raízes em justificativas biológicas. Dessa forma, essa percepção reforça o viés de dominação, pois o mais forte domina, manda.

Considerando o exposto, no tocante à dominação masculina, é possível validar outras circunstâncias que amplificam o domínio masculino sobre o feminino. Para Bourdieu (2020), a força de ordem masculina dispensa justificativa, afinal ela se ampara na visão androcêntrica que constrói o imaginário masculino intrinsecamente associado à força e à virilidade. O autor deixa evidente, diante de tal consideração, que a soberania masculina dispensa legitimação, tendo em vista as instâncias sociais, como a divisão do trabalho, a distribuição de cargos e a carga horária, as estruturas dos espaços de trabalho, a força física exercida nestes, bem como outras situações que outorgam a conjectura sobre “trabalho de homem/trabalho de mulher... lugar de homem/lugar de mulher”.

Diante disso, é coerente assinalar que, “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação [...]”, como sinaliza Foucault (2014, p. 112). No entanto, a questão da sexualidade torna-se mecanismo de controle social que concitou, com o passar do tempo, a subalternidade da mulher em detrimento das conjecturas de poder do homem. Nessa direção, a dominação masculina se alicerça também no aspecto da sexualidade. Bourdieu (2020) assevera que a simbologia sexual para homens e

mulheres é amplamente distinta, mas isso impõe aos homens a obrigação de afirmar sua virilidade em toda e qualquer circunstância.

Ainda sobre a questão da posse, podemos citar exemplos popularmente disseminados, quando buscamos informações sobre alguém em determinado lugar. Por isso, é comum o uso de formulações linguísticas como: “Joana. Quem é Joana? Joana de Antônio (Joana, esposa de Antônio)”; nesse caso, o homem é visto como figura de autoridade e a mulher como propriedade do homem. Nessa medida, nas práticas discursivas cotidianas, a ideologia do discurso machista vai sendo reforçada e, com isso, ela reverbera a hierarquização do poder masculino. Sob esse contexto, convém reafirmar que

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipiti*) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (Bourdieu, 2020, p. 111).

Nessa direção, o imaginário construído sobre a mulher, a partir de sentidos do discurso machista, naturaliza a subserviência da mulher e a dominação masculina nas relações de poder instauradas na conjuntura social. Segundo Perrot (2019), parte dos registros disponíveis acerca das mulheres foi escrita por homens. Destarte, os discursos instaurados nesses textos descreviam a mulher sob a ótica das projeções imaginárias masculinas sobre o imaginário de feminilidade, sendo que a maioria desses discursos estava repleta de já ditos que determinavam o lugar social que a mulher devia ocupar em uma dada época e sociedade.

Orlandi (2007a) afirma que as palavras são permeadas pelo silêncio, sendo capazes de produzir silêncio, expressar-se através dele e até mesmo silenciar outras expressões. Com efeito, esse silenciamento sobre a existência da mulher faz com que lancemos reflexões que caminham por seu apagamento no transcorrer das épocas.

Para Perrot (2019), as mulheres são pouco vistas ou mencionadas devido à raridade de seus registros diretos, tanto escritos quanto materiais, pois o acesso tardio à escrita e a rápida consumação ou dispersão de suas produções domésticas contribuem para essa escassez de vestígios. Além disso, muitas vezes, elas mesmas destroem ou apagam esses vestígios por considerá-los sem importância, o que reforça e produz sentido de desvalorização das próprias mulheres e silencia suas histórias.

Esse silenciamento se consagra na ausência de registros ou pouca ênfase dos feitos das mulheres ao longo do tempo, visto que “as instituições científicas – universidades, academias e indústrias – foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com

esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias”, segundo assevera Schienbinger (2001, p. 69). Em um estudo feito a respeito da percepção da mulher dentro de um dos campos de grande peso na história, a Ciência, Urias e Assis (2012) aludem sobre o imaginário construído acerca da mulher atada a alguém para ser mencionada, vista. Nesse sentido, os autores relembram das contribuições de Marie Curie, Marie-Anne Lavoisier e Ida Noddack.

As Cientistas sobreditas eram casadas com notáveis nomes, como Pierre Curie, ilustre físico francês; Antoine Lavoisier, químico renomado; e Walter Noddack, outro químico eminente. Seguindo as menções realizadas, ao se pesquisar sobre tais casais, é possível observar a contribuição de cada um deles para os avanços científicos, mas, é viável que se admita, na mesma direção, que a valoração das descobertas recai principalmente sobre a figura masculina. Assim, ainda que essas esposas tenham desempenhado funções consideráveis nas descobertas e estudos dos seus cônjuges, a história mobiliza o feito como uma obra masculina, delegando à mulher o canto do esquecimento, da invisibilidade e do silêncio.

A sutil percepção implícita nos exemplos elegidos dá-nos a oportunidade de refletir sobre o que Schienbinger (2001) intitula como “desvantagem cumulativa”, já que as mulheres, por conta dos encargos domésticos que lhes foram impostos desde cedo, tiveram menos tempo para investir em suas carreiras. Aliás, é válido lembrar que, por muito tempo, carreiras e espaços profissionais não eram nem sequer almejados e sonhados por elas, pois se tratava de apreciações inadequadas ou inalcançáveis. Todavia, no bojo das relações sociais mundiais, é imperioso que lancemos luz sobre os ganhos e avanços nessa área.

Contudo, conforme a autora, as desvantagens cumulativas atravessam noções de confiabilidade no trabalho do homem, que “tendem mais a estar entre a elite acadêmica, aqueles que detêm cadeiras, financiamentos generosos, laboratórios espaçosos e modernos, colaboradores através do mundo [...]” (Schienbinger, 2001, p. 103). Estes homens, a quem a história confiou o outro lado da moeda, são aqueles que recebem o título de dirigir melhor, de executar tarefas com maior agilidade e precisão. Também são aqueles naturalmente/socialmente mais respeitados, que detiveram por muitos anos a posição de provedor e que têm aprendido a fazer tarefas domésticas simples nos últimos anos, as quais, afinal, por muitos anos, eram atribuições restritas à mulher.

Assim, essa falta de equidade entre os espaços sociais ocupados por homens e mulheres, ao longo do tempo, resultou no apagamento e silenciamento da figura da mulher. A título de exemplo, podemos citar a (in)existência da mulher na Ciência, como nos lembram Urias e Assis (2012), a qual vincula-se à ausência de legitimação da voz feminina, em que o foco era, sobretudo, a ascensão do homem e seu progresso. Nesse ensejo, “a historiografia oficial atuou

como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado” (Tedeschi, 2014, p. 23).

Próximos às diversas conjecturas, mas distantes de suprimir as desvantagens cumulativas, o percurso alinhavado até aqui conflui com os efeitos de sentidos que reforçam a existência de uma relação de força que, apesar de tensionada com os levantes das mulheres no transcorrer da história, ainda não foi derrubada, tampouco equilibrada e deságua ações, muitas vezes, violentas. Muito se conjectura sobre quais fatores decidem as diversas formas de agressões, entretanto, não há como negar que a condição da mulher ao longo da história criou um imaginário de domesticação e posse que constantemente faz com que homens, afetados pela ideologia da dominação masculina, violem os direitos primários dessas mulheres.

Dentre as diversas formas de violência sofridas por mulheres, Wynter (2001) elenca os abusos físicos e sexuais. Além disso, muitas ainda sofrem violência psicológica, assédio, inferioridade de salários em relação às mesmas atividades exercidas por homens, entre tantas outras formas de agressão. Nesse contexto, muitas mulheres buscam validação em outras relações que, *a priori*, devem oferecer a proteção almejada, haja vista os diversos sofrimentos iminentes numa sociedade machista.

Tal processo de validação também pode ser encontrado na ditadura da beleza, na busca por desenhar mulheres cada vez mais pertencentes a um padrão de beleza prescrito ideologicamente. Perrot (2019, p. 50) afirma que o primeiro mandamento imposto às mulheres é a beleza: “Seja bela e cale-se”. Sob essa ótica, a pressão histórica e cultural sobre elas para priorizarem a aparência física, em detrimento de outras qualidades ou realizações, tem atribuído um valor desproporcional à beleza feminina. Ao mesmo tempo, espera-se que as mulheres se mantenham em silêncio, sem expressar suas opiniões ou reivindicar seus direitos.

Para além disso, o culto à beleza da mulher também atravessa o processo de validação, de estar socialmente apresentável para partilhar da companhia masculina, afinal, esse domínio mascara a ditadura machista. Desse modo, a massificação da “esculturalidade” tem enchido cofres e feito com que mulheres buscassem um padrão com nuances quase sempre europeias – as mais aceitas – e se enxergassem em meio ao caos de nunca estarem satisfeitas consigo mesmas, o que oculta o embelezamento para o outro, para ser aceita, para se encaixar em uma conjuntura social dada.

Wolf (1994) tenta localizar a crescente busca pela beleza como um espaço de guerra, todavia um espaço de encontro. A autora remonta à ideia de que negaram às mulheres, ao longo da história, os espaços de heroínas, intrépidas e questionadoras. Afinal, as mulheres

acumularam o desejo de refutar e resistir e acabaram por encontrar-se em meio à cultura de uma beleza, quase sempre pré-fabricada, na tentativa de reconhecimento e de espaço social.

Desse modo, ao tensionar as bases que discutem o mecanismo em questão, desviamos do constructo da beleza como um instrumento de seleção masculina para adentrarmos o campo do belo como fonte de autorreconhecimento e amor-próprio, “[...] Uma redefinição da beleza que seja favorável às mulheres reflete as redefinições do que é o poder”, assevera Wolf (1994, p. 388).

Mesmo com as conquistas do acesso ao voto, à educação, a mulher ainda sofre com as hierarquizações sociais, com o não reconhecimento da sua força, da sua capacidade, da sua inteligência e, assim, a divisão social ainda persiste, sobretudo no tocante à atuação da mulher no campo de trabalho.

Antes da guerra de 1914, o trabalho da mulher chegou a ser recompensado com peculiares retribuições, como sinaliza Perrot (2019). De acordo com a autora, a não remuneração do trabalho doméstico esbarrava na troca do trabalho por comida e lugar para morar, além de haver uma jornada de trabalho irregular e desprovida de quaisquer direitos trabalhistas. Em concordância com a autora, ainda, por longos anos, as mulheres foram, também, em sua maioria, camponesas, ligadas às atividades rurais, restritas aos cuidados da casa e da família. Durante os abalos da Primeira Guerra Mundial, a mulher adentrou novos espaços. A necessidade de continuar a sustentar a família no período de guerra fez com que elas substituíssem seus maridos em seus postos de trabalho.

Ademais, muitas mulheres foram também levadas à guerra para atuarem em fábricas, enfermarias e escritórios. Nessa medida, a mulher ingressou em um novo cenário de atuação, contrariando as ideologias nazistas (Trespach, 2017). No período de Revolução Industrial, cresceu a inserção da mulher nos espaços de trabalho e, assim, a sua mão de obra, apesar de mais barata, passou a ser vista com novos olhares. Hirata (2002) menciona que só a partir de 1970 a mulher conseguiu de fato ocupar espaços de trabalho que antes eram restritos aos homens. No entanto, a dicotomia social capitaneada pelo poderio masculino outorgou/outorga a acentuada disparidade salarial que deixa evidente a discrepância de valorização do trabalho da mulher.

Retomamos o dito “desvantagens cumulativas” para reiterar o pensamento de que, mesmo estando presentes em diversos acontecimentos históricos, ao adentrarem os espaços industriais, principalmente do período pós-guerra, essas mesmas mulheres que estiveram à frente de demandas de força de trabalho não se esquivavam do trabalho doméstico, familiar,

que não deixou de recair sobre suas costas mesmo diante do novo espaço profissional submerso.

Enquanto isso, homens escreviam a história, e nela seus feitos heroicos e laborais, o que resultou em uma percepção de atuação ausente por parte das mulheres, pois “os homens enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importantes” (Hahner, 1981, p. 14). A predominância masculina no campo de trabalho esbarrou na limitação da mulher em ocupar diversos espaços.

No que se refere aos afazeres das mulheres, Perrot (2019) elucida que elas sempre trabalharam, mas seu trabalho se desenvolvia no âmbito doméstico e na reprodução, sem valor remunerado. A autora acrescenta que as sociedades não poderiam ter vivido, se reproduzido e se desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres que, embora seja essencial, permanece invisível.

Conforme aponta Dombkowsch (2017), as mulheres não tinham acesso à participação em cursos profissionalizantes, assim como técnicos e universitários. Sob essa perspectiva, a autora demarca dois pontos históricos que delimitavam os lugares sociais que as mulheres podiam ocupar com e sem formação profissional no século XIX, como postos a seguir:

A formação profissional permitida às mulheres com acesso à formação era de: professora primária e enfermeira. As mulheres sem acesso à formação estavam destinadas a desempenhar funções de: operárias, domésticas, costureiras, lavadeiras, passadeiras, datilógrafas, telefonistas, dentre outras. Às mulheres foram reservadas apenas as funções de assistência, nunca de direção e de chefia, cargos estes ocupados majoritariamente por homens, uma vez que a vocação primária das mulheres era a de ser mãe-esposa-dona-de-casa. Ainda na contemporaneidade, este modelo social permanece enraizado nos mais diversos campos sociais, regendo a vida das mulheres (Dombkowsch, 2017, p. 103).

Dessa forma, os sentidos já ditos do interdiscurso determinam os lugares e funções sociais das mulheres; são sentidos afetados pelo imaginário da mulher, consideradas aptas para as funções do cuidado, humanidade e delicadeza, entre outras, porém inaptas para outras funções e profissões ocupadas somente por homens, a exemplo da instituição policial. Tal imaginário sofre determinações ideológicas da formação discursiva machista.

Contudo, sob o jogo de forças da memória, instauram-se a equivocidade e a resistência a esses sentidos, e a mulher busca conquistar seu espaço em lugares que antes lhe foram negados historicamente e socialmente. Ante o exposto, é necessário questionar a evidência dos sentidos e os

efeitos de transparência da linguagem; é necessário resistir às determinações ideológicas que delimitam o espaço da mulher dentro e fora do âmbito profissional.

Para Bretas e Silva (2022), a criação da polícia brasileira tem suas raízes no modelo policial estruturado em Lisboa, que foi transposto para a América Portuguesa em 1808. Nesse ano, o príncipe regente Dom João VI, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, cruzou o Atlântico com sua corte e se estabeleceu no Brasil. Dessa maneira, pelo Alvará de 10 de maio de 1808, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Em 13 de maio de 1809, foi instituída a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte. Enquanto a primeira funcionou até o fim do Primeiro Reinado (1822-1831), a segunda teve uma vida longa e serviu como modelo para os corpos policiais criados durante o império brasileiro.

Nesse enquadramento, essas instituições incorporaram as características basilares herdadas da matriz lusitana: a manutenção da ordem e a utilização de corpos militares como suporte operacional, e a estrutura militarizada continuou como modelo para o desenvolvimento das instituições policiais no período republicano até os dias atuais. Seus principais objetivos, conforme assinala Holloway (1997, p. 46), incluem zelar pela “segurança pessoal e coletiva, a ordem pública, a vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos”. Enfim, polícia e política vêm do mesmo radical da *pólis* grega, pautadas nos vieses da autoridade e do poder (Santos, 2021a, p. 30).

No Brasil Império, especialmente a partir do período regencial (1831-1841), Bretas e Silva (2022) asseveram que a polícia gradualmente deixou de exercer funções pertencentes à administração pública e concentrou-se em questões jurídicas e policiais. No entanto, os delegados e seus subordinados, assim como as praças do Corpo de Polícia, ainda desempenhavam algumas funções sociais, a exemplo de demarcar cemitérios improvisados e transportar doentes à força para internamento hospitalar durante epidemias, como ocorreu em Pernambuco e no Ceará durante a epidemia de cólera, em 1856 e 1862, respectivamente.

Cotta (2012, p. 58) explica que, assim como em outros reinos europeus ocidentais, a noção de polícia, em Portugal, tornou-se plural, englobando o sentido de um aparelho administrativo voltado para a “manutenção da ordem, a arte da gestão urbana e o símbolo dos povos civilizados”. Diante disso, a polícia, especialmente a militar, é frequentemente vista como um “gueto masculino”, pois, segundo Cappelle e Melo (2010), essa carreira é construída historicamente como um espaço em que se valoriza a força bruta e a virilidade, atributos tradicionalmente associados ao masculino.

Sobre isso, Perrot (2019, p. 53) elucida que

A virilidade se afirma frequentemente pelo crânio raspado; foi assim na Roma antiga, e posteriormente cristã. Paulo preconiza o véu para as mulheres, mas não para os homens, que, ao contrário, devem cortar os cabelos: ‘É uma desonra para o homem usar cabelo comprido’. Os guerreiros trazem o crânio liso. Os neonazistas fazem disso uma proclamação de virilidade.

Nessa direção, o imaginário construído sobre o crânio raspado, nas condições de produção de guerra e neonazistas, produz discursos acerca de poder e virilidade. Com efeito, a aparência física, no que diz respeito ao cabelo raspado, serve como marcador de identidade e de afirmação de atributos masculinos em ambientes que valorizam a força e a disciplina, como o militar, pois há uma “[...] visão historicamente estigmatizada da atuação da Polícia Militar associada ao mecanismo de força de controle, repressão e coerção das leis do Estado”, explicita Santos (2021a, p. 24).

Bengochea *et al.* (2004) acrescentam que a polícia no Brasil foi criada no século XVIII, sendo resultado da correlação de forças políticas dentro da sociedade, para atender a uma coletividade autocrática e autoritária, dirigida por uma pequena classe dominante. Nesse cenário, a polícia foi desenvolvida para proteger essa elite dos excluídos socialmente. Historicamente, seu desenvolvimento visou servir como uma barreira física entre os ditos “bons” e os “maus” da sociedade. Assim, tratava-se de uma polícia que exigia apenas o vigor físico e uma coragem inconsequente, atuando sob a ideologia de estigmas e preconceitos.

Em tempos atuais, a polícia brasileira é apresentada no art.º 144 da Constituição Federal do Brasil (CF), de 1988, em várias divisões, a exemplo: militar, federal, rodoviária, entre outras. É, dessa forma, descrita na CF como órgão responsável pela segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidades de todos para a manutenção da ordem pública. Portanto, tem-se a noção de que a polícia na esfera social teve como objetivo principal a conservação da disciplina e da lei nas relações cotidianas da vida em sociedade.

Para Bretas e Silva (2022), os estudos contemporâneos acerca da instituição policial, fundamentados em uma nova perspectiva teórico-metodológica, deixaram de ver a polícia de maneira meramente instrumental e passaram a analisá-la em seus mais variados aspectos. Tais estudos buscam recuperar as dimensões cotidianas da atividade policial, a profissionalização dos seus quadros, a construção de saberes específicos sobre o controle do espaço público e as identidades construídas e/ou assumidas pelos policiais e pela instituição.

Todavia, convém ressaltar que, no cenário brasileiro, a polícia militar ocupa historicamente um lugar marcado por práticas recorrentes de violência e abuso de poder, comprometendo sua função social de manter a ordem, a paz e garantir a segurança. Cada vez mais, os noticiários destacam situações em que alguns policiais militares são descritos como

bandidos, criminosos, assaltantes e desordeiros, evidenciando a relação conflituosa entre a polícia, a política e a sociedade, tal qual postula Santos (2021b).

Quanto à participação da mulher na instituição policial – bem como em tantos outros campos da sociedade – foi negada, por anos, embora tenhamos um histórico de algumas heroínas de guerras, a exemplo de Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica⁵. Assim, percebemos que, no cenário das carreiras nas corporações de segurança pública, a limitação de atuação das mulheres ainda vigora, já que ainda é um território marcado pelo domínio do homem.

Sob esse aspecto, Perrot (2005) pontua que o silêncio tem sido uma característica comum imposta às mulheres, pois ele convém à sua posição secundária e subordinada. A autora acrescenta que o silêncio é apropriado em seus rostos levemente sorridentes, não deformados pelo riso barulhento e viril. Com bocas e lábios cerrados, as mulheres só podem chorar, deixando as lágrimas fluírem como expressão de uma dor inesgotável. Desse modo, o silêncio imposto às mulheres é um mandamento repetido ao longo dos séculos por sistemas político-ideológicos e manuais de comportamentos. Frente ao exposto, foram/são diversos os desafios que as mulheres encontraram e continuam encontrando no âmbito profissional.

Ante o exposto, apresentamos, na nossa epígrafe, um trecho do livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, tendo em vista que, assim como esta pesquisa, a questão do discurso e a sua própria existência não têm uma origem exata e centrada no sujeito, mas sim uma continuidade complexa e interconectada. Como evidenciado em: “sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou”, Lispector expressa a complexidade dos discursos sobre eternidade e continuidade. Embora seja difícil definir o que sempre existiu, ela afirma que o universo não teve um começo absoluto, mas sempre esteve presente de alguma forma.

Do mesmo modo, acontece nas práticas discursivas, pois o discurso não tem um começo absoluto, mas marca presença de alguma maneira numa conjuntura social dada com um sempre “já-lá”. Desse modo, “abandona-se assim, na análise de discurso, a noção psicológica de sujeito, empiricamente coincidente consigo mesmo” (Orlandi, 1996, p. 28), já que, na análise do discurso, o sujeito é cindido e a falta faz parte de sua constituição. Sob essa ótica, neste estudo, tomamos a posição-sujeito de mulher policial como uma figura que busca romper com o silêncio historicamente imposto às mulheres.

Diante disso, neste estudo, analisamos os discursos sobre a presença da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, as determinações ideológicas e os confrontos

⁵ Na seção 3.1.1 *A prefiguração do acontecimento*, discutiremos sobre esse importante movimento.

discursivos que atravessam essa trama nas mídias digitais⁶. A escolha por explorar a temática da inserção da mulher na esfera policial foi influenciada por experiências prévias, a saber: enquanto professor da Educação Básica, juntamente com alguns de meus alunos, fomos premiados nacionalmente durante a sexta edição do programa Criativos da Escola⁷, com o projeto intitulado “A (in)visibilidade da mulher na política do Alto Sertão Baiano”, o qual surgiu no cenário das eleições municipais de 2020, na região do Alto Sertão Produtivo da Bahia. Assim, o projeto, cujo objetivo central foi investigar os motivos que levam à falta de protagonismo da mulher no cenário político local, evidenciou a desigualdade na disputa eleitoral entre homens e mulheres. Dessa forma, pensando em dar continuidade à investigação a respeito da presença das mulheres, em lugares sociais, com maior participação masculina, surgiu a ideia que deu origem a este estudo.

Nesse ínterim, entendemos que pesquisar sobre a temática de inserção do sujeito mulher nas corporações de segurança pública, a partir da ótica da Análise do Discurso (AD) e das contribuições do discurso digital em cotejo com as ciências sociais, é relevante para os estudos da linguagem e para as ciências sociais, tendo em vista a atualidade e a complexidade do tema em questão⁸.

Ademais, este trabalho não é apenas relevante para a academia, ao tecer discussões pautadas nas/sobre as práticas discursivas inscritas nas redes digitais, pois vai além das justificativas teórico-metodológicas, mas também apresenta relevância prática, social e política ao colocar em pauta a diversidade na instituição policial. Acreditamos, portanto, que este estudo acarreta impactos sociais para profissionais da área de segurança pública, formuladores de políticas públicas e a sociedade como um todo, visto que mobilizamos discussões sobre a liberdade da mulher de atuação profissional, mais especificamente no contexto das esferas policiais, um lugar historicamente dominado por homens. Com efeito, colocamos em relevo reflexões sobre os estigmas associados às mulheres e a essa profissão.

⁶ Neste trabalho, utilizamos o termo redes sociais para nos referirmos às plataformas sociais digitais, como o *Instagram*. Já o termo *redes* se refere também à web, internet enquanto rede, rede midiática digital.

⁷ O Criativos da Escola é um programa do Instituto Alana e faz parte do *Design for Change*, movimento global que surgiu na Índia e está presente em 52 países, inspirando mais de 2,2 milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo. Disponível em: <https://criativosdaescola.com.br/o-criativos/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

⁸ Este estudo está inserido na linha de pesquisa “Texto, Significado e Discurso” e vincula-se ao Projeto Temático “Discursividades da rede midiática digital e relações de territorialidade virtual”, coordenado pela Professora Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. O projeto inclui diversas dissertações e teses em desenvolvimento e concluídas, além de artigos publicados em periódicos e capítulos de livros.

Considerando o exposto, para nortear este estudo, estabelecemos a seguinte questão central: a posição-sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil se configura como um acontecimento discursivo? Essa questão central possui os seguintes desdobramentos: considerando o jogo de forças da memória, e em caso de ser instaurado o acontecimento discursivo, como funciona a circulação-confronto de sentidos nas redes sociais e digitais? Que efeitos são produzidos no processo discursivo, na conjuntura das relações de forças e relações de sentidos? Que formações discursivas constituem e atravessam essa trama e que efeitos de sentidos são determinados? Como a trama discursiva é afetada pelas condições de produção/circulação do discurso digital e das redes sociais?

Para responder a nossa problemática, estabelecemos como objetivo geral analisar a presença do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública brasileiras como acontecimento discursivo, tendo como objetivos específicos: *i)* analisar a circulação-confronto de sentidos, sob o jogo de forças da memória, visando compreender a tensão entre os efeitos parafrásticos e polissêmicos nas redes; *ii)* analisar o funcionamento das formações imaginárias dos sujeitos e de seus lugares, e os respectivos efeitos no processo discursivo; *iii)* analisar as determinações ideológicas na trama das formações discursivas e os efeitos de sentidos produzidos; *iv)* analisar o funcionamento do discurso digital, os efeitos e confrontos discursivos instaurados na trama discursiva. Para tanto, tomamos como base teórica a Análise do Discurso de cunho materialista, de filiação pecheutiana.

No que tange à estruturação desta tese, ela encontra-se dividida em quatro capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, problematizamos o tema e sua imbricação nos constructos históricos sobre a mulher na sociedade e sobre a polícia.

No segundo, pautamos os procedimentos teórico-metodológicos da análise do discurso de cunho materialista que embasam este estudo; nesse capítulo, também apresentamos alguns apontamentos sobre o funcionamento discursivo das tecnologias digitais, além de discorrer sobre a construção do arquivo e do *corpus* discursivo.

No terceiro capítulo, prosseguimos com as discussões sobre o acontecimento discursivo em pauta, com a finalidade de observar o movimento dos sentidos e dos sujeitos na circulação-confronto de formulações digitais inscritas nas materialidades discursivas que compõem o *corpus* principal da pesquisa, bem como destacamos a prefiguração da participação das mulheres nas áreas de segurança pública do Brasil. Além disso, observamos o funcionamento discursivo e das práticas de comemoração e rememoração nas redes midiáticas digitais relacionadas com a presença da mulher nessas instituições.

No quarto capítulo, a fim de ampliar a compreensão dos efeitos de sentido e as posições-sujeito no discurso, as formas de resistência e contradiscursos nas redes, apresentamos nossas análises do *corpus* auxiliar sobre a incorporação do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras.

Em seguida, nas considerações finais, produzimos um efeito de finalização deste estudo, porém com a certeza de que ele não termina com as reflexões e discussões propostas aqui, mas poderá produzir novos questionamentos e novos gestos de leituras sobre a presença da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras.

Uma vez expostas as nossas reflexões iniciais, passamos, a seguir, para o próximo capítulo, a fim de apresentarmos os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Acontece que tem sido qualificado como “análise de discurso” toda prática que deriva seja do campo das leituras de arquivo (desde que corpora sejam constituídos), seja do campo da análise linguística do “fio do discurso” (desde que esse “fio” ultrapasse as fronteiras da frase) (Pêcheux, 2015b, p. 147).

Neste segundo capítulo, tomamos como ponto de partida os procedimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de cunho materialista, os quais são pilares para a realização dos gestos analíticos deste estudo, pois teoria e análise são inseparáveis. Conforme destaca Pêcheux (2015b) na epígrafe que introduz este tópico, a AD ultrapassa o nível das frases, explorando os sentidos em um nível discursivo mais amplo, afetado por condições de produção que envolvem os elementos sociais e históricos.

Dito isso, na primeira seção, situamos os pressupostos teóricos da AD e discorremos sobre as noções conceituais⁹ mobilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa. Em seguida, explicitamos os percursos metodológicos trilhados neste trabalho.

2.1 Aportes teóricos da Análise do Discurso

Pêcheux (2014b, p. 81) afirma que “o discurso não se reduz à transmissão de informações de A para B, mas se configura como um efeito de sentidos produzido entre esses pontos”. Considerando essa perspectiva, Orlandi (2020a, p. 20), com base em Pêcheux, define o discurso como um “efeito de sentidos entre interlocutores”. Nessa ótica, a produção de sentidos é afetada pelas condições de produção do discurso, sendo este atravessado pelas determinações ideológicas e históricas, considerando a não transparência da linguagem; logo, o discurso “[...] é assim palavra em movimento, prática de linguagem com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2020a, p. 13). Ante o exposto, o estudo do discurso nos instiga a compreender não apenas o que é dito, mas também os não ditos, conforme mostra Pêcheux (2014b). Sob essa visão da produção discursiva, Pêcheux (2014b, p. 76) pontua que

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este

⁹ Ressaltamos, porém, que a noção de acontecimento discursivo, pela centralidade teórica neste estudo, foi direcionada para o terceiro capítulo, onde apresentamos os nossos movimentos de análises.

acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Dito isso, os processos discursivos não possuem um ponto de origem pronto e acabado, pois cada discurso é uma (re)configuração de discursos anteriores, funcionando como “matéria-prima” para novas produções discursivas. Esse princípio evidencia a movência dos sentidos que são constantemente (re)negociados e (re)interpretados sob uma conjuntura social dada. Dessa forma, os elementos que se inscrevem nas condições de produção são sempre atravessados pelos ‘já ouvido’ e ‘já dito’ e mantêm relações entre si e a sua exterioridade (Pêcheux, 2014b).

Ainda segundo Pêcheux (2015a), o discurso não é dissociado das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe. Ademais, é preciso pontuar que a mera existência de um discurso indica a possibilidade de uma desestruturação e reestruturação dessas redes e trajetos. Destarte, conforme ressalta o autor, todo discurso tem o potencial de mobilizar agitações nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui tanto um efeito dessas filiações quanto um trabalho de deslocamento dentro de seu espaço, atravessado por determinações inconscientes.

Portanto, a análise discursiva vai além da superfície das palavras, mas funciona sob um jogo de relações que envolve a língua, a ideologia, o sujeito e a memória discursiva. Por isso, segundo Pêcheux (2015a), não se pode analisar o discurso como um texto fechado em si mesmo, pois o discurso sempre retoma sentidos já ditos; assim, faz-se necessário considerar as relações de sentidos e relações de força inseridas em uma conjuntura das condições de produção. Assim, os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é considerada uma instância relativamente autônoma, tendo em consideração que é o lugar material no qual esses efeitos de sentido se realizam, como postula Courtine (2014) e, também, Pêcheux (2014b, p. 171), ao mencionar que “[...] estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido”.

Dito isso, tomamos a língua como descontínua ao considerá-la, constituída pela falha, em sua equivocidade, contradições e derivas. Para Pêcheux (2015a, p. 50), a língua não é “nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico”. Assim, a língua é afetada pela história e pela ideologia, bem como o sujeito, no processo de significação, pois os sentidos não estão prontos e acabados; sob a opacidade da linguagem sempre há outras possibilidades de outros sentidos e interpretações.

Portanto, a língua não é somente um sistema de símbolos e códigos, mas um lugar em que os significados se materializam nas práticas discursivas. Orlandi (2020a) acrescenta que, para a língua significar, é preciso não a dissociar da história, haja vista que o sentido é determinado na relação do sujeito com as construções históricas, sendo o gesto interpretativo que constrói essa relação do sujeito com a língua e, em simultâneo, a subjetivação determina o fio que liga a língua com a exterioridade.

Segundo De Nardi (2003), a partir da noção de real da língua, recupera-se um espaço negado ao equívoco, aquele relacionado à constitutividade da língua. Dessa maneira, essa perspectiva defende a não transparência dos sentidos, pois os sentidos não são únicos nem tampouco definitivos. Ante o exposto, a língua é condição de possibilidade do discurso, como argumenta Orlandi (2020a). Nessa medida, o discurso funciona intrinsecamente com o social e o histórico. Na ótica da AD, convém elucidar que, segundo Pêcheux (2014a), sujeito e sentido se constituem conjuntamente, sob determinações ideológicas e históricas.

2.1.1 Sujeito, ideologia e formações discursivas

Na perspectiva teórica da AD, é o funcionamento da ideologia que movimenta as posições-sujeito no processo discursivo. Entretanto, a tomada de posição não pode ser considerada como um “ato originário” do sujeito-falante; em vez disso, deve considerá-la o resultado de determinações ideológicas e do interdiscurso (Pêcheux 2014b).

O autor citado acrescenta que não existe um sujeito psicológico universal capaz de sustentar o processo de produção de todos os discursos possíveis, tal qual descrito por uma gramática gerativa, apto a criar todas as sentenças gramaticalmente corretas de uma língua. Com efeito, a produção discursiva não pode ser comprimida a questões formais da língua que são regidas por regras gramaticais abstratas. Isso ocorre porque, na AD, leva-se em consideração a historicidade para compreender como os sentidos são produzidos e como eles se ressignificam numa conjuntura social dada.

Pêcheux (2014a) explica que, na sua materialidade concreta, a instância ideológica se manifesta como formações ideológicas ligadas aos Aparelhos Ideológicos de Estado¹⁰, os quais possuem um caráter regional e incluem posições de classe. Essas formações fornecem não

¹⁰ Althusser (1987) desenvolveu a noção de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIE) para explicar que eles são sistemas de instituições, organizações e práticas que disseminam e reforçam a ideologia dominante em uma sociedade.

apenas os “objetos” ideológicos, mas também a maneira de os utilizar, ou seja, seu sentido e orientação, que instauram os interesses de classe. Conforme o autor, a ideologia

[...] fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2014a, p. 146, grifos do autor).

Pêcheux (2014b) mostra que a ideologia produz o efeito da transparência da linguagem e as evidências dos sentidos e dos sujeitos.

Conforme o autor, a ideologia interpela o indivíduo como sujeito, produzindo o efeito de evidência dos sentidos, que são determinados por uma formação discursiva (FD). Nesse jogo de relações, o indivíduo, ao se identificar com uma dada FD, ocupa uma determinada posição-sujeito no discurso, pois é a FD que determina “*o que pode e deve ser dito*” em uma conjuntura dada, explica Pêcheux (2014a, p. 147, grifos do autor). O sujeito é, assim, atravessado pelo inconsciente que se imbrica materialmente à ideologia e, nesse processo, o real da língua questiona a evidência dos sentidos.

Pêcheux (2014b) pontua que as formações ideológicas comportam nelas mesmas, de forma imbricada, uma ou várias formações discursivas. Para eles, uma FD se instaura historicamente dentro de determinadas relações de classe, podendo fornecer elementos que se integram a novas FDs, emergindo outras relações ideológicas e, conseqüentemente, a novas formações ideológicas. Dessa forma, a formação discursiva se torna o lugar da constituição do sujeito, como pondera Pêcheux (2014a, p. 148-149): “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”.

Nessa perspectiva, Pêcheux (2014a) destaca que a ideologia, como processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, não desaparece, mas funciona de maneira inversa, agindo sobre si mesma e contra si mesma por meio do “desarranjo-rearranjo” das formações ideológicas e das formações discursivas que estão intrincadas a esse complexo.

Ao considerarmos as formações ideológicas e formações discursivas para compreender a constituição do sujeito e a construção do sentido a partir da ideologia, Grigoletto e Silva Sobrinho (2018) explanam que as formações ideológicas consistem em ideias, representações e forças em disputa, determinadas por relações sócio-históricas e se manifestam através de FDs

que delimitam o que pode ser dito em um determinado contexto histórico. Eles também acrescentam que é nas formações discursivas que se constituem o sujeito e o sentido, os quais nunca são estáveis, pois, devido à sua incompletude, estão sempre em processo, produzindo-se na historicidade.

Dessa forma, não podemos pensar FDs como blocos homogêneos que funcionam de forma fechada em si mesma. Ao contrário, elas são constituídas por contradições, são intrinsecamente heterogêneas e possuem fronteiras fluidas que se configuram e reconfiguram constantemente em suas relações, conforme discorre Courtine (2016).

Ao retomar os estudos foucaultianos em *A Arqueologia do Saber*¹¹, Courtine (2014) faz uma releitura da noção de formação discursiva, considerando-a como

uma *unidade dividida*, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica (Courtine, 2016, p. 19, grifos do autor).

Como lemos, as estruturas das FDs são marcadas por divisões e heterogeneidades, cujo exterior é constantemente renegociado em resposta às lutas ideológicas, destacando a natureza mutável dos discursos e das determinações ideológicas que os sustentam. Isso implica compreender que não há um ponto fixo que separa o interior e o exterior dos discursos situados em uma FD. Em vez disso, essas fronteiras são móveis e podem se deslocar conforme os embates ideológicos no funcionamento do discurso. Nesse aspecto, “[...] graças à heterogeneidade das formações discursivas, e como a língua se constitui pela *falha*, pode haver derivas de sentido e, assim, produzir distintas posições-sujeito” (Cortes, 2015, p. 166). Ou seja, o sujeito também não é homogêneo, mas fragmentado e descentrado, e, assim, ele e os sentidos se movimentam no discurso, ora em posições de adesão, ora em posição de confronto discursivo.

Considerando o exposto, Orlandi (2017, p. 55) explicita que

Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva, que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é político. A análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida.

¹¹ A obra *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, foi publicada após o maio de 68, em 1969.

Nesse cenário, o discurso funciona intrinsecamente com os processos ideológicos, já que todo sujeito se constitui em uma “posição-sujeito” instaurado numa formação discursiva, que é, por sua vez, uma projeção da ideologia.

Pêcheux (2014b) esclarece que uma posição de sujeito é concebida como uma relação específica estabelecida em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma determinada FD. Ele adiciona que essa relação é caracterizada como uma relação de identificação, com modalidades diversas e produzem distintos efeitos-sujeito no discurso inscrito no interior de uma conjuntura social dada. Ainda para o autor, descrever as várias posições de sujeito inscritas em uma FD está intrinsecamente relacionado com o domínio de descrição da forma-sujeito.

Sobre a constituição do sujeito, Orlandi (1996, p. 28) destaca que

o sujeito é concebido, discursivamente, como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível, quando se trata da significação.

Sob essa ótica, para Pêcheux (2014a), a tomada de posição do sujeito se manifesta em diferentes modalidades, das quais discorreremos sobre duas. A primeira modalidade envolve uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, em que a “tomada de posição” do sujeito resulta em um assujeitamento sob a forma de “livremente consentido”, caracterizando o discurso do “bom sujeito”. A respeito desse discurso, o Sujeito se identifica espontaneamente com a FD dominante, sendo cegamente determinado pelo interdiscurso e, com base nisso, realiza seus efeitos “em plena liberdade”.

Na segunda modalidade, por sua vez, inscreve-se o discurso do “mau sujeito”, no qual o sujeito da enunciação se opõe ao sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que implica em separação, dúvida, questionamento ou revolta em relação ao que o “sujeito universal” lhe impõe como pensamento. Com isso, a inscrição dos sujeitos nas FDs é determinada ideologicamente, afetada pelo interdiscurso, sob o jogo das relações de poder, sendo produzidas na heterogeneidade dos sentidos e nas fronteiras do saber em que se inscrevem. Esse sujeito é fragmentado, funciona como uma posição entre outras e se constitui conjuntamente aos sentidos.

Após essa discussão, discorreremos, a seguir, acerca da noção de formações imaginárias, um importante conceito para este trabalho acadêmico.

2.1.2 Discurso e formações imaginárias

Na análise dos processos discursivos, o imaginário desempenha um papel fundamental, pois é por meio dele que se constroem as relações de significado entre os sujeitos. Nesse sentido, Pêcheux ([1969] 2014b, p. 82, grifos do autor) destaca que “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Portanto, é fundamental compreender que as formações imaginárias dos sujeitos e de seus lugares afetam as tomadas de posições dos sujeitos no discurso.

Segundo Pêcheux (2014b), em todo processo discursivo, existem formações imaginárias, concebidas para explicitar as condições de produção do discurso, pois os lugares sociais ocupados pelos sujeitos estão representados no processo discursivo, como um jogo de imagens que se estrutura nas relações de força.

Para ilustrar, vejamos, pois, no Quadro 1, o esquema elaborado pelo autor para elucidar o jogo das formações imaginárias no processo discursivo:

Quadro 1 – Esquema das formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A^{12} $I_A(A)$ $I_A(B)$ $I_B(B)$ $I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (2014b, p. 82).

¹² Aqui, “A” é o destinador, “B” o destinatário, “R” o referente, tratando-se de um objeto imaginário, e “I” a imagem.

Nessa medida, convém pontuar que os lugares descritos no quadro acima são projetados imaginariamente e são afetados pelo interdiscurso. Tais estruturas afetam os sentidos atribuídos pelo sujeito ao antecipar imaginariamente seu próprio lugar e o lugar do outro. Assim, os discursos são sustentados pelas determinações ideológicas e históricas em funcionamento no imaginário dos sujeitos e de seus lugares.

Pêcheux (2015b) menciona que a atribuição das condições de produção de um discurso é equivalente a atribuir a natureza dos lugares que são sustentados por *A* e *B* em relação a *R*. Ele ressalta que essas propriedades não podem ser interpretadas como atributos individuais de um locutor específico, como seu passado, suas experiências de aprendizado ou suas emoções. Todavia, refere-se à posição imputada ao produtor do discurso, situado no interior de uma estrutura social que pode ser descrita cientificamente, bem como determina os lugares que *A* e *B* e o referente *R* devem ocupar socialmente.

De acordo com o mecanismo de antecipação, Orlandi (2020a) elucida que todo sujeito possui a capacidade de experimentar, isto é, de se posicionar no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras, antecipando-o quanto ao sentido que suas palavras podem produzir. Tal mecanismo, segundo a autora, regula a argumentação e leva o sujeito a se pronunciar de maneira peculiar, dependendo do efeito que ele objetiva causar em seu ouvinte.

Assim, as imagens dos sujeitos e dos seus lugares funcionam intrinsecamente com as condições de produção do discurso, mas tais imagens não têm origem no sujeito, contudo, são realizadas nele. Orlandi (2020a) considera que as formações imaginárias, em sentido amplo, incluem o plano sócio-histórico, o ideológico e o da memória, já que tais aspectos oferecem mecanismos para a constituição da posição-sujeito inscrita em uma dada formação discursiva, considerando que elas funcionam de forma imbricada com as condições de produção do discurso, em que o interdiscurso fornece a matéria-prima sobre os já-ditos relacionados com os dizeres delimitados socialmente sobre os espaços que os sujeitos ocupam.

Nesse sentido, as imagens projetadas dos e sobre os sujeitos dentro de uma conjuntura social funcionam sob a égide dos efeitos do imaginário interligados com os já-ditos da memória, que são instaurados nas condições de produção do discurso. Por conseguinte, Orlandi (2012) assevera que o imaginário não é uma mentira, tampouco se coincide com a concepção de fantasia. Para a autora, o imaginário é parte inerente da maneira como o sujeito é constituído na produção de sentidos. A estudiosa pontua ainda que: se, por um lado, a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é uma correspondência direta, por outro lado, há a necessidade constante de interpretação frente a qualquer objeto simbólico, sempre indagando pelos sentidos presentes nele, já que “a ideologia é uma prática significativa” (Orlandi, 2021, p. 9).

Assim sendo, conforme elucida Pêcheux ([1969] 2014b, p. 85), as formações imaginárias:

[...] resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.

Diante disso, o funcionamento das formações imaginárias sofre determinações das relações de forças, em uma conjuntura histórica e ideológica dada, pois, para Pêcheux (2014b, p. 76), “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não terá o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa”. Isso ocorre porque vivemos em uma sociedade que é estruturada por relações hierarquizadas, sendo as relações de força sustentadas no poder desses distintos espaços, em que se inscreve a dinâmica discursiva.

Dado o exposto, as formações imaginárias funcionam de forma indissociável com as formações discursivas às quais os sujeitos são filiados, considerando o imbricamento com o interdiscurso nas condições de produção e, por conseguinte, o funcionamento das relações de força nas projeções que se materializam nos processos discursivos. Orlandi (2020a) acrescenta que esse é um jogo imaginário regido pela troca de palavras, que, em sua complexidade discursiva, inclui a imagem que o locutor constrói de seu interlocutor, bem como a imagem que ambos fazem do objeto do discurso, no caso deste estudo, o sujeito mulher policial e a profissão nas corporações de segurança pública do Brasil.

Nesse contexto, ao mobilizar a noção de formações imaginárias em seu estudo, Santos (2020, p. 19) argumenta que:

as imagens materializam sentidos de valores sociais, padrões de beleza, que produzem efeitos no processo de subjetivação dos indivíduos e determinam as posições-sujeito, a exemplo do consumo de produtos imaginariamente adequados, valores a serem seguidos ou não, posicionamentos ideológicos, estabilização de sentidos, silenciamentos ou rupturas.

Nesse enredamento do mecanismo imaginário, os sentidos não são fixos e funcionam nas relações de confronto, a partir dos efeitos de afrontamento ideológico, pois, no processo discursivo, há “[...] uma *antecipação das representações do receptor*, sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (Pêcheux, 2014b, p. 83, grifos do autor). Com efeito, as formações imaginárias são elementos das condições de produção do discurso, em uma conjuntura dada e produzem efeitos de sentidos que afetam as tomadas de posição do sujeito.

Na esteira dessas reflexões, Morales (2008) pontua que

é via imaginário e/ou relações imaginárias que o sujeito se relaciona com a realidade. Essa relação não é direta, ela é mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido. O *imaginário* não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela, é um *efeito do real*. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário – do ideológico, e a ordem simbólica – a ordem das palavras (Morales, 2008, p. 43).

Sob esse viés, a autora situa as relações imaginárias no cerne da relação entre sujeito e realidade. Contudo, cabe ressaltar que essa mediação simbólica, embora essencial, não deve ser vista como a única forma de mediação entre sujeito e sentido. Outros fatores, como as condições de produção do discurso, também desempenham papel significativo na construção do sentido, pois a realidade não se limita ao que é elaborado discursivamente; ela é também impactada por elementos extralinguísticos, que podem escapar ao domínio simbólico e imaginário.

Logo, a ideologia, nos mecanismos imaginários, direciona a produção de sentidos nas relações entre linguagem e história, conforme Orlandi (1984). Em similaridade, Grigoletto e Silva Sobrinho (2018) argumentam que a ideologia se apresenta como representação imaginária e se encontra intrincada com as forças materiais. Os autores ressaltam que existe uma relação constitutiva entre ideologia e imaginário, que, por sua vez, é fundamentada nas relações sociais e históricas de produção e reprodução de uma sociedade específica.

Quanto às relações de sentido, segundo Pêcheux (2014a), elas dizem respeito às relações com os discursos prévios, pois nenhum discurso existe isoladamente, mas está sempre relacionado a outros discursos que o sustentam e apontam para dizeres futuros, tendo em vista que os sentidos emergem dessas relações com a historicidade, com o interdiscurso, em que não há um começo absoluto nem um ponto final.

2.1.3 Interdiscurso e memória discursiva

Nessa linha de pensamento, o interdiscurso se materializa através do pré-construído, apontando para o fato de que “algo fala, sempre antes, em outro lugar e independentemente, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2014a, p. 149).

Para Pêcheux (2014a), a noção de interdiscurso refere-se ao imbricamento das formações discursivas que dominam e regulam os sentidos numa conjuntura social. Assim, os sentidos são produzidos e instaurados nas práticas discursivas, já que uma FD “não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar

(isto é, de outras FD) que se repetem nela, [...] sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’”, destaca Pêcheux (2014b, p. 310).

Segundo Pêcheux (2014a), a noção de interdiscurso é utilizada para identificar o “exterior específico” de uma FD e funciona como uma evidência discursiva. Conforme o autor, o interdiscurso é o “todo complexo com dominante das formações discursivas [...], ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2014a, p. 149).

Nesse ínterim, as diferentes maneiras como o discurso é organizado e produzido dentro de uma sociedade não são uniformes, haja vista que o interdiscurso é governado pelo dinamismo da desigualdade, contradição e subordinação. Ou seja, as diferentes FDs não têm o mesmo peso ou poder; o domínio de uma pode predominar sobre outras, havendo tensões e conflitos entre elas. Tais características estão relacionadas com as formações ideológicas, que também operam sob relações desiguais, em que certas ideologias prevalecem sobre outras, afetando o discurso de acordo com as relações de poder na sociedade.

Sob essa ótica, Pêcheux (2015b) explica que

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (Pêcheux, 2015b, p. 158, grifos do autor).

Nesse aspecto, o interdiscurso não é apenas um elemento que integra a discursividade, mas sim o princípio que a faz funcionar, pois os elementos de um texto, ao transitarem em uma determinada formação discursiva, podem ser oriundos de outra FD. Ademais, o processo de “meta-forização” possibilita que os discursos se relacionem e se transformem ao longo do tempo. Em outras palavras, os sentidos já ditos do interdiscurso se movem entre diferentes FDs, no jogo metafórico.

Em similaridade ao exposto, Courtine (2016) postula que o interdiscurso de uma formação discursiva deve ser pensado como um processo incessante de reconfiguração em que o saber de uma FD é conduzido conforme as posições ideológicas que ela representa em uma conjuntura específica, incorporando os elementos pré-construídos provenientes da sua exterioridade.

Acerca dos pré-construídos, Paul Henry (2014) argumenta que o pré-construído¹³ determina a constituição do discurso a partir de uma construção histórica, materializada no interdiscurso, nas relações com o “sempre-já-lá da linguagem”, dito antes em outro lugar.

Sobre isso, Indursky (2011, p. 69) afirma que

sob a noção de pré-construídos, encontramos um dos funcionamentos discursivos que mostram de que forma pode ocorrer a repetibilidade. Por seu intermédio, podemos observar como elementos provenientes do interdiscurso são inscritos no discurso do sujeito. Estamos diante de práticas discursivas no interior das quais saberes circulam e são apropriados/discursivizados em diferentes discursos.

Nessa linha, considerando a perspectiva do saber já dito como determinante na construção dos sentidos inscritos na formação discursiva, Orlandi (2020a, p. 29) ressalta que o interdiscurso é responsável por disponibilizar “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Dessa maneira, o interdiscurso determina o processo de significação, pelo funcionamento dos pré-construídos “ausentes por sua presença”, como defendido por Pêcheux (2020, p. 48).

De acordo com Courtine (2014), o domínio de saber de uma FD determina o que pode ser dito como princípio de aceitação e o que não pode ser dito como princípio de exclusão. Sob essa perspectiva, o autor explica que o interdiscurso materializado numa FD

deve ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação (Courtine, 2014, p. 100, grifos do autor).

Nesse quadro, o domínio de saber de uma FD ancora-se nas conjunturas sócio-histórica e ideológica de sua formação. Desse modo, o interdiscurso emerge como um campo de força em que distintas formações ideológicas se confrontam e se imbricam, determinando a produção de sentidos. A esse respeito, Pêcheux (2014a, p. 154) pontua que “o interdiscurso enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do exterior”. Assim, as práticas discursivas

¹³ O termo “pré-construído” foi cunhado por Paul Henry (2014) para descrever como os elementos históricos determinam a constituição do discurso, a partir de uma construção histórica materializada nas relações com o já-dito antes em outro lugar.

se articulam em torno dos saberes já ditos para a construção de significados. Com efeito, isso se torna consequência do trabalho realizado pela forma-sujeito, pois ela “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, [...] de modo que o interdiscurso *aparece* como puro ‘já-dito’ do intradiscurso”, explicita Pêcheux (2014a, p. 154).

Com efeito, o “interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber daquela FD, pode ser referido como aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras”, conforme argumenta Courtine (2016, p. 23). O mesmo autor descreve duas dimensões nas relações que um enunciado estabelece dentro de uma formação discursiva: a primeira diz respeito à relação horizontal que conecta um enunciado com outras formulações do intradiscurso, já a segunda refere-se à relação vertical que situa o enunciado em conexão com formulações de outras sequências discursivas (SDs), caracterizando o interdiscurso. Devido a isso, um enunciado é afetado e afeta discursivamente outros enunciados em diferentes condições de produção do discurso e de momentos históricos.

Nessa direção, percebemos a indissociabilidade desses dois modos de existência do discurso: o intradiscurso, que trata das conexões internas de uma sequência discursiva específica, e o interdiscurso, que se imbrica com outros discursos no âmbito mais amplo de uma FD. Dessa forma,

é na relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos como efeito de memória (Courtine, 2014, p. 106).

Sob esse ponto de vista, quando uma *formulação-origem* – um discurso anterior – retorna e ressoa na atualidade e se instaura numa nova conjuntura discursiva, temos o efeito de memória. Nesse ínterim, os discursos são interligados uns aos outros, o que mostra a movência e a dinâmica da produção de sentidos ao longo da história.

Perante o exposto, Pêcheux (2014b) também considera esses dois espaços indissociáveis para descrever séries discursivas, a saber:

Um espaço, dito vertical, que remete a dimensão histórica do discurso e comanda algoritmos de reagrupamento de unidades extraídas de séries discursivas: todo enunciado é tornado em uma série de enunciados, que pertencem a outras sequências discursivas emitidas anterior ou simultaneamente, e que constituem sua condição de existência; [...] Um espaço, dito horizontal, que remete ao “fio do discurso” [...] (Pêcheux, 2014b, p. 277).

Dessa forma, os sentidos funcionam em uma lógica da repetibilidade, no duplo movimento de verticalidade e horizontalidade. Sobre a natureza vertical, Indursky (2003) elucida que, por um lado, os enunciados têm o que lhes permite serem repetidos, e essa característica é explicada pela noção de estrutura, bem como os saberes pré-existentes ao discurso de um sujeito estão inseridos dentro de uma estrutura vertical, seja ela a FD que afeta o sujeito discursivo ou o interdiscurso.

Por outro lado, a autora postula que os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, existem também no interior de uma estrutura horizontal que diz respeito ao intradiscurso, em que se instaura a formulação do sujeito, consistindo na forma que o enunciado tomou em seu discurso, depois de ocorrer o processo de apropriação e de sintagmatização. Em outras palavras, “a estrutura vertical sinaliza a existência anterior do enunciado, enquanto a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado” (Indursky, 2003, p. 103).

Convém ressaltar que esse retorno não pode ser compreendido como pura reprodução, “como se o discurso fosse a imagem no espelho desse dizer anterior que retoma, mas antes ressignifica o já-dito que apontará tanto para o sentido já-posto, quanto para novas possibilidades de produção de sentidos”, explica De Nardi (2003, p. 77). Portanto, o processo de repetição é próprio das práticas discursivas.

Indursky (2011), por sua vez, faz uma distinção entre memória discursiva e interdiscurso. Para ela, a memória discursiva é específica e regionalizada, limitando ao que pode ser dito dentro de uma formação discursiva e, por esse motivo, é lacunar e fragmentada. Ou seja, mobiliza os discursos possíveis em uma FD, mas com lacunas decorrentes das restrições ideológicas inerentes a essa FD. Já o interdiscurso é mais amplo e engloba todas as memórias discursivas de diversas FDs.

Dito isso, o interdiscurso coloca em relevo as contradições inerentes às formações discursivas e o funcionamento da ideologia na constituição dos sujeitos, ao mesmo tempo em que demonstra como os sentidos transitam e se transformam no espaço discursivo, pois é no interdiscurso que reside o conjunto de saberes já-ditos, haja vista que “[...] esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. E é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva” (Indursky, 2011, p. 86).

A memória, nessa visão, é um recorte do interdiscurso; nesse cenário, a noção de memória discursiva também é discutida por Pêcheux (2020):

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 2020, p. 48).

Nesse viés, pode-se dizer que a memória discursiva é a marca do real histórico como remissão exterior, ou seja, a memória não é estanque, como exposto por Pêcheux (2020), muito pelo contrário, é movimento, bem como possui desdobramento discursivo nos contextos ideológico, histórico e social. Cortes (2021) destaca que, na memória, instauram-se tanto a estabilização quanto os deslocamentos de sentido no processo discursivo, caracterizando-a por uma contínua instabilidade e tensão, pois uma determinada sequência de discurso carrega, ao mesmo tempo, os traços e efeitos da memória, tornando-se um espaço de sua inscrição, funcionando como parte de uma engrenagem maior no jogo discursivo. Assim, isso depende de como os sujeitos se significam e de como são “afetados pela língua, de como se inscrevem na história” (Orlandi, 2020a, p. 35).

Para Courtine (2014, p. 105-106, grifos do autor), a noção de memória discursiva diz respeito à “*existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Considerando o exposto, os enunciados não existem isoladamente, pois estão imersos em uma rede de discursos já ditos, sendo que a memória discursiva permite a repetição e a retomada de enunciados anteriores, assim como possibilita a inscrição de novos sentidos dentro de um contexto histórico específico.

Dado o exposto, com base em Pêcheux (2020), compreendemos a memória discursiva não como algo de natureza cognitiva ou pessoal, mas como parte integrante que se inscreve nas condições de produção histórica, coletiva e política, configurando-se em um campo de disputa heterogênea em que sujeito e sentido se constituem na relação com a linguagem. Frente a isso, ancorados no que expõe Courtine (2014, p. 105), o que entendemos por “memória discursiva é distinto de toda memorização psicológica do tipo daquela cuja medida cronométrica os psicolinguistas se dedicam a produzir”. Indursky (2011) elucida que:

uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social. Por outro lado, a memória discursiva que se depreende de uma FD não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Essa é a diferença que se estabelece entre o *memorável*, que é da ordem do “todos sabem, todos lembram”, e memória discursiva que é de ordem ideológica. É o ideológico que responde pela natureza lacunar de uma FD e da memória discursiva por ela representada (Indursky, 2011, p. 87, grifos da autora).

Nessa trama, a concepção de memória sofre efeitos ideológicos. Em seu dinamismo e complexidade, a memória discursiva se contrapõe à visão simplista de uma esfera plana e estática, pois, em sua natureza movente, se constitui por divisões, disjunções, deslocamentos e retomadas, como postula Pêcheux (2020). Em razão disso, ela é um espaço permeado por conflitos de regularização e desregularização de sentidos e não funciona como um reservatório homogêneo acumulado e fixo. Em outras palavras, a “memória é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido” (Orlandi, 2020a, p. 61). Assim, a memória é constituída pelo que já foi dito, dando sentido ao discurso, visto que a memória apreendida pelo interdiscurso é extensa e saturada, pois abarca a totalidade das práticas discursivas e de seus sentidos produzidos e circulados nas esferas sociais.

Nesse cenário, diferentes discursos se repetem ou contrapõem-se uns com os outros, e os sentidos são atualizados nos discursos, pelo movimento dos gestos de (re)interpretação em uma dada conjuntura social, sob condições de produção e circulação diversas. Por conseguinte, na atualidade de cada enunciação, temos um mover das memórias discursivas antecedentes, funcionando sob as tensões dos já-ditos no passado e novas significações, novos efeitos de sentidos.

Para Courtine (2014, p. 112-113), “[...] a produção de efeitos de atualidade é, ao mesmo tempo, uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento, no interior de uma conjuntura, reatualiza”. Assim, como a noção de acontecimento é central neste estudo, apresentaremos uma discussão mais aprofundada sobre tal conceito discursivo no terceiro capítulo, no qual expomos nossos gestos analíticos.

A seguir, problematizamos discussões sobre o funcionamento discursivo das tecnologias digitais, considerando que as condições de produção do digital também afetam os sentidos, sobretudo pelo modo peculiar de circulação dos discursos. Ademais, o digital também é nosso espaço discursivo, logo, também é objeto de análise.

2.2 Discurso e tecnologias digitais

Os avanços tecnológicos trouxeram várias transformações históricas na sociedade contemporânea. Isso se deve, principalmente, à internet, que se tornou, como assevera Kumaravadivelu (2006, p. 130), “o traço mais distintivo da fase atual da globalização”. No entanto, no campo da AD, assim como a língua, o discurso inscrito no digital é tomado em sua opacidade. Em outras palavras, é posto como espaço de produção e funcionamento discursivo em que diferentes sujeitos se posicionam a partir das suas identificações ideológicas que se

imbricam e se transformam historicamente em um jogo de tensões estabelecidas pela memória discursiva nas tramas digitais e pelo simbólico.

Em sua opacidade, no digital instaura-se um jogo de embates, entremeado pela ideologia, cujos sujeitos e sentidos circulam dinamicamente pelas teias da rede, ocupando distintas posições no discurso. Em virtude disso, é na complexidade da matéria digital que se encontra o imbricamento do discurso com o tecnológico, e ambos são atravessados pela ideologia, pois esta produz determinações no funcionamento dos discursos e das posições-sujeito, seja nas tramas digitais ou não.

Desse modo, o digital desponta como um importante fio condutor para mover os sentidos e, portanto, produz diferentes maneiras para a constituição dos sujeitos. Consoante ao exposto, Dias (2016a) destaca que cabe ao analista de discurso observar as derivas desses sentidos para compreender como elas funcionam no discurso, pois é necessário entender o processo de historização dos sentidos para chegar ao processo de significação. A autora acrescenta que, no percurso analítico, é essencial levar em conta a relação entre língua e história, observando seus efeitos, os quais possibilitam a constituição dos sujeitos nas mídias digitais, a partir do funcionamento da memória nesse espaço discursivo.

Nessa conjuntura, na AD, tomamos o discurso digital inserido nas práticas discursivas que possibilitam o movimento dos sentidos e dos sujeitos historicamente situados, tendo em vista que nas tramas da rede, os sujeitos se posicionam e confrontam-se nas tensões dos embates das relações de força da memória e da ideologia que os constituem.

Na AD, tomamos o digital como algo que vai além dos recursos tecnológicos, visto que consideramos a rede como espaço de produção e reprodução de discursos político-ideológicos, em que os sujeitos são afetados pelos sentidos e pela memória, resistindo, de igual modo, aos discursos presentes na sociedade capitalista, sejam eles conservadores ou não (Dias, 2018).

Nesse enredamento discursivo, os sentidos circulam na rede digital entremeados pelas relações de força que se inscrevem na memória e na ideologia das FDs, às quais os sujeitos se filiam. Assim, os processos de significação podem variar conforme os embates e relações de poder, resultando em posições que estabilizam já-ditos, na manutenção do mesmo, ou que rompem com o discurso, deslocando os sentidos. Para Mittmann (2013, p. 234),

[...] as forças se dão dos dois sentidos: forçando passagem pela abertura ao diferente e reforçando os muros pela manutenção do mesmo. E a internet, embora tenha se apresentado como um acontecimento que pode levar à abertura ao diferente, também pode ser utilizada para a repetição, sem deslocamentos, dos mais conservadores de nossa sociedade – até porque foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet se desenvolveu.

Ante o exposto, é no jogo de forças instaurado na rede que as dinâmicas do poder se movimentam intrinsecamente com os sentidos. Se, por um lado, na rede há a abertura para uma força que busca explorar o novo e o diferente, por outro, há barreiras que procuram manter o mesmo, estabelecendo a paráfrase discursiva. Em outros termos, o espaço digital, enquanto lugar de disputas ideológicas, pode tanto possibilitar a expansão de visões que querem romper com o *status quo*, quanto pode ser usado para a manutenção, já que foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet foi desenvolvida. Portanto, as forças sociais e econômicas subjetivam o seu uso e o seu impacto na sociedade.

A fim de explicar o funcionamento do discurso, Orlandi (2021) destaca três momentos inseparáveis do processo discursivo, a saber: o da constituição, o da formulação e o da circulação. A autora pontua que esses três momentos assumem igual relevância no processo de significação e acrescenta que a constituição dos sentidos se dá no interdiscurso; a formulação está relacionada com a materialidade significante e a circulação é que possibilita a movimentação dos sentidos.

Não obstante, em outra reflexão, Orlandi (2021) destaca que nas discursividades contemporâneas da materialidade digital a circulação assume preponderância no processo discursivo:

Partindo da relação que estabeleci (2001) entre constituição, formulação e circulação dos sentidos, tomo como perspectiva de entrada nessa análise a “circulação”, pois as discursividades contemporâneas têm na circulação seu ponto forte. Não se pode, na análise, ignorar como circulam os sentidos (Orlandi, 2021, p. 3).

Nessa ótica, Dias (2018) também defende que é por meio da circulação que o discurso se formula e faz a diferença em sua produção. A autora pontua que o campo digital formula, constitui e comporta nele mesmo um programa de compartilhamento, postagens, comentários, entre outros. Desse modo, a circulação dos discursos no digital deve ser um ponto forte na análise, pois integra as condições de produção do discurso que funciona nas/em redes, e ainda se movimentam entre as redes sociais, portanto, tal funcionamento produz muitos e distintos efeitos de sentido.

Paveau (2021) explana que a web 2.0 surgiu no limiar dos anos 2000, sendo considerada a web das redes sociais, pois conta com características de compartilhamento multimidiático, baseando-se na interação multiagentes. Para a autora, no ambiente democrático das redes sociais, o comentário on-line desponta como uma das formas de tecnodiscurso mais assíduas

na web, já que aparece em diversos espaços de escrita, a exemplo de *blogs*, redes sociais digitais, sites de imprensa, entre outros.

Todavia, cabe ressaltar que o ambiente das redes sociais, pelo efeito da transparência da linguagem, é considerado um espaço democrático, mas é também um espaço de manipulação ideológica, pois esse efeito de democracia não produz a inclusão social e até mesmo digital. Segundo Dias (2013), nem tudo que é acessível é acessável, já que “acessar algo” não implica necessariamente que o conteúdo seja inteligível ou compreensível. Nas condições de produção da globalização, a concepção de acesso, de acordo com a autora, significa ser acessível. Ela esclarece que o verbo “acessar” tem como adjetivo “acessível” (e não “acessável”).

Nessa evidência ideológica da tecnologia e na ambiguidade do sentido de acesso, funcionam gestos de leitura sugerindo que a qualidade de acessar é, por si só, acessível. No entanto, em teoria, refere-se à capacidade de algo a ser acessado, produzindo “o equívoco de que a qualidade de acessar é acessível” (Dias, 2013, p. 250). Diante disso, podemos depreender que o sentido de uma palavra ou expressão é constituído em relação à formação discursiva à qual está vinculada, em imbricamento com outras palavras, expressões ou proposições inscritas nas formações discursivas em jogo. Esse processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos é sustentado pela ideologia, como destacado por Pêcheux (2014a).

Paveau (2021), por sua vez, considera os discursos da web como tecnodiscursos, porque os elementos técnicos e linguageiros funcionam intrinsecamente entre si, logo, a dimensão técnica das plataformas digitais não se reduz apenas a um simples suporte. Além disso, tal indissociabilidade impede que a especificidade material da linguagem seja extraída das capacidades técnicas dos espaços conectados, “[...] sem que, com isso, as análises sejam prejudicadas” (Paveau, 2021, p. 19).

Em relação às condições de produção do discurso nas redes sociais – de onde coletamos parte do nosso *corpus*¹⁴ – buscamos refletir sobre como essas plataformas, especialmente o *Facebook* e o *Instagram*, contribuem para a criação de um “engodo tecnológico”, que resulta em deslocamentos nas relações de identificação dos sujeitos, como postula Grigoletto (2021, p. 189).

Segundo a autora,

esse engodo tecnológico a partir do controle produzidos sobre os sujeitos pelos algoritmos do *Facebook* [e do *Instagram*] que buscam, independentemente da filiação ideológica, os dados individuais, ou dados residuais, dos seus

¹⁴ A partir da página 56, explicamos de onde coletamos as outras materialidades discursivas que compõem os *corpora* deste estudo.

usuários, visando ao lucro. [...] O objetivo é acumular: seguidores, curtidas, compartilhamentos, comentários, *hashtags* etc., produzindo um excesso de informação que [...] faz o pensamento definhar. O que é, então, supostamente, informação pode se transformar em desinformação e até em *fake news* (Grigoletto, 2021, p. 196, acréscimo nosso).

Nesse sentido, percebe-se como os algoritmos das redes sociais manipulam os dados dos usuários para fins lucrativos, criando excesso de informações, o que compromete o pensamento crítico e, em vez de gerar conhecimento, facilita a propagação de desinformação, incluindo *fake news*. Nessa direção, Cortes (2022) argumenta que:

o internauta é interpelado ideologicamente a “cair” nas redes, visualizar a postagem, curtir, registrar seu “like” e, em seguida, compartilhar o link, que pode viralizar nas redes pela circulação massiva. E assim são gerados os grandes lucros às gigantescas empresas da informática, a exemplo do *Google*, *Twitter* e redes do grupo Meta, além das empresas anunciantes e administradores dos sites monetizados [...] (Cortes, 2022, p. 244).

Sobre o exposto, ao retomar os estudos de Cortes (2022), Pereira (2023, p. 66) postula que “não podemos deixar de ressaltar o impacto que esses algoritmos provocam na vida social e na forma de utilização da rede em uma sociedade capitalista”. Com isso, há uma verdadeira “corrida” por cliques, seguidores e compartilhamentos no *Instagram*. Nesse contexto, Pereira (2023) acrescenta que os números não apenas medem popularidade, mas também implicam em rentabilidade financeira.

Nessa conjuntura das redes sociais, os *emojis* são componentes constituintes na inscrição de discursos, uma vez que, por se inserirem no campo linguístico, eles também significam, produzindo sentidos por meio da circulação, compartilhamento e legendas. Portanto, podem ser percebidos como elementos compósitos¹⁵, pois, além de serem utilizados com mais frequência nas redes sociais e plataformas digitais, os *emojis* comportam formas de significar e de expressar sensações ou sentimentos complexos a partir de uma única imagem, por exemplo: se o internauta usa o *emoji* de ❤️ (coração), produz gestos de leitura que amou ou gostou muito da publicação.

No entanto, se o *emoji* 🤮 (rosto vomitando) for utilizado nos comentários, instauram-se sentidos de incômodo, rejeição ou repugnância pelo que foi publicado. Dessa maneira, percebe-se que o histórico determina o modo pelo qual o discurso se significa no digital

¹⁵ Conforme Paveau (2021, p. 159), os elementos discursivos são compósitos quando “integram o linguageiro e o tecnológico, e igualmente o cultural, o social, o político, o ético, etc.”.

enquanto espaço discursivo, por meio da formulação e da circulação, que são elementos atravessados pela materialidade digital (Dias, 2016b).

Dado o exposto, retomando as modalidades de tomadas de posição propostas por Pêcheux (2014a) e a exemplificação sobre os *emojis* de  (aceitação) e de  (antagonismo/rejeição), vimos que na conjuntura das condições de produção do primeiro *emoji* funciona a superposição de anuência, ou seja, há a inscrição do ‘bom sujeito’, que aceita livremente a tomada de posição da formação discursiva dominante, a qual é determinada pelo interdiscurso. Portanto, o sujeito é atravessado ideologicamente e identifica-se com a região de saberes dessa FD. Já no segundo, funciona a inscrição do ‘mau sujeito’, pois se inscreve no espaço da contradição em que uma tomada de posição consiste em um distanciamento, contestação ou até mesmo uma revolta no interior das formações discursivas.

Considerando o exposto, entendemos, com base em Pêcheux (2014a), que o funcionamento da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos – na imbricação do complexo das formações ideológicas com o interdiscurso – resulta no processo de identificação e contraidentificação do sujeito com as FDs que determinam aquilo que pode e deve ser dito também nas redes digitais e sociais.

Soma-se ainda a isso a noção de materialidade digital, que, para Dias (2016b, p. 173), é o “processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo meio material (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)”. Em virtude disso, a materialidade digital se caracteriza na e pela discursividade, considerando seu processo de significação pela circulação, tanto no meio urbano quanto no digital.

É nesse espaço de condições de produção discursiva que a internet se tornou um dos principais fios condutores de circulação de discurso, consoante o que assevera Mittmann (2013, p. 234-235), ao salientar que:

[...] os discursos no âmbito do ciberespaço apenas reproduzem os discursos desde sempre já presentes na sociedade: a luta de classes também ali se manifesta, a partir dos embates entre a formação ideológica do social e a formação ideológica do capital, cujas discursivizações se dão através de formações discursivas progressistas, por um lado, e conservadoras, por outro. Isso porque o que é discursivizado no ciberespaço é próprio da formação social e de suas contradições. Mas há algo mais. O espaço dos comentários é um cenário peculiar em que o sujeito pode mostrar-se pelo discurso e, ao mesmo tempo, esconder-se pelo anonimato, pode entrar num debate acirrado e subitamente escapar dele, pode manter-se no tema engatilhado ou desviar por caminhos outros.

Nessa direção, a rede como espaço aberto e objeto discursivo (Cortes, 2015) coloca em relevo as questões ideológicas apreendidas em um campo social em que os discursos se materializam em diferentes linguagens verbais e não verbais. Partindo dos pressupostos desses espaços discursivos, estamos vivendo “[...] em um tempo em que o movimento da máquina se (con)funde com o do homem e nem sempre é possível separar o que é da ordem do histórico e do tecnológico” (Grigoletto; Gallo, 2015, p. 307).

De acordo com Paveau (2021, p. 33),

Os discursos nativos da web são, aliás, relacionais: a arquitetura da rede faz com que eles sejam todos materialmente interligados. Entre eles e seu enunciador está aquilo que lhes atribui propriedades particulares, como sua investigabilidade (todo enunciado on-line pode ser pesquisado e encontrado por meio de ferramentas como os buscadores) e sua idiodigitabilidade (todo enunciado da web on-line tem uma fórmula única e subjetiva, determinada pelos parâmetros de navegação, de sociabilidade, de leitura e de escrita do internauta).

Nesse cenário, as publicações discursivizadas na internet funcionam de forma intrincada com a estrutura da rede, contribuindo para a construção de um espaço discursivo. Nessa esteira ideológica que atravessa os usuários na rede digital, os internautas são interpelados pela ideologia a ocuparem diversas posições-sujeito, pois a web on-line possui fórmulas únicas e singularidades como parte central nas condições de produção do discurso e no processo de circulação.

Nesse bojo discursivo, na rede pode acontecer a perturbação dos sentidos, desempenhando importante função simbólica na maneira como as práticas discursivas funcionam, implicando na produção de novos sentidos, textualidades e em novos impactos de significação e de expressão nas redes midiáticas digitais. Isso está particularmente relacionado com a movimentação dos sentidos e dos sujeitos. Nessa conjuntura, o discurso digital intervém na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos em que se instaura na “tensão contínua entre a (des)estabilização e a equivocidade de sentidos; como uma rede que enlaça, mas também possui brechas e furos que permitem os escapes e falhas” (Cortes, 2021, p. 285).

Contudo, também é preciso, no espaço digital, “levar em conta o acontecimento do discurso da tecnologia, sua inscrição na memória discursiva e sua atualização nas formulações digitais”, pontua Dias (2016b, p. 168). Portanto, afirmar que a rede internet instaura acontecimento discursivo implica elucidar que não há apenas a desidentificação inerente a qualquer discurso, mas também há a desestabilização particular de espaços já estabilizados,

assim, o ambiente digital torna-se particularmente significativo e dinâmico para o funcionamento do acontecimento sobre a estrutura da rede digital (Gallo, 2011).

Nesse contexto, as *hashtags* se destacam como elementos da materialidade digital. A seguir, vejamos algumas considerações a esse respeito.

2.2.1 Sobre as *hashtags*

Além dos *emojis*, Paveau (2021) elucida que a *hashtag* é outro elemento tecnodiscursivo incorporado às redes sociais, que potencializa o processo de construção de significados no que diz respeito à circulação e produção de discursos on-line. Para a autora,

hashtag é um segmento linguageiro precedido do signo #, utilizado originalmente na rede de microblog Twitter, mas adaptado em outras plataformas, como o *Facebook* principalmente. Essa associação transforma o segmento numa *tag* clicável que é inserida manualmente num *tweet* e permite acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém a hashtag (Paveau, 2021, p. 223).

Nessa perspectiva, as *hashtags* são como um elo para criar engajamento, sendo usadas também em favor do ativismo digital, visto que conseguem reunir e agregar discursos filiados a uma mesma FD. Elas auxiliam na ampliação da circulação e produção de discursos nas redes sociais, pois a partir delas os usuários podem curtir páginas, assim como construir grupos de interesses afins para se conectarem a postagens e comunidades no mundo todo por meio de conteúdos semelhantes. Com efeito, é “[...] pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui”, conforme pontua Dias (2018, p. 29).

Dito isso, defendemos que as redes sociais na internet vão além de espaços de sociabilidade, sendo lugares profícuos para a eclosão de movimentos e pautas, a exemplo do movimento Primavera Árabe¹⁶, que encontrou nelas seu principal meio de formação e organização, argumenta Henn (2013). Dessa maneira, as redes sociais desempenham um papel importante na manifestação e instauração de acontecimentos relevantes social e historicamente.

Nesse sentido, é pertinente ressaltar que as *hashtags*, amplamente utilizadas em diferentes mídias digitais, surgiram no *Twitter* como uma tentativa de atender à necessidade

¹⁶ A Primavera Árabe foi uma sequência de manifestações de rua que ocorreu nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, iniciando-se em 2010. Nos protestos, os manifestantes lutaram por justiça, democracia, direitos humanos, dignidade e contra os abusos policiais. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/50927>. Acesso em: 5 jul. 2024.

dos usuários de criar grupos entre si, postula Pereira (2018). Ao analisar as *hashtags* políticas em circulação no *Twitter*, Silveira (2015) faz distinção entre três tipos de perfis sociais, a saber:

- ✓ os perfis midiáticos, que são gerenciados por profissionais das mídias, como a imprensa, celebridades e blogueiros;
- ✓ os perfis políticos, que são mantidos por profissionais da política, a exemplo de políticos, assessores parlamentares, partidos, entre outros;
- ✓ os perfis ordinários (de sujeitos ordinários), ou seja, aqueles dos sujeitos anônimos. Esses últimos, a autora explana que eles são monitorados por “pessoas comuns, os perfis *fakes* e todos os demais que não estão relacionados a nenhuma figura pública reconhecida e que somam no conjunto anônimo de vozes que circulam na “rede”” (Silveira, 2015, p. 57).

Todavia, a estudiosa elucida que os perfis dos sujeitos ordinários são diferentes da categoria dos perfis políticos e midiáticos, tendo em vista que eles não são os produtores dos discursos político-midiático tradicionais, pois se situam no espaço de reprodução, comentário e circulação desses discursos.

Sob esta perspectiva, Silveira (2015) afirma que o surgimento de uma palavra-chave ou *hashtag* nos *Trending Topics* do *Twitter* não se deve apenas à quantidade de menções, mas implica outras variáveis, como a rapidez das publicações simultâneas sobre um mesmo tema ou *hashtag* em um determinado período. Assim, eventos esportivos, como a Copa do Mundo; catástrofes naturais, como terremotos e tsunamis; conflitos internacionais, como guerras e atentados e episódios eleitorais frequentemente aparecem nos *Trending Topics* globais, porquanto são eventos com uma duração específica e que geram engajamentos e comentários de um grande número de sujeitos-usuários.

Ainda sobre o funcionamento das *hashtags* nas redes sociais, Grigoletto e Galli (2019) asseveram que ao utilizar a *tag* o sujeito se submete a uma estrutura de linguagem representada pelo símbolo da cerquilha, que constitui uma forma singular de inscrição dos sujeitos na rede, ao reunir discursos sobre um mesmo tema. Embora, tecnicamente, a *tag* tenha como objetivo agrupar discursos dispersos na rede, o efeito produzido é difuso, tanto em termos de circulação quanto na maneira como o sujeito se inscreve na rede ao curtir, comentar e compartilhar *hashtags*.

Sob uma perspectiva discursiva, a utilização das *hashtags* afeta o sentido e o sujeito em um processo multifacetado, pois vai além de um agrupamento técnico de discursos sobre uma mesma temática, funcionando também como uma tomada de posição nas práticas discursivas instauradas no espaço digital.

Segundo Pereira (2018), a utilização das *hashtags* extrapola o uso nas redes sociais, sendo observadas também em contextos “não-clicáveis” como muros de vias públicas, camisetas, cartazes, programas de televisão e até em discursos orais. Paveau (2013) pontua que:

Encontramos as *hashtags* em um e-mail ou um texto, ou em alguns sites, nos quais eles são integrados linguisticamente nos enunciados, sem sua função hipertextual. Notamos que a forma migrou para contextos em que ela não funciona como uma tecnopalavra; ela possui, portanto, outra função, que será preciso determinar (Paveau, 2013, s. p. apud Pereira, 2018).

Diante disso, as *hashtags* migraram também para espaços externos às redes sociais, funcionando como *hiperlinks*. Em contextos como e-mails, textos ou certos sites, elas são integradas de forma linguística, sem cumprir sua função hipertextual. Desse modo, ao se deslocarem para outros ambientes, a função de tecnopalavra não se aplica mais, instaurando, assim, um novo papel, cuja natureza ainda precisa ser analisada e compreendida, como destaca Paveau (2013). Assim, ao circular em meios não clicáveis, a *hashtag* deixa de funcionar como um *hiperlink* e não cria uma rede de significação que é possível nas redes digitais, mas, mesmo assim, seu funcionamento continua a ser significado pelo digital (Pereira, 2018).

Assim, entendemos, com base nas autoras acima, que o digital já faz parte do nosso dia a dia e de nossas práticas enquanto sujeitos discursivos. Dias (2011) afirma que esta discursividade não reside nos objetos, nem nas relações entre eles ou no acesso à internet, mas, sim, no processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, pois ela está presente na maneira como estamos inseridos na coletividade, como significamos os espaços e somos significados por eles, a partir de como somos individualizados pelo Estado por meio do discurso da tecnologia. Contudo, o sujeito, ao compreender sua subjetividade, pode deslocar o sentido e resistir.

No próximo subtópico, exploramos os percursos metodológicos que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

2.3 Delineamentos metodológicos

Neste subtópico, discorreremos acerca dos processos adotados para a constituição do nosso *corpus* de pesquisa, a partir dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. Assim, partimos das condições históricas de produção dos discursos produzidos e instaurados nas mídias digitais sobre a presença do sujeito mulher nas corporações de segurança pública do

Brasil, assim como buscamos colocar em pauta os percursos de construção e seleção do *corpus* analítico.

Para tanto, conforme Pêcheux (2015b), consideramos os movimentos de idas e vindas nas tensões do batimento descrição e interpretação, pois “não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (Pêcheux, 2015b, p. 54). Ou seja, descrição e interpretação não funcionam em percursos lineares, mas no batimento sob constante tensão. Nesse sentido, considerando a metáfora do pêndulo, Petri (2013) reforça essa dinâmica ao destacar que o movimento pendular realizado pelo analista de discurso é marcado por um ir e vir entre teoria e análise, o que agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, lidando com características como opacidades, resistências, porosidades, densidade e incompletude constitutiva. A autora acrescenta que esses movimentos não seguem uma lógica fixa, sendo imperfeitos e, muitas vezes, são imprevisíveis.

Orlandi (2020a) declara que o trabalho analítico começa com a configuração do *corpus*, delineando seus limites e fazendo recortes, o que implica um primeiro trabalho de análise que envolve um constante ir-e-vir entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Sob essa perspectiva, Santos (2021a, p. 27) postula que:

O aparato teórico-metodológico da AD perpassa por diferentes etapas de análise e procedimentos que compreendem a superfície linguística, o objeto discursivo e os processos discursivos. Etapas como essas que possibilitam a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos para e por sujeitos; e como se processa os mecanismos de funcionamento do discurso.

Nesse quadro, o aparato teórico-metodológico da AD é essencial para a compreensão dos sentidos produzidos nos processos discursivos inscritos sobre o sujeito mulher policial, uma vez que na AD são envolvidas distintas etapas nos procedimentos analíticos que abrangem as questões linguísticas e ideológicas. Portanto, o batimento entre descrição e interpretação é inseparável no desenvolvimento da teoria do discurso. Assim, o discurso é tanto uma estrutura quanto um acontecimento, sendo instaurado na tensão descrição e interpretação. Com efeito, por meio desse procedimento teórico-metodológico, investigam-se as posições dos sujeitos, as regularidades discursivas e as condições de produção do discurso, para entender como os processos discursivos se inscrevem nas relações sociais.

Como já assinalado, neste estudo buscamos analisar o ingresso do sujeito mulher na corporação de segurança pública brasileira como acontecimento discursivo e os efeitos discursivos dessa trama, tendo as mídias digitais como espaço de circulação e funcionamento

do discurso, pois o digital “se sobressai ao da formulação e ao da constituição no processo de produção dos discursos e do conhecimento, pela maneira como a noção de informação se discursiviza em nossa sociedade” (Dias, 2018, p. 43).

Na próxima subseção, abordamos o processo que norteou a construção do arquivo e constituição do *corpus* discursivo, destacando os passos metodológicos envolvidos na organização dos dados e na seleção das materialidades discursivas que são objeto das nossas análises.

2.3.1 Da construção do arquivo ao corpus discursivo

A coleta e análise de dados para a realização desta pesquisa segue os aparatos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, conforme já assinalado. Entendemos, com base em Orlandi (2020a), que a construção do *corpus* já se configura como gestos de interpretação.

Nesse processo, ao tratar da construção de arquivo no digital, é oportuno considerar não apenas as especificidades das materialidades, mas também as condições de produção desse espaço, as quais, como destaca Galli (2023), são marcadas por um funcionamento outro da língua na história. Em outras palavras, a autora explica que a construção do arquivo envolve “o gesto de ler como um gesto político” (Galli, 2023, p. 253), o que amplia as dimensões da discursividade no campo digital. Desse modo, a “materialidade digital diz respeito, portanto, à existência da discursividade, à forma material e aos desdobramentos que ela assume em novas textualidades, produzindo mudanças na natureza do objeto de estudo da Análise de Discurso”, como aponta Dias (2023, p. 260). Assim, esse objeto adquire novas dimensões que precisam ser levadas em conta a partir do referencial teórico-metodológico da teoria, pelo trabalho com os gestos de interpretação.

Para tanto, entendemos a complexidade da análise discursiva e, assim, a delimitação do *corpus* é oriunda de arquivos constituídos de recortes de materialidades digitais, publicadas em perfis e sites relacionados à mulher policial, bem como comentários nas postagens para identificar os efeitos de sentidos atravessados nas publicações dos espaços digitais, pois, como elucida Orlandi (2020a, p. 34), “[...] todo funcionamento da linguagem se manifesta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”.

Para Pêcheux (2014c, p. 59), a noção de arquivo refere-se a um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nessa direção, a construção do *corpus* discursivo não é algo estanque, já que não está fechada em si. Courtine (2014, p. 115, grifos do autor) endossa que o *corpus* discursivo é “um conjunto aberto de articulações cuja construção não é

efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise”. Assim, a construção do *corpus* perpassa várias etapas, por exemplo, faz recortes, retoma conceitos e noções, em constantes batimentos entre teoria e os gestos de interpretação, conforme os objetivos propostos.

Na esteira desse pensamento, Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p. 116) elucidam que o arquivo não é como “um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes”. Destarte, não se trata de construir o *corpus* discursivo como acúmulo de documentos, por exemplo, os institucionais como decretos ou portarias, mas o compreendemos na sua materialidade, na diversidade histórica, simbólica e social, pois é isso que faz com que o arquivo se signifique, sendo que “um mesmo arquivo nunca é o mesmo, por causa da sua materialidade”, como assevera Dias (2015, p. 973).

Sobre a construção do *corpus* discursivo, Courtine e Marandin (2016) explanam que

No que diz respeito, antes de tudo, à *constituição de um corpus discursivo*, como dispositivo de agrupamento e de organização de sequências discursivas regulado pela noção de “condições de produção do discurso”: essa noção, com efeito, só se sustenta na possibilidade de operar o fechamento de um espaço discursivo em que a retomada esteja assegurada (Courtine; Marandin, 2016, p. 36).

Nesse aspecto, os autores detalham a importância da constituição de um *corpus* discursivo, como um dispositivo que agrupa e organiza sequências discursivas, sendo regulado pela noção de condições de produção do discurso, a qual delimita um espaço discursivo em que a retomada dos discursos seja assegurada. Com base em Orlandi (2020a), consideramos as condições de produção em sentido amplo, ou seja, inscritas nos contexto sócio-histórico e ideológico.

No que tange à questão teórica das materialidades discursivas, Pêcheux (2016) explana que emerge do resultado da heterogeneidade irreduzível entre a história, a língua e o inconsciente. “Ou seja, a afirmação da posição de entremeio: nem psicanálise, nem linguística, nem história, tampouco a soma delas” (Orlandi, 2017, p. 10). Segundo Pêcheux (2015a), a investigação das materialidades discursivas requer organizar os arquivos que serão analisados, processo conhecido como construção do *corpus*.

Nessa perspectiva,

um *corpus* é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações

ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um corpus de arquivo textual não é um banco de dados (Pêcheux, 2015b, p. 165).

Nesse ínterim, a construção do *corpus* é complexa, bem como composta por diferentes elementos que podem ser contraditórios entre si. Essa especificidade da heterogeneidade é o ponto que distingue o *corpus* discursivo de um banco de dados. Associado a isso, convém destacar que a AD busca explicar como o discurso produz significados na materialidade discursiva, a qual corresponde à ordem equívoca da língua, bem como suas propriedades que estão imbuídas nas condições de produção em que os discursos são produzidos, consoante ao que argumenta Santos (2021a). Por isso a “materialidade discursiva é linguística e histórica” (Orlandi, 1984, p. 306).

Assim, para a construção do arquivo – de onde efetuamos a composição do *corpus* – seguimos um trajeto temático que aborda a presença da mulher policial nas mídias digitais, sem nos restringirmos, inicialmente, a um site ou rede social específica. Nesse contexto, a exploração de um *corpus* diversificado, com o intuito de analisar como se constroem as relações de sentido na sociedade, apoia-se na noção de trajeto temático que, de acordo com Zoppi-Fontana (2018), enquanto dispositivo de leitura, possibilita colocar em “estado de dispersão” enunciados produzidos em diferentes tempos, lugares, gêneros e por distintos locutores. Assim, nosso trajeto temático é traçado a partir de formulações já mencionadas, como “sujeito mulher na polícia”, o que nos permitiu construir o *corpus* “a partir das determinações produzidas pela materialidade específica da língua na discursividade do arquivo” (Zoppi-Fontana, 2018, p. 140).

Periodicamente, realizamos buscas no *Instagram*, *Facebook* e *Google*, utilizando as formulações que guiaram esta pesquisa. As principais expressões empregadas estão exemplificadas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Formulações buscadas nas redes digitais para composição do corpus discursivo

Plataformas	Formulações utilizadas	Mecanismos de busca
✓ Instagram; ✓ Facebook; ✓ Google.	✓ mulher na polícia; ✓ lugar de mulher é na polícia; ✓ dia do policial feminino; ✓ dia da policial militar; ✓ data de ingresso da mulher na polícia; ✓ alistamento feminino; ✓ mulher na Marinha.	Busca nativa nas plataformas (<i>Instagram</i> e <i>Facebook</i>) e mecanismo de pesquisa do <i>Google</i> .

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Nesse ensejo, utilizamos os mecanismos de busca disponíveis em cada plataforma, sempre focando o nosso olhar ao “novo” na repetição, haja vista que

A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela constrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016, p. 173).

Isso posto, ao identificarmos perfis, páginas ou sites com postagens dos temas mencionados, capturamos as publicações com o auxílio do aplicativo *Lightshot*, permitindo uma coleta de materialidades verbal e não verbal. Em seguida, construímos um arquivo sobre o tema estudado. Após a seleção do *corpus* empírico, realizamos uma leitura dessas materialidades para identificar uma possível regularidade discursiva e temática nas publicações.

Para Fernandes e Vinhas (2019, p. 142), a “regularidade do processo discursivo é compreendida a partir das condições de produção que configuram o conjunto de SDs do *corpus* a ser analisado”. As autoras postulam que a regularidade reside naquilo “que se repete”, ou seja, os “processos regulares são aqueles que tomam ‘certa direção’, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso” (Fernandes; Vinhas, p. 142-143). Desse modo, observamos as regularidades discursivas em postagens que contrastavam profissões tradicionalmente associadas à mulher, como a de bailarina, com a profissão de policial, bem como publicações que celebravam o ingresso das mulheres nas corporações de segurança pública do Brasil.

Sob essa perspectiva, esse processo de constituição do *corpus* se ancora na imbricação das diferentes materialidades significantes que o compõem, evidenciando o caráter dinâmico e incompleto de cada uma delas, como aponta Lagazzi (2017). Nas palavras da autora,

a imbricação das diferentes materialidades que compõem um material de análise se faz pelo movimento na incompletude e na falha de cada materialidade, que [...] se demanda na(s) outra(s) com que compõe modos de formulação, uma demanda pela constante possibilidade de estar em movimento, estar em relação a esta(s) outra(s) materialidade(s) (Lagazzi, 2017, p. 36).

Conforme já assinalado, ao selecionar o objeto de estudo, observamos o trajeto temático que instaura o novo na repetição (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016), no intuito de efetuar os recortes e a “seleção de fragmentos do *corpus* para análise”, como orienta Fernandes (2008,

p. 65). Quanto à noção de recorte, apoiamo-nos em Orlandi (1984, p. 14), que o considera como “uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Com esse entendimento, neste estudo, buscamos efetuar os recortes para a construção de um arquivo que constituem o sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil. Para tanto, construímos os recortes que compõem as sequências discursivas para análise.

Desse modo, para efetuar os recortes com vistas à construção do arquivo e, a partir deste, delimitar as sequências discursivas, estabelecemos alguns critérios específicos, quais sejam: *i*) considerar os perfis e as publicações com a inscrição de discursos (e contradiscursos) sobre a presença das mulheres nas corporações de segurança pública; *ii*) considerar publicações com a inscrição e funcionamento discursivo de estratégias de resistência da mulher policial, no contexto dos embates discursivos; *iii*) incluir postagens relacionadas a campanhas e defesa da presença de mulheres na polícia, como em notícias e reportagens; *iv*) observar e buscar a utilização de *hashtags* pertinentes ao tema, como #MulherPolicial, #PolíciaFeminina, #SegurançaPúblicaFeminina etc., para identificar as materialidades com a inscrição de discursos relacionados ao tema; *v*) considerar publicações de comentários de internautas sobre postagens que abordem a presença da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, com o intuito de observar a circulação-confronto do acontecimento na mídia digital e redes sociais.

Dessa forma, criamos e montamos o arquivo com os recortes de sequências discursivas para efetuar os gestos analíticos. Segundo Courtine (2014, p. 55), as sequências discursivas são definidas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. No entanto, o autor ressalta que, para uma análise discursiva consistente, é imprescindível considerar não apenas os processos linguísticos, mas também os extralinguísticos, além das condições históricas que sustentam e constituem as formações discursivas. Com essa perspectiva, delimitar as SDs que compõem tanto o *corpus* de pesquisa auxiliar quanto o *corpus* principal da pesquisa.

A despeito do *corpus* principal da pesquisa, escolhemos delimitá-lo a uma única rede social, o *Instagram*. Isso se deve ao fato de que no *Instagram* há “um espaço de discursividade com características próprias, com especificidades que não estão presentes em práticas discursivas que acontecem fora da rede”, conforme defende Grigoletto (2011, p. 52). Ante o exposto, consideramos que, nesse processo, a leitura enquanto interpretação desempenha um papel fundamental, permitindo o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão (Galli, 2023), o que orientou nossa escolha dos perfis analisados oriundos da rede social mencionada.

Sob essa ótica das particularidades das redes sociais, convém lembrar que é “[...] possível, para o inscrito no *Facebook* [e *Instagram*] publicar imagens, textos, vídeos e comentários curtos de sua autoria” (Aguiar-Santos, 2020, p. 26, acréscimo nosso). Ou seja, os usuários da rede podem ser interpelados ideologicamente e assumirem distintas posições-sujeito ao curtirem, comentarem e compartilharem as postagens nesses espaços e, assim, “as redes sociais e digitais podem funcionar como um espaço de contestação e resistência ao discurso dominante, desestabilizando-o”, conforme postulam Santana e Cortes (2023, p. 119).

Dito isso, o *corpus* principal de pesquisa¹⁷ é composto por onze sequências discursivas coletadas da rede social *Instagram*. O *corpus* em questão inclui publicações e comentários que abordam a presença da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, refletindo as discussões e menções sobre esse tema nessa rede social¹⁸. A escolha dessa rede também se justifica, tendo em vista o nosso objetivo específico de observar a circulação-confronto do acontecimento nas mídias digitais, “[...] entre os internautas na seção de comentários das páginas [...], graças à tecnologia Web 2.0 e Web 3.0 que a mídia digital proporciona, como espaço específico de produção-circulação dessas materialidades discursivas”, tal como elucida Batista (2019, p. 36-37).

Para a composição do *corpus* principal da pesquisa, selecionamos materialidades discursivas de perfis como @womanpolicia, que explora a escolha pela profissão policial, e @saltoeconturno, que discute a delicadeza associada à carreira de bailarina. Além desses, analisamos @futuropolicia e @mulheresnapoliciacivil, que promovem debates sobre a adequação das mulheres ao trabalho policial. O perfil @delegadalaryssa, por sua vez, evidencia situações de discriminação relacionadas ao uso do uniforme. Para ampliar o escopo, consideramos também perfis de figuras públicas, como o de Claudia Leite, e veículos de imprensa, como a Folha de São Paulo, que trazem à tona homenagens e discussões institucionais, incluindo o alistamento feminino no Exército.

No que concerne à construção do *corpus* auxiliar, Kramer Wanderley (2020) assevera que ele desempenha uma relação interdiscursiva com o *corpus* principal de pesquisa ao fornecer condições de produção adicionais e perspectivas que enriquecem a compreensão do objeto de estudo. Dessa maneira, as composições dos *corpora* auxiliar e principal deste estudo nos permitem diferentes formas de ler e de construir o arquivo a partir do “[...] jogo entre o mesmo

¹⁷ Selecionamos o *corpus* principal de pesquisa com base em materialidades discursivas coletadas no *Instagram*, por se tratar de uma das redes sociais mais relevantes atualmente e também por oferecer o *corpus* mais abrangente da pesquisa.

¹⁸ Todos os perfis são públicos. Ou seja, aqueles a que qualquer usuário, mesmo desconhecido, pode ter acesso e seguir tal perfil.

e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo” (Pêcheux, 2015b, p. 281).

Isto posto, o *corpus* auxiliar compõe-se de cinco sequências discursivas que mantêm um imbricamento interdiscursivo com as formações discursivas machista e militarista. Como *corpus* auxiliar, portanto, trouxemos recortes de SDs sobre a presença do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública inscritos em sites como da *Defesa em Foco*, *Agência Gov.* e da *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, além de duas publicações no *Facebook*, uma na página da Senadora Zenaide Maia¹⁹ (PSD) e outra na página da *Mega FM 92.3*.

Considerando as condições de produção do digital, a captura dos dados para a construção dos recortes de sequências discursivas, usamos o aplicativo *Lightshot*, para capturar as materialidades discursivas, tais como postagens, fotografias, comentários de leitores em sites, redes sociais, trechos de notícias, dentre outros.

Com efeito, consideramos as capturas de tela como fruto da subjetividade do analista e, portanto, devemos concebê-las como dados subjetivos, assim como elucida Paveau (2021). Pêcheux (2016, p. 25) argumenta que a leitura envolve operações como recortar, extrair, deslocar e reaproximar, formando um processo específico que ele denomina “leitura-trituração”. Dessa forma, os gestos de leitura do analista são dinâmicos, pois des(constroem) e reconstroem o arquivo, passando pelo viés do batimento entre teoria e metodologia.

Assim, a análise discursiva deve considerar os aspectos verbais e não verbais que se articulam mutuamente, mantendo-se em constante movimento. Ou seja, a metodologia da Análise do Discurso não é estática, funciona como um movimento, “(de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto. Isso a caracteriza como em constante movimento, como metodologia capaz de apresentar-se como singularidade” (Petri, 2013, p. 42).

É, pois, um processo não linear, em constantes batimentos.

Além disso, extraímos comentários de algumas dessas publicações, o que nos permitiu analisar a circulação-confronto do acontecimento discursivo e as distintas posições-sujeito, conforme discutido nos estudos de Pêcheux (2015a). Os comentários digitais das postagens nos permitem observar os embates discursivos em torno do ingresso da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, com posições parafrásticas, mas também com sentidos de antagonismo e gestos de resistência.

¹⁹ Filiada ao Partido Social Democrático (PSD), Zenaide Maia é uma senadora brasileira pertencente ao quadro político do estado do Rio Grande do Norte no momento em que esta pesquisa é desenvolvida. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5783>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Portanto, buscamos observar a circulação de distintos embates e posições-sujeito acerca do discurso machista e militarista inscritos nas postagens e nos comentários, pois, com base em Paveau (2021), consideramos os comentários

[...] uma das formas tecnodiscursivas mais frequentes e mais ricas da internet, e constitui um objeto central para a análise do discurso digital. [...] Suas funções são múltiplas e evoluem ao longo das tradições textuais e culturais: é o lugar da exegese, da explicação, da interpretação, mais igualmente da sugestão, da proposição ou da conversa. Sua conversão digital aumenta ainda mais a variedade de seus usos e produz inovações formais: ao ser elaborado de maneira nativa on-line, o comentário transforma-se em diferentes planos, mas assume igualmente formas inéditas (Paveau, 2021, p. 98).

Nesse cenário, o comentário torna-se essencial para a análise dos discursos, porque, nesse espaço, podemos observar a circulação-confronto dos embates ideológicos, bem como faz movimentar a memória e os sentidos na rede.

A fim de identificar o confronto discursivo sobre o sujeito mulher policial nas redes digitais – considerando que cada abordagem de um *corpus* é uma forma de ler e escutar os discursos, como afirma Galli (2023) –, apresentamos, adiante, dois quadros, a fim de elucidar os percursos metodológicos; o primeiro apresenta o *corpus* principal da pesquisa, enquanto o segundo traz a composição do *corpus* auxiliar, juntamente com a distribuição das sequências discursivas que integram este estudo.

Vejamos, a seguir, os Quadros 3 e 4:

Quadro 3 – Sequências discursivas do *corpus* principal da pesquisa

	III Capítulo	Páginas
Recorte I	SD1 a SD7	84-106
Recorte II	SD8 a SD11	108-125
Total de SDs analisadas: 11		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 4 – Sequências discursivas do *corpus* auxiliar da pesquisa

	IV Capítulo	Páginas
Recorte III	SD12 a SD16	126-148
Total de SDs analisadas: 5		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No que se refere aos gestos de interpretação, partimos da afirmação elaborada por Orlandi (2007b, p. 9), isto é:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Assim, a compreensão discursiva apreendida, dentro de condições de produção específicas, é sempre um processo interpretativo. A autora sobredita destaca também a diversidade dos gestos interpretativos, indicando que diferentes formas de linguagem, com suas materialidades distintas, produzem significados variados.

Com efeito, Pêcheux (2014c) elucida que seria importante a reconstrução da história dos gestos de leitura subjacentes à produção do arquivo, o acesso aos documentos e ao modo de apreendê-los nas discursividades, considerando as práticas silenciosas da leitura “espontânea” que podem ser reconstituídas por meio dos efeitos da escrita, implicando em identificar e reconhecer as evidências práticas que organizam tais leituras, mergulhando a “leitura literal” (como apreensão do documento) em uma “leitura interpretativa” – que já constitui uma forma de escrita. Dessa forma, “começaria a se constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’” (Pêcheux, 2014c, p. 59, grifos do autor).

Para Dias (2019, p. 215):

Os arquivos, as tecnologias baseadas em transmissão de arquivos digitais etc., que estão presentes em várias instâncias da nossa vida cotidiana, têm produzido espaços estabilizados que fazem parte do nosso gesto de leitura e de interpretação enquanto sujeitos.

Tomados pela complexidade dessa questão, vemos a necessidade de se conceber os arquivos digitais em sua opacidade, sendo relevante fazer uma leitura que considere as condições de produção dos discursos, as relações de sentidos e de poder ali entremeadas, além dos efeitos produzidos nos processos de constituição, formulação e circulação dos discursos. Essa trama é constituída de inúmeras FDs que determinam os sentidos e regem as posições-sujeito, levando em conta o processo ideológico em que os discursos estão inscritos.

Nesse bojo de construção arquivística, em evidência nas mídias digitais, Pereira (2018, p. 53) explicita que:

os arquivos, no digital, não se relacionam apenas porque um link ou uma página leva a outra, mas também de maneira política. As relações feitas não

são ao acaso. A conexão, portanto, entre arquivos e entre sujeito e arquivo(s) da rede instaura um sentido, funda um acontecimento.

Assim, os gestos de interpretação se imbricam na coleta do *corpus*, sendo este visto como um “conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo” (Dias, 2015, p. 972).

Considerando o exposto, toda reflexão na construção do arquivo em AD é uma ponderação sobre leitura do arquivo (Dias, 2018). Ou seja, qualquer reflexão acerca de arquivo na Análise do Discurso é indissociável do trabalho de leitura, já que é necessário considerar as condições de produção do discurso e seu meio de circulação para a compreensão mais ampla das práticas discursivas que constituem o arquivo e, conseqüentemente, para a construção do *corpus*. Na AD, o arquivo está em movimentos de idas e vindas, buscando estabelecer gestos de leitura com batimentos constantes entre descrição/interpretação.

Em virtude disso, Dias (2015, p. 973) propõe que:

Se a descrição instala o real da língua (equívoco, falha, elipse etc.), a interpretação instala o real da história (contradição), um alternando-se ao outro na própria complexidade do arquivo, tomado em redes de memória, pondo assim em relação língua e história.

Como consequência, o funcionamento do arquivo não pode ser lido ou interpretado na literalidade dos sentidos, pois eles não são lineares e, pelo viés discursivo, sempre podem ser outros, em que se instauram o equívoco e a deriva na relação entre língua e história, assim como no simbólico. Aliada a isso, a relação entre *língua* – como falha e passível de jogo – e *discursividade*, afetada pela história, “constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”, conforme orientações de Pêcheux (2014b, p. 66, grifos do autor).

Sobre os processos interpretativos no discurso, Orlandi (2007b) pontua que a interpretação se trata do resquício plausível e se configura como lugar da ideologia materializada pela historicidade, haja vista que a interpretação “sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política” (Orlandi, 2007b, p. 18). Em outros termos, os estudos que mobilizam as práticas discursivas devem levar em consideração as questões históricas “enquanto exterioridade constitutiva; e o furo da linguagem, como o inacabamento e possibilidade de outros sentidos, sendo essa uma articulação que dá condição à interpretação”, argumentam Carvalho e Galli (2023, p. 291).

Nessa medida, a interpretação nunca é neutra ou descontextualizada, mas sempre ocorre a partir de uma tomada de posição político-ideológica inscrita na história e na sociedade. Com

efeito, na AD, visamos ao trabalho com fatos discursivos em que o linguístico se imbrica com o histórico. Por conseguinte, começa a se refletir sobre o retorno da história no discurso e o retorno do discurso à história, levando a uma análise das forças em conflito nas relações sociais, políticas e econômicas (Mittmann, 2010).

Consoante ao abordado, Pêcheux (2015a, p. 53) postula que

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significados.

Nesse sentido, o autor propõe que os gestos interpretativos são imbricados nas relações sociais e históricas, assim como dependem da presença do outro e das redes simbólicas em que tais relações se instauram, reforçando a ideia de que a construção dos sentidos é coletiva. Consequentemente, “a interpretação é a atestação discursivamente tangível do funcionamento da ideologia”, conforme explana Orlandi (2007b, p. 153).

A partir do que tematizamos, a seguir, apresentaremos os nossos gestos analíticos, no intuito de compreender “as relações entre o linguístico e o histórico-social, as quais envolvem os processos de construção de sentidos”, como explica Galli (2008, p. 106).

3 “#LUGARDEMULHERÉNAPOLÍCIA”: DO SILENCIAMENTO FEMININO AO ACONTECIMENTO

Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas (Carmem Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal)²⁰.

Neste capítulo, discutimos a noção teórica de acontecimento discursivo, destacamos os gestos analíticos sobre a prefiguração da participação das mulheres na polícia brasileira e analisamos a circulação-confronto de formulações digitais que abordam esse acontecimento no espaço da memória dos discursos machista e militarista.

3.1 Discurso e acontecimento

Em sua obra *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux (2015a) percorreu três caminhos para apresentar reflexões sobre o discurso como estrutura e acontecimento. Para tanto, foi diante da conjuntura histórica da eleição presidencial francesa de 10 de maio de 1981, que o enunciado “*On a gagné!*” - “ganhamos!” atravessou a França, fazendo com que uma multidão de franceses ocupasse a Praça da Bastilha para celebrar a conquista presidencial de François Mitterand.

Antes de tratar do acontecimento discursivo, o autor também discorre sobre o acontecimento histórico, o qual é entendido como um evento que, embora seja descontínuo e externo ao fluxo linear da história, pode ser incorporado na memória coletiva. Assim, Pêcheux (2020) explica como a memória funciona intrinsecamente com os eventos históricos, criando uma continuidade interna que os torna coerentes com o que já é conhecido e lembrado. Para ele, o acontecimento histórico, apesar de sua descontinuidade e exterioridade, é suscetível de ser absorvido pela memória, que o reinterpreta, dando-lhe significado e relevância dentro da narrativa histórica.

Assim, um acontecimento se torna histórico devido ao seu impacto na sociedade. Em consonância com Le Goff (1996), um acontecimento histórico consiste em um fato que passou a ser lembrado na história, entrecruzando os dizeres acerca do poder da sociedade passada e da memória histórica que a constituiu. Compreende-se que o acontecimento histórico faz parte

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/dizem-que-nos-fomos-silenciosas-historicamente-mentira-nos-fomos-silenciadas-diz-carmen-lucia-em-sessao-do-dia-da-mulher.ghml>. Acesso em: 5 jul. 2024.

das construções das práticas humanas, podendo ser discursivizado de maneiras diversas ao produzir diferentes efeitos de sentido (Dela-Silva, 2008).

Cazarin e Rasia (2014) asseveram que o acontecimento, quando considerado como fato histórico, é concebido como um acontecimento histórico, como algo pontual, capaz de produzir diversas discursividades. Para as autoras, o acontecimento discursivo é resultado do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado. Contudo, devido à incompletude do discurso, um acontecimento, em muitos casos, já é decorrente de uma discursividade anterior, de uma construção discursiva.

Conforme Pêcheux (2015a), o enunciado “*On a gagné!*”, considerado “global” pela máquina televisiva, refere-se ao acontecimento jornalístico e de *mass-media*, tratando-se de um conteúdo sociopolítico que é simultaneamente transparente e opaco. Embora o confronto discursivo relacionado a esse evento tenha começado antes, a novidade do dia 10 de maio provoca a inscrição de novos processos no interior do quadro discursivo.

Quanto ao marco histórico da eleição presidencial francesa, Pêcheux (2015a) sinaliza que, ao se entrecruzar com o enunciado “*On a gagné!*”, não pode ser configurado apenas como um acontecimento histórico, mas também um acontecimento discursivo, pois marca o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2015a, p. 16). Dessa maneira, o acontecimento discursivo não deve ser confundido com a notícia, nem com o fato designado pelo poder ou o acontecimento construído pelo historiador, mas, sim, compreendido pela consistência dos enunciados que se entrecruzam em um dado momento, como argumentam Guilhaumou, Mالدیدier e Robin (2016).

Conforme Pêcheux (2015a), a opacidade do enunciado “*on a gagné*” abre possibilidades para gestos de leituras adicionais, por exemplo: “ganhamos o quê? Quem ganhou?”, pois “*on a gagné*” ocorria, predominantemente, em finais de disputas esportivas. No entanto, com a eleição presidencial francesa, passa a figurar em outra condição de produção, ou seja, no cenário político-discursivo. Em outros termos, o enunciado em questão, ao figurar-se na FD do campo político, perturba a regularização dos sentidos historicamente determinados pela memória da FD esportiva, que determinava as suas condições de produção somente no ambiente esportivo.

Ao retomar as reflexões de Achard (2020) sobre a memória, Pêcheux (2020) elucida que a repetição pode produzir a regularização dos sentidos, mas o autor declara que também pode haver a desregularização da memória, ao desmanchar uma série de sentidos já estabilizados e produzir uma nova série sob a primeira, instaurando aí o acontecimento discursivo. De acordo com Pêcheux (2015a, p. 47), “o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’” não só fornece possibilidade para romper com uma série de sentidos já

estabilizados, mas também pode ser absorvido e dissolvido no jogo de força da memória e no choque do acontecimento ou na sua diluição, como posto a seguir:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa-forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (Pêcheux, 2020, p. 49).

Em face do exposto, a memória está intrinsecamente envolvida em um constante conflito diante do embate do acontecimento. De um lado, há um esforço para manter a regularização pré-existente, reforçando os implícitos que ela carrega, estabilizando parafrasticamente o acontecimento até absorvê-lo e possivelmente dissolvê-lo. Por outro lado, existe a força de uma “desregulação” que estremece a rede dos implícitos, provocando novos efeitos de sentido.

Para Pêcheux (2016), o acontecimento discursivo perturba e inquieta as posições-sujeito e instaura uma disputa de sentidos entre o já estável e o equívoco, assim como desloca as linhas de clivagem e promove encontro com o outro, no interior de um dispositivo, e sua reprodução vai além dos limites da repetição, podendo irromper com a estrutura discursiva, como um ponto de encontro com o outro de forma conflituosa. Ao considerarmos o exposto, o termo “outro” funciona como elemento da exterioridade, distinto ou em oposição ao discurso pré-estabelecido em uma dada formação discursiva.

Desse modo, o acontecimento desloca e desregula os pré-construídos de regulação precedente (Pêcheux, 2020). Nesse sentido, o autor explana que:

[...] o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (Pêcheux, 2020, p. 49).

Nessa trama, o acontecimento discursivo, ao ser instaurado, irrompe com uma série de efeitos parafrásticos situados na mesma região de uma FD, implicando na perturbação e desregulação da memória. Enquanto em uma série matemática se expande na previsão dos

próximos números ou termos, o acontecimento pode desfazer essa regularidade e instituir um novo conjunto de sentidos não esperado previamente, fazendo irromper os deslocamentos com novos implícitos que instauram a desregularização de uma memória.

Todavia, Orlandi (2020b, p. 94) postula que “cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução”. Com isso, o acontecimento discursivo tem relação direta com o entrecruzamento que possibilita o rompimento ou reordenamento no espaço da memória, entre dizeres já estabilizados, mesmo que um novo dizer possa ser instaurado a partir do que este dizer procura finalizar. Assim, há a movimentação dos sentidos e a memória passa a assumir o papel de (re)organizar as determinações ideológicas e os saberes dentro das FDs, pois a memória se inscreve na produção discursiva tanto na “estabilização quanto nos deslocamentos de sentidos” (Cortes, 2021, p. 276).

Para Zoppi-Fontana (1997), o acontecimento discursivo se materializa na ruptura das práticas discursivas ao ser transformado por um ritual enunciativo que instaura mudanças sociais, ao passo que novos discursos reconfiguram o processo de produção do real-histórico. Nesse viés, a inscrição do acontecimento discursivo é ambígua na relação com as condições de produção do discurso, pois fazer referência às construções discursivas significa compreender que diferentes discursos podem instaurar distintos efeitos de sentido.

Com efeito, essa tensão instaurada na memória entre o mesmo e o diferente pode produzir rugas e marcas na tessitura estrutural da FD, isto é, pode movimentar os sentidos previamente estabilizados, inscrevendo o novo – o acontecimento discursivo.

Nessa visão, Indursky (2011) postula que a repetição é ambígua no processo de construção dos sentidos. A autora explica que, por um lado, a repetição é responsável pela estabilização dos sentidos e, por outro lado, ela também responde como um agente de movimentação e alteração dos significados inscritos em uma conjuntura dada. Com isso, os sentidos se movimentam quando produzidos a partir de outra posição-sujeito, quando se filiam a matrizes de significado antagônicas e conflituosas. Nessa conjuntura, há desregulação nas séries de pré-construídos na região do saber da FD, com a qual os sujeitos se filiam histórica e ideologicamente, e há desestabilização da memória pelo choque do acontecimento, ao irromper com a forma sujeito de uma FD já estabilizada (Indursky, 2008).

De acordo com Dela-Silva (2008), para compreender os acontecimentos discursivos, temos de considerar os discursos que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito e que funcionam sempre na “tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (Pêcheux, 2020, p. 46). Nesse cenário, o acontecimento discursivo instaura-se pela equivocidade dos sentidos ao questionar as suas

evidências, pois na AD as palavras e as expressões não devem ser interpretadas na sua literalidade, todavia, na sua opacidade. Portanto, “[...] trata-se de diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso”, assevera Indursky (2011, p. 69).

Com base nesses pressupostos, refletimos em nossas análises sobre a presença do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, entendendo-a como um acontecimento discursivo instaurado nas redes digitais.

3.1.1 A prefiguração do acontecimento

Pêcheux (2015a), ao discorrer sobre o enunciado “*On a gagné*”, argumenta que, antes de um acontecimento discursivo, já funciona um processo discursivo em andamento, envolvendo uma disputa contínua por sentidos nas relações com o acontecimento, que são marcadas por incertezas e ambiguidades, efeito de transparência e opacidade da linguagem.

Ao abordar o evento da vitória de François Mitterrand em eleição presidencial da França, Pêcheux (2015a) sinaliza que o acontecimento tende a ser prefigurado:

O confronto discursivo sobre denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes do dia 10 de maio, por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma ou figura [...] (Pêcheux, 2015a, p. 19-20).

Assim, o autor elucida que a prefiguração do acontecimento discursivo consiste no confronto de formulações já em funcionamento que antecede o acontecimento em si, por meio das “retomadas, deslocadas, invertidas [...]”; ou seja, os sentidos em movimento de embates.

Dessa forma, com base nos pressupostos de Pêcheux (2015a), podemos afirmar que o acontecimento do ingresso do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras também foi prefigurado por embates e confrontos discursivos. Nesse ensejo, a prefiguração desse acontecimento funcionou pelo movimento de resistência de algumas mulheres – figuras históricas como Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), Maria Felipa de Oliveira (S/D-1873) e a religiosa Joana Angélica de Jesus (1761-1822), que se lançaram à luta por espaços antes negados às mulheres, a exemplo do lugar social de soldados em guerra. Destarte, as atuações dessas mulheres produzem ressignificação de discursos que tradicionalmente as excluía de espaços como os anteriormente citados.

A primeira mulher – uma figura histórica – ilustrada na Figura 1, se disfarçou de homem e lutou durante a Guerra da Independência do Brasil contra as tropas portuguesas remanescentes por aqui, mesmo depois de proclamada a independência do país em 1822 (Henrique, 2022).

Figura 1 – Maria Quitéria de Jesus



Fonte: Extraído da página *Prodez Concursos* no *Facebook*.²¹

Maria Quitéria foi a primeira mulher a integrar as Forças Armadas. Foi condecorada por D. Pedro I como heroína, e a história nos mostra que seu ingresso se tornou emblemático nos processos de lutas das mulheres que enfrentaram as barreiras impostas pela ideologia machista, que determinavam a exclusão da mulher do espaço das corporações de segurança pública. Nesse percurso histórico, a necessidade do disfarce de homem para o ingresso de uma mulher no exército instaura sentidos sobre a hegemonia da ideologia machista, a qual determinava o discurso militarista vigente à época.

²¹

Disponível em:
<https://www.facebook.com/prodezconcursos/photos/a.784215191692324/1585494778231024/?type=3>
. Acesso em: 12 nov. 2023.

Lagazzi (1988) explica que a resistência do sujeito discursivo se apresenta em distintas abordagens diante das situações em que se encontram. Embora o poder possa parecer absoluto, o sujeito não se posiciona de forma passiva frente a ele, demonstrando efeito de resistência.

Nessa conjuntura, também citamos como exemplo de resistência pela luta da Independência da Bahia, Maria Felipa de Oliveira, ilustrada na Figura 2.

Figura 2 – Maria Felipa de Oliveira



Fonte: Extraído do site *Jornal A Verdade*.²²

Maria Felipa foi uma figura importante no período da Independência da Bahia. Ela organizou e liderou um grupo de mulheres para resistir à dominação portuguesa. Armadas com facões e galhos de cansanção²³, atacaram e incendiaram embarcações inimigas, além de seduzirem soldados portugueses para embriagá-los e, em seguida, surrá-los com os galhos de

²² Disponível em: <https://averdade.org.br/2012/09/maria-felipa-de-oliveira-negra-pobre-e-heroína/>. Acesso em: 11 jul. 2024. Embora a imagem seja atribuída a Maria Felipa de Oliveira, não há comprovação de que essa fotografia retrate fielmente sua figura.

²³ A Cansanção é conhecida por causar sensação de queimação na pele ao entrar em contato com suas folhas.

cansação (Silva, 2018). Frente a isso, suas ações ressoam com a ideia de resistência proposta por Pêcheux (1990), pois Maria Felipa e suas companheiras não apenas subverteram as expectativas impostas sobre elas, mas também transformaram o espaço de dominação em um lugar de revolta, no qual cada gesto produzia um gesto de resistência simbólica ao domínio português sobre o Brasil.

Sobre a presença de Maria Felipa na luta pela independência baiana, Silva (2018) afirma que

Naqueles tempos de conflito, muitos barcos inimigos navegavam pelo Recôncavo. Para monitorar esses barcos, Maria Felipa e suas companheiras formaram um grupo chamado de Vedetas. A função delas era de sentinela: noite e dia patrulhavam as matas, os manguezais, as praias e todos os caminhos da ilha, inclusive subindo em outeiros como o do Balaústre e o da Josefa, mais próximos aos campos de guerra. Levando tochas acesas feitas de palha de coco e chumbo, identificavam portugueses que desciam dos barcos à noite para saquear a vila (interceptando principalmente alimentos) e também para lutar. Maria Felipa liderava este grupo e também se encarregava de repassar informações sobre a guerra para companheiros de luta em Salvador, a bordo de uma jangada (Silva, 2018, p. 33-34).

Diante disso, essas mulheres, por meio de suas lutas e ações, contribuíram para a luta pela Independência da Bahia e, consequentemente, do Brasil e deixaram um legado de resistência à dominação. Contudo, mesmo diante dos feitos históricos realizados por Maria Felipa, em prol da nação brasileira, pouco se fala nela. Sobre isso, Farias (2010, p. 33) postula que

A resistência à Maria Felipa, em parte, se deu porque ela foi heroína de guerra, numa época em que somente homens eram convocados. A rejeição nas comemorações, por ser negra, faz de Maria Felipa, na contemporaneidade, um dos símbolos étnicos da liberdade.

Nessa perspectiva, embora Maria Felipa tenha sido uma heroína de guerra, em um período em que apenas os homens eram tradicionalmente convocados para lutar, seus feitos históricos foram silenciados ao longo da história. Tal silenciamento e invisibilidade são efeito de memória do discurso machista, como também do discurso racista, pois ela era uma mulher negra. Entretanto, sua história não só celebra a resistência das mulheres contra os discursos machista e militarista, mas também ressalta a luta contínua contra o discurso racista. Nesse contexto, pode-se entender que, conforme afirma Orlandi (2007a, p. 31, grifos da autora), “[...] o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*”,

evidenciando, assim, que a ausência de voz e reconhecimento de Maria Felipa não é neutra, mas carrega um significado decorrente das estruturas de opressão que tentaram apagá-la.

Conforme Silva (2022), Maria Felipa foi uma figura que realizou a própria independência em uma sociedade escravocrata, demonstrando, com seu exemplo, que a liberdade e a autonomia são projetos possíveis para as mulheres negras. A autora acrescenta que ela simboliza a ancestralidade que possibilitou às gerações atuais avançar, sendo uma memória viva das pessoas negras e indígenas que enfrentaram o racismo e suas consequências, como o desemprego, a miséria e a fome.

A seguir, destacamos outra personalidade histórica na luta pela independência do Brasil: Joana Angélica (Figura 3).

Figura 3 – Retrato de Joana Angélica feito pelo artista Domenico Failutti e pertencente ao Museu Paulista da USP - Museu do Ipiranga



Fonte: Extraído do site *Multirio*.²⁴

²⁴ Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/festivaldaindependencia/artigo/17803-joana-ang%C3%A9lica-de-jesus,-a-madre-que-foi-m%C3%A1rtir-da-independ%C3%Aancia>. Acesso em: 11 jul. 2024.

A religiosa Joana Angélica de Jesus (1761-1822) foi outro nome importante na história da Independência da Bahia. Abadessa do Convento de Nossa Senhora da Lapa, foi morta no início do movimento²⁵ de ocupação militar da cidade de Salvador. Devido a isso, ficou conhecida como mártir da Independência (Gomes, 2022). Ao ocupar o lugar de abadessa, ela já ocupava uma posição que desestabilizava as limitações impostas às mulheres, em uma época em que tanto os espaços de poder religiosos quanto outros lugares sociais eram dominados por homens.

Assim, sua posição evidencia uma tentativa de romper com os pré-construídos na constituição dos sentidos sobre a mulher, já que, embora o convento fosse um dos poucos espaços nos quais as mulheres podiam exercer algum grau de autoridade, a atuação de Joana Angélica foi além do esperado para seu lugar. Assim, seu lugar de abadessa ganhou um significado ainda mais simbólico, representando uma resistência discursiva contra a exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão.

Em conformidade com Abreu (1973), ao exercer a função de direção do Convento, a religiosa se posicionou na entrada para impedir que os soldados invadissem o local, que era estritamente proibido para homens. Para proteger as freiras dos combatentes, na porta do recinto religioso, declarou a emblemática frase: “Recuai ou só penetrareis nesta casa passando por sobre o meu cadáver”²⁶ (Abreu, 1973). Foi agredida com baionetas pelos soldados portugueses, causando sua morte posteriormente.

Segundo Enders (2000, p. 52),

as lutas da independência na Bahia confirmam a bravura feminina quando o destino da pátria está em jogo. Assim, Maria Quitéria transgride todas as interdições impostas a seu sexo para ajudar, de armas na mão, a rechaçar os portugueses. O sangue inocente de madre Joana Angélica santifica o combate pela liberdade brasileira contra o ‘sorriso satânico’ do general Madeira.

Nessa direção, juntas, as histórias de lutas de Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa prefiguram o acontecimento discursivo do ingresso da mulher nas corporações de segurança pública, no Brasil; são histórias de resistência contra a (de)limitação do espaço da mulher na sociedade. Portanto, os feitos históricos dessas mulheres já impuseram perturbações nos implícitos da memória do discurso militarista e machista.

²⁵ Esse movimento foi liderado pelo tenente-coronel Inácio Luís Madeira de Melo (1775-1883), que havia assumido o comando das Forças Armadas da província após ser nomeado pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (Gomes, 2022).

²⁶ Disponível em: <https://oprofessorweb.wordpress.com/2012/07/03/os-personagens-da-independencia/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

No próximo tópico, discorreremos sobre o funcionamento do acontecimento discursivo da inclusão oficial do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública brasileiras.

3.1.2 Da cozinha às armas: o acontecimento da presença da mulher na polícia brasileira

Como já abordamos nesta pesquisa, a história das mulheres foi mudando gradativamente no decorrer do tempo, mas a luta é contínua e ainda falta muito espaço e respeito a serem conquistados. Cabe ressaltar que tais mudanças partiram de uma história de luta por lugares sociais mais amplos, no intuito de ocupar os espaços no ambiente público e, especialmente, na esfera profissional.

Na sociedade, ainda prevalece uma visão de disparidade entre os sexos nas relações profissionais e sociais. Todavia, os espaços antes ocupados majoritariamente por homens, estão recebendo inserções de mulheres, em meio a muitos embates e lutas no enfrentamento da diminuição das desigualdades de gênero.

É importante pontuar que, no início da carreira policial, a mulher teve como missão apenas “proteger e servir”, uma vez que esse conceito de policiamento é afetado pelo imaginário de masculinidade, bravura, heroísmo, força física e habilidade para lidar com o risco – qualidades supostamente ausentes na mulher, como lembram Soares e Musumeci (2005).

Destarte, socialmente se construiu ao longo dos anos um imaginário de fragilidade sobre a mulher, levando-nos a questionar como tal sujeito poderia atuar nas corporações de segurança pública, que são associadas ao poderio e a virilidade, atributos considerados masculinos? Conforme Orlandi (1998, p. 74), o político no discurso tem sempre o sentido “dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história”. Assim, o político se instaura nesse discurso, com a divisão de sentidos já estabilizados sobre o imaginário de fragilidade relacionado ao feminino e o da virilidade associado ao masculino.

Contudo, a memória não é estática e funciona sob um jogo de forças (Pêcheux, 2020). Assim, criou-se em 12 de maio de 1955, sob o comando do então governador de São Paulo, a Polícia Feminina no Brasil. Torna-se oportuno (re)vozear três importantes nomes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pioneiras no espaço destacado: Hilda Macedo, Esther de Figueiredo Ferraz e Lourdes Pedroso. Dentre elas, sabe-se mais sobre Hilda Macedo, que ficou conhecida por encabeçar campanhas de criação da polícia feminina. Essas mulheres participaram e defenderam ativamente a criação da modalidade desse novo espaço para

mulheres no Brasil, apoiando-se, sobretudo, nas camadas influentes da época (Soares; Musumeci, 2005).

Para Castro e Franco (2011, p. 2), “[...] a introdução da Polícia Feminina no Brasil teve como exemplo a experiência europeia e americana, onde se constatou o satisfatório desempenho feminino na solução de questões relacionadas a missões assistenciais e de polícia preventiva”. No entanto, a participação da mulher nesse mercado de trabalho ainda é bem inferior à do sexo masculino, como demonstra a reportagem da Folha de Pernambuco²⁷, baseada em dados da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, ao evidenciar que apenas 12% do corpo da Polícia Militar do Brasil é composto por mulheres. Além disso, a inclusão da mulher nessa área de atuação partiu de motivações, que, conforme Soares e Musumeci (2005), originaram-se do desejo de humanização da imagem policial no Brasil, devido às ressonâncias da ditadura militar.

Posto isso, as autoras pontuam que a presença feminina nesse espaço perpassou estratégias internas, como a reserva das ações consideradas “leves” para as mulheres e as de maior risco para os homens. Tal divisão tornou clara a disparidade entre tarefa de policial feminino e de masculino. Dito isso, as missões atribuídas a elas deviam ser adequadas ao trabalho então discursivizado com sentidos de feminino, de acordo com as demandas sociais da época, a exemplo da proteção de mulheres e jovens²⁸.

Vale também elucidar que a inclusão das mulheres na força policial enfrentou vários obstáculos e percalços. Entre eles, Calazans (2004) destaca a permanência dos modos de exclusão-dominação presentes no espaço ocupado, sendo atribuídas às mulheres funções de subserviência e passividade. Nas palavras da autora:

mesmo na inclusão das mulheres na força policial, é evidente a permanência de modos de exclusão-dominação, posto que suas habilidades colocam-se como inatas, encaradas simplesmente como um modo “natural” de ser mulher. Portanto, a inserção feminina nos quadros das polícias do mundo é ilustrada por um processo de exclusão-dominação, variável presente nos estudos qualitativos encontrados a partir de uma revisão bibliográfica internacional e nacional (Calazans, 2004, p. 145).

Na esteira dessa reflexão, Xavier (2008) aponta que a incorporação das mulheres nos quadros policiais aconteceu de modo gradativo, sendo motivada principalmente pela

²⁷ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/mulheres-representam-apenas-12-do-efetivo-da-policia-militar-no/152724/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²⁸ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/seguranca-pm-feminina-completa-51-anos-nesta-sexta-com-variados-eventos/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

necessidade de profissionais especializados para atender ocorrências com crianças, mulheres e idosos.

Convém acrescentar que a inclusão do corpo feminino junto à polícia esbarrou em algumas exigências, tais como: para ingressar na corporação, as mulheres não poderiam ser casadas ou estarem grávidas, e a idade prescrita para tal ingresso era de 18 a 23 anos, conforme acrescentam as autoras. Calazans (2004, p. 143) observa que, no Brasil, a filosofia tradicional de policiamento é atravessada pelo discurso belicoso do Exército Nacional e por ideologias machistas. Como resultado, a inserção de mulheres nos quadros das polícias ocorre de maneira limitada e com pouca visibilidade.

Desse modo, apesar da conquista do referido espaço no ambiente policial por parte das mulheres, a inserção desses sujeitos fora tratada de modo inexpressivo, com pouca visibilidade, haja vista o atravessamento da ideologia machista que funciona em conjunto com a ideologia militarista. Sob esse viés, observamos o funcionamento da ideologia patriarcal e machista nas determinações dos sentidos de inferiorização e subalternização na formação imaginária do sujeito mulher e de seu lugar profissional e social.

Apesar das consideráveis mudanças no que tange ao ingresso da mulher na área policial e em novos campos de trabalho, ainda constatamos os diversos levantes que descredibilizam a ação da mulher na sociedade. Tais restrições são sustentadas pela ideologia de que a mulher é incapaz de desempenhar algumas atividades consideradas estritamente masculinas. Em se tratando da instituição policial, a ideologia machista determina “que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de polícia e a consequente tendência de atribuir-lhes sobretudo funções burocráticas ou atividades associadas, no imaginário, a extensões do mundo doméstico”, consoante elucidações de Calazans (2004, p. 143).

Nessa perspectiva, a autora assinala que a ausência de reflexões em torno das concepções de segurança pública e da ação feminina nessa frente fomenta o imaginário de que as mulheres sejam menos aptas ao policiamento ostensivo. Assim, é possível constatar que mesmo frente às consideráveis mudanças e ascensão da mulher no mercado de trabalho, ao tratarmos da área policial, ainda se avista o espaço enquanto um reduto masculino que perpetua posições sociais construídas ao longo do tempo.

Todavia, a despeito desse discurso logicamente estabilizado que defende a instituição policial como uma profissão secularmente e estritamente masculina, as mulheres adentraram a carreira em questão com um posicionamento de liderança mais estratégico que ostensivo, no enfrentamento e resistência ao preconceito e à discriminação. Além disso, por mais que esses

espaços tenham sido, mesmo que tardiamente, alcançados pelas mulheres, cada conquista perturba a memória do discurso machista.

Dessa forma, o movimento do lugar social da mulher – antes restrito ao ambiente doméstico – para outros espaços sociais, outrora dominados por homens, a exemplo das carreiras policiais, tornou-se um marco histórico. Mesmo diante dos obstáculos históricos relacionados às mulheres, aos homens e às carreiras policiais, a Polícia Feminina foi criada no Brasil em 12 de maio de 1955, sob o comando do então governador de São Paulo. No entanto, a incorporação de mulheres nas forças policiais, em outros estados, começou a se consolidar com a promulgação do Decreto-lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969²⁹, que estabeleceu:

Art. 8º [...] § 2º - Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão se convier às respectivas Polícias Militares: (a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no Ministério do Exército.

Vale mencionar, todavia, que apenas em São Paulo o ingresso da mulher se deu em 1955. Nas demais Polícias Militares (PMs), a presença das mulheres, no contingente policial, começou a concretizar alguns anos mais tarde, entre 1970-1980, com vistas “a cobrir certas áreas de atuação em que o policiamento masculino, essencialmente repressivo, estaria encontrando dificuldades [...]” (Soares; Musumeci, 2005, p. 16). Durante a ditadura militar, as referidas autoras atinam para a percepção de que o policiamento em questão surge em um contexto histórico brasileiro de repressão e autoritarismo.

Sob essa ótica, a presença das mulheres na polícia do Brasil erigiu-se em um contexto marcado pelas tensões de discursos machistas já estabilizados ao longo da história. Apesar de tal entrada mascarar também os intentos de “suavizar” a imagem do policiamento masculino (Araújo, 2017), muito ainda sombreada pelas marcas do período ditatorial, é preciso ressaltar os deslocamentos de sentidos no discurso machista pela resistência visando à legitimação da mulher nesse espaço majoritariamente masculino. Assim, nova cara, novos corpos e atuação e novos efeitos de sentidos são inscritos na memória discursiva do policiamento ostensivo brasileiro.

Para além do estado de São Paulo, o policiamento feminino fora instituído 20 anos depois que essa modalidade se expandiu de fato pelo Brasil. Conforme Cotta (2021), as

²⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-norma-atualizada-pe.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

mulheres começaram a atuar na polícia dos estados do Paraná, em 1977; do Amazonas, em 1980; de Minas Gerais, em 1981; e do Rio de Janeiro, em 1982.

Em 1977, o estado do Paraná criou o primeiro pelotão de polícia feminina. Na época em questão, a mulher policial era incumbida de proteger menores, bem como mulheres e idosos. Já em 1981, o policiamento feminino começa a cobrir infrações de trânsito, sendo o Paraná pioneiro em destinar tal área à cobertura da profissional mulher (Cotta, 2021; PMPR, 2024).

O Amazonas foi o terceiro estado brasileiro a incluir mulheres em seu quadro de policiais. Durante o governo de José Bernardino Lindoso, entre 15 de março de 1979 e 15 de maio de 1982, foi tomada a decisão de inserir mulheres na polícia militar do estado, influenciado por sua esposa, que observou o modelo de policiamento de São Paulo (Saraiva, 2017).

Em 1981, a Polícia militar de Minas Gerais criou a Companhia de Polícia feminina, composta por 110 mulheres. Consoante afirma Cotta (2021), em 1981, foi lançado o edital para inserção da mulher na polícia de Minas Gerais. Tal evento contou com intensa divulgação da imprensa, jornais, televisão e rádio. A referida autora menciona também que o anúncio se propagou de tal forma que se tornou um chamariz para mulheres da capital e interior do estado. As exigências da época deixavam claros os preconceitos e pré-construídos ligados à mulher, já que para o concurso era indispensável que se tivesse entre 18 e 25, fosse solteira e sem filhos, aspectos que iam, contrariamente, às regras sociais da época, sentidos determinados pela ideologia machista.

No Rio de Janeiro, a primeira turma de mulheres policiais foi recebida em 1982. A turma composta por 153 mulheres adentrou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças em preparação para integrarem a Companhia Polícia Militar Feminina sob os pressupostos da Lei Estadual nº 746, de 11 de novembro de 1981 (Araújo, 2017).

Impelidos pelas novas discursivizações sobre a mulher na polícia brasileira, valemo-nos mais uma vez das asserções de Calazans (2005) para reconhecer que a inclusão feminina no âmbito aferido traz à tona a lógica da diferença, haja vista o processo de desestabilização não só de discursos machistas, mas de funções ocupadas, das possibilidades de atuação e da nova estrutura de organização social.

Trazendo para uma perspectiva geográfica mais próxima, podemos citar também o ingresso da mulher policial no Estado da Bahia. Nesse estado, a incorporação da mulher ao serviço policial ocorreu por meio da criação da Polícia Feminina, como ratifica Santos (2003). Na época, o governo de Antônio Balbino marcou tal ingresso com a inclusão da mulher na Guarda Civil da Bahia. Apesar disso, somente em 1990, após 165 anos da existência da

corporação Policial Militar, houve o ingresso do contingente feminino no estado (Neves, 2008). Ante o exposto, as profissionais atuavam no policiamento ostensivo, auxiliando as autoridades públicas nas operações que envolviam assistência social, o que tornava claro que havia o desejo de substituição do sexo masculino no trato com mulheres, crianças, idosas, entre outros.

Dessa maneira, a trajetória da mulher nas corporações de segurança pública não ocorreu de forma linear, pois a guerra, historicamente, é considerada um espaço exclusivo de atuação masculina, conforme argumenta Mello e Monnerat (2020). São sentidos já ditos do interdiscurso, afetados pela formação imaginária de fragilidade e inferioridade na construção do sujeito mulher, em contraponto ao imaginário de força e virilidade do homem.

Ao percorrer o histórico apresentado, a respeito da inserção da mulher no policiamento de alguns estados, percebemos os movimentos de resistência ao discurso machista, que produz efeitos de desestabilizações e perturbações na memória discursiva da instituição policial e inauguram uma nova série de sentidos, ao “abrir espaço” para a atuação da mulher em uma profissão considerada, até então, prioritariamente masculina. Nesse sentido, os primeiros delineamentos da história de ingresso da mulher na esfera policial já instauram o acontecimento discursivo, sob o jogo de forças da memória.

Não tão distantes dessa realidade, alinhou-se a possibilidade do exercício de trabalho da outra parte – a mulher – que porventura cravou no espaço chegado sua competência, produzindo resistência aos pré-construídos de desrespeito à capacidade da mulher e à subestimação de sua inteligência.

Assim, a inserção, a inclusão e a atuação da mulher na polícia, em cada estado, e permanência no espaço conquistado, inscrevem sentidos de resistência das mulheres aos discursos machista e militarista. Ou seja, a inauguração da inscrição feminina na polícia brasileira representa um avanço significativo no que se refere a sua inclusão em um espaço social anteriormente dominado por homens. Desse modo, passam a funcionar novos sentidos para o sujeito policial, com a presença da mulher nesses espaços.

Conforme Pêcheux (2015b), em sua abordagem sobre o acontecimento do “*On a gagné*”, o acontecimento é trabalhado em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca; assim, no caso do acontecimento do ingresso da mulher na polícia, a memória do discurso machista e militarista começa a ser reorganizada, com outros sentidos.

Buscamos, portanto, compreender o funcionamento do jogo metafórico que se instaura nas redes, e o modo pelo qual o acontecimento é trabalhado na mídia digital, no contexto atual das redes sociais e no espaço da memória que ele convoca, a saber, a memória discursiva

machista e militarista, que passa a se reorganizar com uma nova série de sentidos, ou seja, a instituição da polícia feminina.

Assim, ancorados nos pressupostos apresentados, passaremos aos nossos gestos de análises, para mostrar a circulação-confronto de formulações do acontecimento da entrada da mulher na polícia, nas mídias digitais. Em nosso percurso analítico, tomaremos o espaço digital como espaço discursivo que institui o movimento de distintas posições-sujeito no discurso. De igual modo, as redes sociais não podem ser percebidas apenas como espaço de publicação de fotos, comentários e compartilhamentos de outras situações corriqueiras, mas como um objeto discursivo, como uma rede ideológica de sentidos e de posições-sujeito em disputa.

No próximo tópico, apresentamos e analisamos o *corpus* principal da pesquisa. Para tanto, fizemos dois recortes de sequências discursivas, os quais denominamos recorte I (SDs 1-7) e recorte II (SDs 8-10). Neles constam excertos de materialidades publicadas e postadas no *Instagram* sobre a presença do sujeito mulher nas corporações de segurança pública do Brasil.

Desse modo, vejamos, a seguir, as sequências discursivas do recorte I com as sequências discursivas (SDs 1 a 7) que compõem o nosso *corpus* principal de pesquisa.

3.1.3 “Bailarina não, mamãe, *Woman Police*”: efeitos de resistência aos discursos machista e militarista nas mídias digitais³⁰

Nesta seção, apresentamos nossas análises acerca das sequências discursivas de um a sete, que foram coletadas da rede social *Instagram*. Nessa rede, o número de usuários é significativo, assim como o modo de produção discursiva nessa rede constitui elementos essenciais para nossos questionamentos.

Para Kramer Wanderley (2020) as diversas funcionalidades disponíveis para os usuários transmitirem imagens e conteúdos em diferentes formatos criam uma espécie de “ilha técnica” de edição acessível até mesmo a pessoas sem experiência profissional. Essas tecnologias, que antes eram restritas a grandes empresas de mídia, agora são trazidas para o ambiente doméstico. Segundo a autora, o *Instagram* tecnicamente instrumentaliza o usuário a se inserir na ordem do discurso digital como produtor e editor de conteúdos midiáticos, ao mesmo tempo em que o

³⁰ Esta análise integra a seguinte publicação: SANTANA, Cremilton de S.; CORTES, Gerenice R. de O. A construção discursiva do sujeito mulher- policial em perfis do Instagram. In: *Fórum Linguístico*, v. 21, n. 1, p. 9986-9999, 2024. Retomamos a análise neste trabalho para avançarmos na discussão sobre a construção discursiva da presença da mulher nas carreiras policiais.

interpela a assumir uma função de autor por meio de uma posição-sujeito de protagonista em uma lógica de produção em rede.

Recorte I – sequências discursivas (SDs 1 a 7)³¹

A primeira sequência discursiva (SD1), apresentada a seguir, na Figura 4, foi retirada do perfil *@womanpolicia*, publicada em 12 de março de 2021, no *Instagram*. Nela há a conversa entre um casal que planeja o futuro profissional da filha recém-nascida, desejando que ela seja bailarina. No entanto, ao lado desse diálogo, aparece a foto de uma jovem adulta vestindo farda militar e portando uma arma. A escolha desse perfil se deu, em primeiro lugar, levando em conta os critérios mencionados³²; e também por destacar o contraste entre as projeções imaginárias projetadas para a mulher, associado à função de bailarina, e a sua inserção em profissões na carreira de segurança pública.

Como já mencionado, em todas as SDs, assim como a seleção dos perfis, usamos como critério de recorte a busca por um trajeto temático que aborda o ingresso do sujeito mulher nas corporações de segurança brasileiras, ressaltando a circulação-confronto entre os embates ideológicos a respeito da ocupação de novos espaços profissionais pela mulher.

³¹ Para a coleta de corpus desta pesquisa, adotamos o trajeto temático que aborda o ingresso do sujeito-mulher nas corporações de segurança brasileiras como critério de recorte, destacando as tensões entre expectativas sociais e a ocupação de novos espaços profissionais pela mulher. Esse critério metodológico foi aplicado na seleção de todas as sequências discursivas, assim como de seus respectivos comentários coletados para este estudo.

³² Conforme descritos, na página 60, do segundo capítulo, em que discorremos sobre os procedimentos teórico-metodológicos.

Figura 4 – Sequência discursiva um (SD1)



Fonte: Extraído do perfil @womanpolicial no Instagram.³³

Na imagem da SD1, em sua primeira materialidade discursiva, “**Que linda, amor! Vai ser bailarina**”, temos o funcionamento de sentidos em funcionamento no interdiscurso, segundo os quais os pais podem predeterminar a futura profissão dos filhos, o que pode configurar-se como dominação. Na SD1, os pais buscam direcionar e (pre)determinar socialmente o lugar que a filha deverá ocupar, quando adulta, que é a profissão de bailarina, um lugar social construído imaginariamente somente para mulheres, já que a bailarina deve, de acordo com esse imaginário, ser doce e frágil.

Esse discurso, ao mesmo tempo em que delimita a mulher, também exclui o homem de ocupar o lugar social de bailarino. São, portanto, determinações ideológicas que buscam ditar e delimitar a esfera de atuação do homem e da mulher. Todavia, na imagem à direita, que compõe a SD1, juntamente com a legenda da postagem e com a materialidade verbal “**Bailarina não, mamãe, é woman policial**”, funciona uma posição-sujeito de antagonismo ao dito que busca predeterminar a profissão feminina.

Portanto, ao assumir a posição-sujeito de policial, a mulher resiste às FDs machista e militarista e instaura a desregularização dessa memória (Pêcheux, 2020), que dita um padrão para o lugar social do homem e da mulher. Além disso, a materialidade significativa citada filia-se à posição-sujeito de resistência às formações imaginárias relacionadas com as posições-sujeito que as mulheres podem ocupar socialmente.

³³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMTlphOLUGD/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

Desse modo, os sentidos funcionam em tensionamento entre os já-ditos e os confrontos materializados nos discursos da FD machista, pois “[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* [...]” (Pêcheux, 2014a, p. 197, grifos do autor). Frente a isso, no significante “**Bailarina não, mamãe, é woman policial**” (SD1) funciona a relação de confronto e resistência aos discursos já estabilizados no imaginário acerca da mulher, a exemplo da formulação “**Que linda, amor! Vai ser bailarina**”.

Além disso, na SD1, cabe observar o funcionamento das discursividades inscritas na imagem à direita, que retrata uma mulher segurando uma arma de fogo. Devemos lembrar que a materialidade imagética funciona como operadora de memória (Davallon, 2020); assim, a imagem apresenta uma mulher policial, que desregula a memória do discurso machista e militarista. Ao se inserirem no campo da segurança pública, os sentidos e pré-construídos de subserviência e restrições impostas às atividades profissionais das mulheres são afetados e se ressignificam. Nesse aspecto, o discurso inscrito na materialidade imagética opera como um contradiscurso que tensiona as FDs que sustentam a submissão da mulher, ressignificando o seu lugar social em uma sociedade que ainda funciona com estruturas patriarcais e restritivas.

Nesse aspecto, para Sargentini (2011, p. 1690), “[...] explicitar um discurso será, então, interpretar o que as pessoas escrevem, mas também suas imagens, seus gestos, falas, expressão sonora”. De fato, na SD1, a memória e a ideologia das FDs machista e militarista são desestabilizadas e refutadas tanto pela imagem quanto pela materialidade significativa “**Bailarina não, mamãe, é woman policial**”.

Na materialidade discursiva de “**Bailarina não** [...]” ocorre uma denegação de um pré-construído discursivo. Segundo Courtine “a forma de refutação por denegação [...] comporta a negação contrastiva, na qual o pré-construído, elemento de saber de uma FD antagônica, é marcado por uma identificação negativa” (Courtine, 2014, p. 206). Nesse ínterim, a formulação “**Bailarina não**”, refuta os pré-construídos determinantes sobre o espaço e lugar que a mulher deve ocupar, como o de bailarina. Todavia, a negação, nesse caso, não apenas contrasta esse discurso já-dito, mas também reinscreve a mulher em uma nova posição profissional, vinculando-a a um campo historicamente masculino, o da polícia.

Para Indursky (1990, p. 119), a “negação estabelece um conflito entre duas posições de sujeito divergentes por estarem afetadas por antagônicas”. No caso da formulação “**Bailarina não, mamãe, é woman policial**” exemplifica essa dinâmica, já que em “**Bailarina não**” funciona como uma denegação de um pré-construído, no qual a mulher é destinada a ser bailarina, um espaço tradicionalmente associado ao feminino. Para a posição-sujeito filiada à FD machista, a mulher deve se conformar com lugares que reforçam sua feminilidade e

subserviência, enquanto a posição-sujeito de resistência aos saberes desta FD, inscrita no contradiscurso, tensiona essa memória e propõe novos lugares de atuação para a mulher, como o campo policial. Conforme Indursky (1990), sendo antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também é marcada por conflito, o que aqui se instaura na tensão entre o pré-construído da mulher como bailarina e a nova possibilidade de ser policial.

Mas também se inscreve na imagem (SD1) sentidos hegemônicos de beleza feminina e também do discurso racista: é uma mulher branca, de cabelos lisos longos, com uma aparência sensual. Logo, tal imagem não só opera como um contradiscurso às formações discursivas militarista e machista – ao colocá-la ocupando a função de policial e armada –, mas também atualiza sentidos parafrásticos do padrão da “beleza branca”.

Dessa forma, é preciso conceber a imagem na sua opacidade, atravessada por discursos que a constituem, como postula Pêcheux (2020). Dado o exposto, na SD1, o discurso inscrito na imagem funciona na trama de sentidos, com uma posição-sujeito de refutação e confrontos discursivos aos já-ditos da memória machista e militarista; ao mesmo tempo, é afetada pelo discurso do padrão de beleza branca, ou seja, pelo discurso racista.

A seguir, apresentamos a SD2, na Figura 5:

Figura 5 – Sequência discursiva dois (SD2)



Fonte: Extraído do perfil @saltoecoturno no *Instagram*.³⁴

³⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJScMrVB1Zn/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 28 mai. 2021. Informamos que o usuário removeu a página ou o perfil no *Instagram* em que a

A sequência discursiva (SD2) foi recortada diretamente do perfil @saltoecoturno no *Instagram*. Nela, há a imagem de uma mulher branca, com cabelos longos e sensual, com olhar fixo e confiante, segurando uma arma com as duas mãos. Ela usa um colete à prova de balas, acrescido de um uniforme com cor predominantemente preta. Há, ainda, as formulações significantes “**VOCÊ É TÃO DELICADA PRA SER POLICIAL!**” e “**AH É??!**”.

A primeira materialidade discursiva, “**VOCÊ É TÃO DELICADA PARA SER POLICIAL!**”, atualiza a memória dos discursos militarista e machista, que impõe (de)limitações à mulher e ao seu lugar social. Esses sentidos sofrem determinações das formações discursivas machista e militarista quando buscam estabilizar o imaginário de fragilidade e de fraqueza para a mulher.

Assim, nesta trama, as FDs machista e militarista se sustentam pelos sentidos já ditos e já estabilizados acerca da mulher e do sujeito policial. Essa historicidade produz determinações de sentidos para o lugar da mulher e sua (de)limitação na sociedade, tendo-se em conta uma suposta inferioridade, uma fragilidade que a impede de ocupar os espaços já estabilizados historicamente como lugares apenas de homens, a exemplo do sujeito policial. Essa construção discursiva para o sujeito mulher impôs restrições severas à sua movimentação no espaço público, pois, como pontua Perrot (2019), as mulheres eram confinadas e limitadas a espaços domésticos, e desempenhavam apenas algumas funções consideradas adequadas, a exemplo da maternidade.

Neste cenário discursivo, a construção do sujeito mulher policial é, portanto, afetada pelo efeito das formações imaginárias, tendo em vista que o mecanismo imaginário “[...] produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (Orlandi, 2020a, p. 38). Assim, a carreira policial é construída historicamente pelo imaginário da força e da ordem, em conformidade aos pré-construídos do discurso machista, os quais se filiam também ao imaginário da mulher como sujeito frágil e dependente da força masculina.

Para Bayley (2006, p. 20), a polícia é definida como “[...] pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através de aplicação de força física”. Assim sendo, as formações imaginárias sobre a polícia determinam o modo como os sujeitos se significam, como também significam os seus lugares.

materialidade discursiva foi capturada. Por esse motivo, o link não está funcionando. Isso faz parte do funcionamento do mundo no espaço digital, em que há volatilidade e temporalidade nas publicações, conforme defendem autores, a exemplo de Dias (2016).

Conforme Sadek (2003, p. 127), as construções imaginárias sobre a profissão de policial estão relacionadas com os traços de virilidade, uma vez que para “[...] lidar com a bandidagem exige conhecimento das leis misturado a altas doses de autoridade, de força, de coragem e de capacidade de decisão – atributos supostamente masculinos”. Dito isso, os sentidos de força e coragem atribuídos ao homem funcionam em antagonismo à suposta fragilidade da mulher, de modo que esses sentidos buscam justificar a dominação masculina por determinações das FDs machista e militarista.

Na SD2, estão materializados os discursos de embate, visto que o dito “**AH É??!**”, pelo efeito das interrogações e da exclamação, confronta ironicamente a formulação “**VOCÊ É TÃO DELICADA PRA SER POLICIAL!**”. Os sinais de pontuação inscritos no discurso podem funcionar como elementos próprios de constituição da ironia (Orlandi, 2012). Sob a ótica discursiva, a ironia funciona na “contradição apreendida e exibida (isto é, ‘a ironia’)” (Pêcheux, 2014a, p. 142). Desse modo, na SD2, o efeito da ironia da formulação “**AH É??!**” instaura a deriva e a discrepância dos sentidos construídos historicamente sobre a mulher como delicada, questiona os já-ditos do imaginário já estabilizado para o sujeito policial e produz sentidos de antagonismo aos sentidos das (de)limitações dos espaços que as mulheres deveriam ocupar socialmente.

Na imagem da SD2 também funcionam algumas discursividades que retomam a memória do discurso militarista, com uma posição-sujeito de força e virilidade. Portanto, o discurso também sofre efeitos da memória do discurso machista, já que a função na carreira policial ainda é território marcado pelo domínio masculino. Nessa trama, embora a inserção da mulher na polícia tenha produzido efeitos discursivos de desestabilização e desregulação, é possível observar o funcionamento de determinações de uma FD machista, em aliança à FD militarista, a exemplo da exigência da força e da negação da delicadeza feminina.

Neste tensionamento de efeitos de sentido, a imagem da mulher-policial (SD2) comporta nela mesma um gesto de leitura; ao portar uma arma e um colete à prova de balas, produz efeitos de resistência aos discursos machista e militarista, desestabilizando os sentidos logicamente estabilizados que determinavam que polícia não era lugar para mulher.

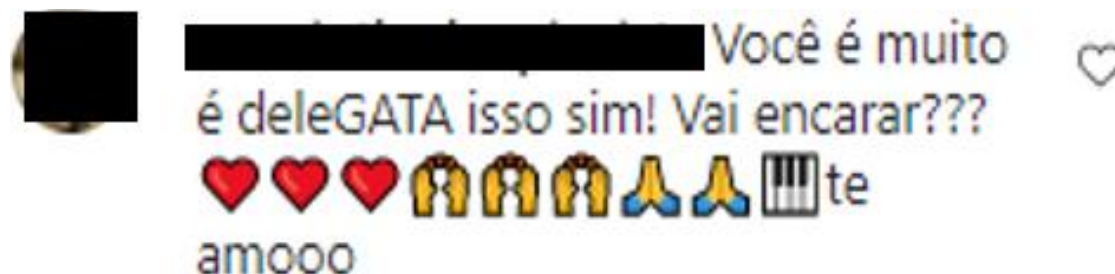
Assim, a memória estabilizada de que a mulher não pode ocupar a posição-sujeito de mulher-policial é confrontada tanto pela formulação linguística “**AH É??!**” quanto pela imagem, que, no campo da AD, é tomada em sua opacidade, pois “[...] a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca [...]” (Pêcheux, 2020, p. 51). Dessa forma, na SD2 funciona a tensão entre a resistência aos sentidos de exclusão

social da mulher, pelo imaginário de fragilidade e delicadeza, e, ao mesmo tempo, as determinações ideológicas das FDs machista e militarista, que exigem demonstração de força e coragem – sentidos historicamente associados à masculinidade – para a inserção na polícia.

Temos aí um jogo de forças da memória e um embate discursivo entre a posição-sujeito que restringe a carreira policial ao domínio masculino e a posição de resistência ao discurso machista e militarista. No discurso inscrito na imagem da SD2 e na formulação “**AH É??!**” funcionam a opacidade da imagem, a falha e o equívoco e a desestabilização da memória discursiva, já que o discurso funciona com a posição-sujeito de que a mulher pode ocupar qualquer espaço social, a exemplo da polícia.

Com base nas discussões apresentadas, analisamos a próxima sequência discursiva, que apresenta um comentário da postagem da SD2. Optamos por examinar os comentários a fim de atender a um de nossos objetivos específicos³⁵: identificar a circulação-confronto do acontecimento discursivo da entrada do sujeito mulher nas corporações de segurança pública. Assim, selecionamos um comentário da publicação da SD2 para observar os embates ideológicos presentes nele, o qual conferimos a seguir, conforme ilustra a Figura 6:

Figura 6 – Comentário digital – (SD3)



Fonte: Extraído dos comentários da publicação no perfil @saltoecoturno no *Instagram*.

As redes sociais permitem ao usuário postar fotos, curtir e fazer comentários em publicações digitais, tendo em vista que “[...] vivemos em um tempo em que o movimento da máquina se (con)funde com o do homem e nem sempre é possível separar o que é da ordem do histórico e do tecnológico” (Grigoletto; Gallo, 2015, p. 307).

De acordo com Cortes (2017, p. 17), o comentário “[...] pode funcionar como resistência ou anuência aos discursos que circulam na rede virtual”, pois as condições de produção discursiva no digital permitem a circulação e a movimentação dos sentidos que são afetados pela memória, história e ideologia. Os efeitos de sentidos atravessados no significante

³⁵ Esse critério será mantido para justificar as escolhas de todos comentários analisados neste estudo.

“**deleGATA**” funcionam como efeito metafórico, pela substituição de delegada (SD3) por “**deleGATA**”. Acerca da metáfora discursiva, assim declara Pêcheux (2014a, p. 240):

O sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência desta última em relação ao interdiscurso.

Nesse cenário, instaura-se a metáfora entre as formulações linguísticas “**delegada/deleGATA**”. A substituição de delegada por “**deleGATA**” retoma a memória de sentidos de “gata” para descrever uma mulher como bonita e charmosa. Assim, a posição-sujeito no discurso (SD3) funciona com sentidos de que a mulher delegada é também bela. O termo “**Isso sim!**”, em relação metafórica, produz o dito “aquilo não”. Cabe o seguinte questionamento: por que uma mulher bonita não deve ser uma delegada? E, ainda, por que o imaginário machista exige que uma delegada seja bonita, branca e sensual? Temos aqui o funcionamento de uma memória segundo a qual a beleza feminina e a inteligência ou a capacidade intelectual não se coadunam, haja vista que o destaque é dado à beleza e silencia as habilidades da mulher na condição de profissional, mesmo em contextos que exigem autoridade, como na polícia.

Essa construção discursiva é determinada ideologicamente pela memória da carreira policial, construída historicamente com sentidos de força e coragem frente ao perigo. Segundo Costa (2014, p. 101),

[...] a história da instituição policial está ligada à história da formação das cidades, na qual seu surgimento teve como princípio intervir no confronto de interesses que a vida em comum propunha, principalmente, no que se referia à imposição e manutenção da ordem e da lei.

Assim, o dito da SD3 produz significação de que o lugar de uma mulher bela não pode ser o de policial, pode até ser modelo, estampar sua beleza em capas de revistas, campanhas publicitárias etc., mas não ingressar na carreira policial, visto que este é um lugar que não exige beleza feminina, porém força e masculinidade, pela memória filiada à FD machista, ao atribuir ao homem os atributos de força e rigidez.

Na formulação “**Você é muito deleGATA isso sim!**”, há o termo em caixa-alta, o que faz funcionar a corpografia digital. Conforme assevera Dias (2008, p. 20), “[...] o que define

particularmente a corpografia é que ela não representa nem imita uma emoção, mas ela cria essa emoção, nas condições de produção muito específicas do uso do computador”. Nesse sentido, a corpografia determina uma maneira particular de produzir sentidos nas redes de relacionamento, tais como a rede social *Instagram*.

Nessa direção, a corpografia se insere nas condições de produção e circulação do discurso nas mídias digitais. Segundo Dias (2016, p. 8), no digital, o processo de significação “[...] se dá pela maneira como o discurso se constitui, se formula e circula atravessado pela materialidade digital”. Devido aos avanços tecnológicos, as formas de se comunicar e se relacionar “[...] têm mudado de forma significativa as relações humanas e sociais, principalmente no que diz respeito à comunicação mediada pelas novas tecnologias digitais” (Aguilar-Santos, 2020, p. 26).

Assim, a rede possibilita a produção e o funcionamento discursivo em que diferentes sujeitos se constituem em um jogo de tensões nas tramas digitais, pois “[...] o elemento da circulação se sobressai ao da formulação e ao da constituição no processo de produção dos discursos e do conhecimento, pela maneira como a noção de informação se discursiviza em nossa sociedade” (Dias, 2018, p. 43).

Nessa perspectiva, as mídias digitais funcionam não somente como suporte para materialização e circulação de discursos, mas também como espaço de práticas discursivas que colocam em movimento os sentidos e os sujeitos.

Vejamos, a seguir, a SD4 (Figura 7). Coletada diretamente do perfil @futuropolicialaprovado, no *Instagram*:

Figura 7 – Sequência discursiva quatro (SD4)



Fonte: Extraído do perfil @futuropolicialaprovado no Instagram.³⁶

A materialidade discursiva da SD4 mostra o *meme* com uma suposta conversa entre um jovem e uma jovem; na primeira formulação, temos os dizeres atribuídos ao rapaz: “**mulher não pode ser policial**”, tendo como resposta da moça a formulação “**bloqueado**”. Convém lembrar que, na AD, entendemos *memes* como “[...] objetos discursivos e não apenas artefatos tecnológicos, pois são afetados pela memória e pela exterioridade, sendo o espaço virtual considerado um espaço discursivo” (Batista; Cortes, 2017, p. 444).

Na SD4, a materialidade significativa “**mulher não pode ser policial**” filia-se às FDs machista e militarista, que delimitam quem pode ou não ocupar o lugar de policial. Tais sentidos sofrem determinações históricas e ideológicas do interdiscurso, no que tange ao exterior de uma dada FD (Pêcheux, 2014a). Com efeito, o uso do advérbio de negação “**não**” na referida SD, funciona sustentado pela ideologia da FD machista que determina quem tem legitimidade para ocupar a atividade profissional de policial e quem não tem.

Nesse ínterim, ao dizer que a mulher não pode exercer tal função, a posição-sujeito machista reafirma o discurso já-dito na memória discursiva que historicamente associa à mulher

³⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJ_Uot-Hth3/ . Acesso em: 28 mai. 2021.

atributos de fragilidade, delicadeza e subserviência, características percebidas como incompatíveis com a força, autoridade e o poder exigidos em profissões na segurança pública.

Dessa maneira, a FD machista, ao longo da história, construiu um imaginário sobre a mulher como inadequada para funções que exigem força, autoridade e poder. Já a FD militarista reforça essa exclusão ao construir a imagem do policial como um sujeito forte e disciplinado, atributos historicamente associados ao homem.

Conforme Pêcheux (2020, p. 61), “[...] para que suas palavras possam significar é preciso que já tenham sentido. Assim é que dizemos que ele é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente”. Dessa maneira, na materialidade verbal “**bloqueado**” funciona a tomada de posição-sujeito de resistência às FDs machista e militarista e instaura o equívoco com sentidos de confronto ao discurso dessas FDs.

Cabe ressaltar que o sentido de “**BLOQUEADO**”, no espaço digital, funciona com sentidos de corte de relações. Conforme Dias (2016, p. 10-11), no mundo digital, “[...] a historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições [...]”. Na SD4 deu-se esse deslocamento da forma material “**bloqueado**”, que foi usado com efeito de sentido de bloqueio e resistência ao discurso machista e ao discurso militarista, que busca delimitar o espaço que a mulher deve ocupar.

Nesse cenário, o significante “**bloqueado**” funciona no discurso como um gesto de resistência à ideologia machista, visto que o gesto de bloquear produz efeitos de um corte e distanciamento, ruptura. Conforme Paveau (2021, p. 75), “trata-se então de um gesto tecnodiscursivo não verbal com enunciado implícito: o bloqueio não se reduz a um gesto técnico, mas está associado a uma mensagem de interdição”. Assim, o gesto de bloquear vai além da ação técnica e produz sentido antagônico e de resistência a um discurso opressor, no caso da SD4, os discursos machista e militarista.

Com isso, a materialidade discursiva “**bloqueado**” inscreve-se em um contradiscurso que busca desarranjar os sentidos das FDs machista e militarista, ao produzir sentidos pelos quais a mulher tem direito de ocupar qualquer espaço, incluindo o campo policial.

Além disso, o *meme* dialoga com um discurso mais amplo de empoderamento feminino nas redes sociais, em que discursos de resistência contra o machismo ganham força e visibilidade, tendo em vista que bloquear alguém que profere discursos ofensivos ou preconceituosos tornou-se uma prática tecnodiscursiva de afirmação de limites e de direitos para o sujeito resistir a discursos de opressão e exclusão, como inscrito na SD4.

Vejamos, adiante, a SD5, na Figura 8. Nela, há a materialização dos sentidos sobre a polícia como lugar de força e perigo enquanto a profissão de bailarina é construída historicamente como delicada e frágil. A SD5 foi recortada do perfil @mulheresnapoliciacivil, no *Instagram*, sendo publicada em abril de 2021, na qual lemos:

Figura 8 – Sequência discursiva cinco (SD5)



Fonte: Extraído do perfil @mulheresnapoliciacivil no *Instagram*.³⁷

Na SD5, a materialidade discursiva é marcada por um *close-up*³⁸ de olhar feminino, cujos movimentos oculares em diferentes ângulos demonstram os efeitos de resistência da posição-sujeito de tensão e confronto ao discurso machista, o qual está inscrito na formulação verbal “**polícia é coisa pra homem**” e “**vc é linda devia ser bailarina**”, pois as materialidades significantes que constituem a SD5 fazem parte do imaginário pré-construído sobre as carreiras policiais e mantêm relação com as formações imaginárias sobre os já-ditos que determinam os espaços que a mulher pode almejar ocupar socialmente.

No bojo discursivo da SD5, os movimentos dos olhos produzem gestos de resistência ao discurso inscrito nas formulações “polícia é coisa pra homem” e “você é linda, devia ser

³⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN8qIkgrTTf/>. Acesso em: 28 maio 2021.

³⁸ (c) PLANO FECHADO (*CLOSE-UP*) – a câmera está bem próxima do objeto, de modo que ele ocupa quase todo o cenário, sem deixar grandes espaços à sua volta. É um plano de INTIMIDADE e EXPRESSÃO. Disponível em: <https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

bailarina”. Com efeito, os olhares podem ser interpretados como uma forma de resistência não verbal, direcionados simbolicamente àqueles que proferem tais discursos limitantes para a mulher. Ou seja, são os movimentos de uma mulher (a posição-sujeito de resistência) em contradiscurso a quem reproduz ou apoia esses discursos excludentes e pré-construídos sobre os lugares femininos, confrontando aqueles que buscam restringir suas escolhas profissionais e sociais.

Nesse cenário, temos, na SD5, o funcionamento do imaginário das carreiras policiais como lugar de perigos iminentes e as determinações do interdiscurso produzem efeitos de sentidos já-ditos em relação à profissão policial, a exemplo de traços de virilidade, força e coragem, como postulado por Sadek (2003). Para Bourdieu (2020, p. 92), “a virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”.

Nesse ínterim, as questões relacionadas com a virilidade estão inscritas na definição universal do ser humano, as quais atribuem ao homem o imaginário de virilidade, constituído em oposição às mulheres. Para fazer parte da esfera policial, é necessário lidar com a bandidagem, ter autoridade, coragem e capacidade para tomada de decisão, sendo, historicamente, atributos considerados supostamente apenas masculinos. Desse modo, a memória é parte constituinte nos processos de identificação dos sujeitos, assim como o imaginário acolhe os sentidos e os distribui nas regiões das FDs, conforme explica Orlandi (2021).

Dentre as condições de produção instauradas na SD5, temos *R* (o referente) inscrito como a ocupação de policial. *A* e *B* (os interlocutores), sendo atravessados pelos discursos machista e militarista ao argumentarem que *R* não é uma profissão adequada para as mulheres, mas, sim, a de bailarina. Dito isso, nas formulações significantes “**polícia é coisa pra homem**” e “**vc é linda devia ser bailarina**”, as declarações de *A* e *B* não se restringem às suas opiniões pessoais, porém demarcam uma posição-sujeito antagônica à presença da mulher nas carreiras policiais, colocando em evidências já ditos socialmente que determinam o campo de atuação profissional imaginariamente adequado para a mulher.

Dado o exposto, embora não seja a proposta central deste trabalho abordar diretamente a questão de gênero, na SD5, observamos o funcionamento das contradições ideológicas que são instauradas nas relações de classe e gênero, a partir da tensão e embate ideológico entre lugar de homem e lugar de mulher. Profissões como a de policial, vistas como “lugares de homem”, e de bailarina, associadas ao “lugar de mulher”, exemplificam como o discurso

machista atravessa e determina o discurso; ademais, temos ainda as contradições de classe na reprodução e transformação dessas relações (Pêcheux, 2014a). Assim, o discurso reforça divisões históricas, busca consolidar um imaginário que naturaliza a exclusão de mulheres de certos espaços profissionais. Por exemplo, ao vincular força, autoridade e controle ao “universo masculino”, estabiliza o discurso de que algumas profissões são inadequadas para mulheres, dificultando o acesso a esses espaços. Ao mesmo tempo, esse processo discursivo funciona em constantes tensões em um jogo de (des)estabilização, especialmente com a crescente presença das mulheres em áreas tradicionalmente masculinas, como as corporações de segurança pública.

Nesse ensejo, o discurso inscrito nas SDs apresentadas é afetado pela luta de classes e também se expande para as tensões de relações de gênero. Conforme Pêcheux (2015b, p. 272), “as contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas”; neste estudo, essas contradições de classe se imbricam às contradições das desigualdades de gênero, sobretudo pelos já ditos que afetam as formações imaginárias desses sujeitos e de seus lugares, que sofrem determinações do interdiscurso.

Assim, a posição-sujeito, da SD5, filiada à FD machista e afetada pela memória, restringe os espaços para a mulher ocupar e confere liberdade de espaço ao homem, afetando as posições-sujeito do discurso, já que “a linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro” (Orlandi, 2020a, p. 45).

Segundo Orlandi, o imaginário determina o funcionamento de uma dada posição-sujeito no discurso:

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso (2020, p. 38).

Nessa conjuntura, percebemos que as imagens construídas sobre a mulher, o homem, a polícia e seus lugares produzem determinações no discurso e afetam a construção da posição-sujeito policial, historicamente de filiação machista e militarista.

Todavia, a mulher, ao ingressar na carreira militar, passa a ocupar uma nova posição-sujeito, que é a de mulher-policial, e, assim, busca instaurar a resistência ao discurso já estabilizado, que determina e restringe a polícia como lugar para homens. Assim, a construção do sujeito mulher policial é pautada nesta tensão entre ser mulher, ser uma polícia feminina e,

ao mesmo tempo, ser uma polícia afetada por sentidos de “virilidade”, ou seja, uma polícia regida pelos sentidos da FD machista.

A esse respeito, o imaginário construído historicamente para a mulher é o de um ser limitado, delicado e frágil, e por isso só pode exercer algumas profissões, dentre elas a de bailarina. Pelo viés discursivo, a linguagem não é transparente e os sentidos são determinados por questões ideológicas, tendo em vista que o trabalho da ideologia é “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 2020a, p. 44).

Porém, o equívoco se instaura pelo viés das imagens, como exemplificado pelo contraste dos olhares na SD5, que concretiza gestos de resistência por meio dos movimentos e desvios dos olhares, fazendo funcionar outros sentidos no discurso. Com efeito, também, julgamos importante considerar que “o olhar é uma prática ideológica capaz de subversão, justamente quando faz retorno sobre o sujeito”, conforme postula Lagazzi (2021, p. 5900).

Diante disso, a SD5 faz ressoar embates ideológicos entre as posições-sujeito de anuência aos discursos machista, militarista e as de antagonismo e resistência a eles, em que a materialidade não verbal, inscrita no olhar do sujeito, produz efeito de resistência e antagonismo ao imaginário feminino situado dentro das condições de produção discursiva de fragilidade; ao mesmo tempo, funciona, também, de maneira antagônica ao imaginário policial como espaço de virilidade, isto é, aspectos atribuídos ao homem. Nesse viés, “as redes sociais, a exemplo do *Instagram*, têm sido um espaço ocupado para dar voz e visibilidade aos sujeitos que ousam se revoltar contra o discurso [...]”, independente de qual seja sua filiação ideológica (Santana; Cortes, 2023, p. 123).

Além disso, a posição-sujeito, da SD5, ao refutar os discursos machista e militarista, por intermédio de jogos de olhares, faz funcionar o que Courtine (2014) denomina processo de refutação, isto é, de identificação negativa, a qual é uma modalidade de identificação contrastiva. Já os movimentos dos olhos inscritos na imagem da referida SD podem ser associados a um encandeamento complexo, sendo capaz de deslocar os sentidos, desestabilizar ou atualizar uma memória. Isso ocorre porque a imagem é potencializadora de captura simbólica, conforme argumenta Lagazzi (2020).

A seguir, apresentamos a sequência discursiva seis (SD6), que é constituída pela imagem apresentada na Figura 9, com a respectiva legenda:

Figura 9 – Imagem de uma policial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal



Fonte: Extraído do perfil @delegadalaryssa no *Instagram*.³⁹

Na legenda da imagem, lemos o seguinte:

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) **expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem “saías curtas” demais.** [...] O **machismo estrutural EXISTE** sim. Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais. **Calar a boca para essa aberração organizacional**, é ir contra a nossa competência, capacidade e inteligência. @cbmdf nós mulheres, estamos esperando uma resposta e providência (grifos nossos).

Convém ressaltar que, a título de ilustração, a postagem da (SD6) foi publicada no dia quatro de maio de 2021, sendo recortada diretamente do perfil @delegadalaryssa. Na foto, a policial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBDF) aparece usando o uniforme da corporação, o qual é composto por uma camisa de manga longa e saia com tamanho limite até os joelhos, ambas na cor cinza.

Dado o exposto, a imagem do uniforme militar feminino (SD6) determina os efeitos do espaço social ocupado pelo sujeito. Nessa conjuntura, o uniforme militar produz efeitos de memória dos discursos machista e militarista, como os sentidos de regras impostas, rigidez disciplinar e autoritarismo, com determinações de sentidos para o corpo e padrões estéticos da mulher.

Ao passo que na materialidade verbal inscrita da SD6, de acordo com o excerto: **“Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsou militares de suas próprias**

³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COdOE2kHj28/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

homenagens por usarem “saías curtas” demais [...]” atualiza a memória do discurso filiado às FDs machista e militarista, sendo esse um discurso autoritário, conforme tipologia discursiva discutida por Orlandi (2020a). Com efeito, Bourdieu (2020, p. 51) afirma que a moral feminina é aplicada sobre todos os aspectos do corpo feminino de forma contínua, sendo reforçada “através da coação quanto aos trajes ou aos penteados”, assim como indicam que as normas e condutas sociais relacionadas às mulheres persistem e são aplicadas no interior das relações sociais por meio de uma disciplina incessante.

Ao retomar Eco (1989), Oliveira (2019, p. 15) assevera que “o portador das roupas é também um portador de discurso, de história, de ideologia”. Em virtude disso, as roupas, sob a perspectiva da AD, não são apenas tecidos cobrindo o corpo, mas carregam consigo uma carga simbólica que materializa discursos em uma rede complexa que envolve questões estéticas, ideológicas, sociais e históricas de uma determinada época e lugar.

Desse modo, a FD militar determina sentidos de autoritarismo também no que tange aos uniformes, já que a construção discursiva do sujeito policial é afetada por um imaginário de sobriedade e austeridade, e tal imaginário também afeta as vestimentas que seguem um paradigma de formalidade, tendo em vista uma historicidade que estabelece relações entre o uniforme e os sentidos de profissionalismo e autoridade para este sujeito. Assim, o vestuário mais casual – considerado inadequado ao profissionalismo e eficácia do trabalho policial, conforme a FD militar, produz deslizamentos de sentidos para a identidade histórica do sujeito policial, sobretudo no sujeito mulher policial.

Afetado pela historicidade do discurso militar, o uniforme – inscrito na SD6 – materializa sentidos de deslizamento para o imaginário já em funcionamento no discurso e, assim, determina uma posição-sujeito de repúdio e críticas não somente às roupas da mulher policial, como também à sua competência profissional. Tais sentidos produzem efeitos de um controle de gênero, já que a capacidade profissional da mulher é medida e embasada no que elas vestem; são sentidos determinados pelos já ditos do interdiscurso, que impõe uma padronização dominante sobre o vestuário adequado ou inadequado no ambiente de trabalho, conforme pontua Oliveira (2019).

Ainda sobre o funcionamento do discurso militarista instaurado na SD6, Calazans (2003, p. 18) explana que:

o espaço policial militar é secularmente masculino, regulado por normas e regras, com territorializações definidas através de sistemas de hierarquia, sistemas de escala de valores e sistemas de disciplinarização, herdados de um modelo militar como meio fundamental de controle social. Sistemas estes que

operam com estratégias contrárias aos modos de valorização das singularidades, a processos de singularização. Visam à formatação de um modelo hegemônico.

Nessa atualização da memória do discurso militarista na rede digital, SD6, temos um discurso que funciona produzindo efeitos de opressão e censura à mulher policial. Orlandi (2007b, p. 80) explica que “[...] a situação típica da censura traduz exatamente essa asfixia: ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado”, como inscrito no campo militar, sendo regulado por regras disciplinares e hierarquizadas.

A materialidade da SD6, exemplificada pela formulação linguística **“Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais”**, funciona pelos viéses contradiscursivos e de resistência ao discurso autoritário, como se observa no excerto **“Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsa militares de suas próprias homenagens por trajarem ‘saias curtas’ demais”**.

Para Orlandi (2007a, p. 76), “a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação”. Dessa maneira, os discursos inscritos nas FDs machista e militarista coadunam-se entre si e produzem efeitos de silenciamento e de censura, afetando as maneiras de se significar do sujeito mulher policial que integram a instituição do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Perante o exposto, Indursky (2015) assevera que o silêncio produzido nas práticas discursivas está imbricado com os processos ideológicos. Em síntese, na materialidade verbal **“Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem ‘saias curtas’**”, da SD6, funciona efeito de sentido de exclusão da mulher na corporação policial, pela censura à roupa usada por ela, ou seja, são sentidos determinados ideologicamente pela FD machista, ainda dominante nas carreiras policiais.

Consequentemente, então, na SD6, os sentidos se contrapõem em uma disputa, visto que a Instituição de Corpo de Bombeiros mencionada busca, por meio da censura, do silenciamento (Orlandi, 2007a) e do autoritarismo afetar a identidade do sujeito mulher policial, o que implica pontuar que os sujeitos e sentidos não são homogêneos, mas cindidos e heterogêneos e, portanto, estão sempre em constantes tensão e disputas.

Ribeiro (2018, p. 9) explana que o machismo é fortemente ancorado na sociedade e, nas relações de trabalho, “[...] habitualmente responsabiliza a mulher por dinâmicas desiguais de poder. A estratégia do agressor é a de desqualificar a sua vítima e, assim, justificar o seu

comportamento inadequado”. No caso da SD6, a posição-sujeito de autoritarismo busca estabilizar o imaginário militar de disciplina por intermédio da relação de poder, impondo a censura às posições antagônicas a tal imaginário.

Nessa trama discursiva, a hierarquização, segundo Lagazzi (1988, p. 90), “é a formalização das relações de forças entre as pessoas, através da atribuição de lugares socialmente definidos, como nas relações de trabalho [...]”. Por conseguinte, a hierarquização se instaura nas carreiras policiais em que o superior imediato, no caso da SD6, constrói a imagem de si mesmo e da posição que ocupa de autoridade e do outro como posição de subordinação.

Apesar da aparente rigidez das estruturas de poder instituídas nas carreiras policiais, a resistência continua sendo uma força motriz na dinâmica social. Assim sendo, na materialidade linguística inscrita na legenda da SD6: **“o machismo estrutural EXISTE sim. Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais. Calar a boca para essa aberração organizacional, é ir contra a nossa competência, capacidade e inteligência”**, funciona uma posição-sujeito de resistência ao machismo estrutural, o qual produz sentidos de um sistema padronizado e estruturado na sociedade, que busca a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres.

Em suma, podemos dizer, com base em Pêcheux (2020), que no excerto apresentado, a memória é atualizada com desregulação, desestabilização e perturbação dos sentidos já ditos sobre a mulher e as carreiras policiais, sendo o meio digital, conforme declara Dias (2018), espaço para a constituição da produção dos sentidos de resistência das posições-sujeito aos discursos, no caso da SD6, de resistência aos discursos das FDs machista e militarista.

Nesse cenário, as mulheres, ao ressaltarem que não aceitam mais o machismo estrutural, não apenas se inscrevem numa posição-sujeito de rejeição ao machismo, opondo-se às injustiças e às opressões enfrentadas por elas na sociedade, mas também reforçam o argumento de que suas habilidades e inteligência são indiscutíveis, indo de encontro à construção do imaginário feminino de (de)limitações a ambientes privados, a exemplo do doméstico, assim como de sua suposta fragilidade imposta socialmente.

Isso posto, o *corpus* em funcionamento na rede social *Instagram* instaura práticas discursivas de resistência. Assim, a rede põe em movimento os sentidos e os sujeitos e configura-se como “[...] um espaço político, simbólico, como objeto não transparente, mas constituído de opacidade e incompletude” (Cortes, 2015, p. 36), tornando-se uma rede encarregada, também, de denunciar o autoritarismo e o machismo, pois:

[...] todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. E é nesse jogo entre parafrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (Orlandi, 2020a, p. 34).

Portanto, na SD6, funciona a polissemia, instaurando uma posição-sujeito de antagonismo e resistência aos discursos militarista e machista, tendo em vista que os processos discursivos não possuem origem no sujeito, mas são materializados nele, pois é nesse jogo da contradição e na divisão dos sentidos que se encontra a constituição do sujeito.

Com efeito, diferentes sentidos se movimentam sobre um mesmo objeto simbólico, como é o caso da área policial. Conforme Pêcheux (2014a, p. 146-147, grifos do autor) pontua, *“as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”*. Por isso, os sentidos se filiam às formações discursivas que determinam o que pode e deve ser (não)dito no discurso. Nesse processo, o funcionamento da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos – na imbricação do complexo das formações ideológicas, com o interdiscurso – resulta no processo de identificação e contraidentificação do sujeito com uma dada FD (Pêcheux, 2014a).

Dessa maneira, ainda no que diz respeito à SD6, na materialidade verbal **“Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais”**, o uso do advérbio de negação **“não”** faz funcionar a posição-sujeito de antagonismo e resistência à formação discursiva machista, uma vez que a negação “[...] evidencia a presença do discurso-outro”, como elucida Indursky (1997, p. 213), pois, ao longo da história, as mulheres resistiram e resistem a tais discursos em meio a embates históricos e movimentos contra a dominação masculina, como já mencionamos neste texto.

Ademais, há também a tomada de posição-sujeito em defesa de todas as mulheres ao incluir o pronome pessoal do caso reto **“nós”**, já que nas lutas por igualdade entre homens e mulheres há a máxima de que **“não é uma mulher que trará a emancipação do gênero, mas todas as mulheres unidas”** (Carvalho, 2021, p. 22).

Dado o exposto, retomando as modalidades de tomadas de posição propostas por Pêcheux (2014a), observamos que na conjuntura das condições de produção da SD6, na formulação linguística: **“Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais”**, instaura-se a inscrição do ‘mau sujeito’, pois, por meio de uma tomada de posição de contraidentificação que consiste em um distanciamento, contestação ou até mesmo uma revolta, a posição-sujeito de resistência funciona de forma antagônica ao discurso da FD machista inscrita em **“CBMDF expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem ‘saias curtas’”**, da referida SD.

No discurso delineado na SD6, a posição-sujeito antagônica ao machismo estrutural assume o lugar de porta-voz da coletividade feminina, resistindo à opressão machista e defendendo a igualdade, dignidade e os direitos entre homens e mulheres. Conforme explicita Pêcheux (2014b, p. 76), a posição de porta-voz situa-se “no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado”. Dessa forma, o discurso expresso na materialidade verbal **“Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais”**, presente na SD6 e que defende os interesses coletivos femininos, pode ser interpretado como um gesto político, constituindo uma forma de ‘dar o troco’, e uma alternativa de ação política. Nesse discurso, ainda, são produzidos embates ideológicos sob a “tensão que se origina da hierarquia pré-estabelecida e a tensão que as opiniões e crenças, regras e padrões de comportamento instauram [...]” (Lagazzi, 1988, p. 90), como circunscrita na relação hierárquica entre o superior imediato e as policiais femininas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Com efeito, a posição de porta-voz e de empoderamento feminino, na SD6, é marcada pela união das mulheres na busca pelo rompimento de padrões discriminatórios, na procura por autonomia e respeito nos espaços sociais que ocupam, inclusive na esfera profissional das carreiras policiais. Segundo Souza (2011), o ato de gritar dentro das condições de produção do discurso de denúncia perante o poder implica um imperativo para o sujeito se posicionar e buscar a palavra. Além disso, Modesto (2019) acrescenta que o grito é um instrumento de denúncia e de resistência em sua relação com as tensões sociais.

O empoderamento feminino, então, preconiza a inscrição das mulheres na história como protagonistas, assim como os homens, ocupando lugares de destaque social e não mais atuando apenas como personagens secundárias, espaço que durante muito tempo a mulher assumiu socialmente, a exemplo de informante, mãe, esposa, entre tantos outros.

Para Carvalho (2011), após o fim da Revolução Francesa, a voz feminina seguiu um curso ininterrupto de crescimento e a mulher, cada vez mais, passou a assumir lugar de destaque na sociedade. Esses marcos de evolução sobre a inserção das mulheres na história fazem ressoar reconhecimentos sobre a valorização da voz feminina e buscam romper com padrões de submissão, inscrevendo mudanças significativas social e intelectualmente ao longo do tempo, mesmo com a falta de representatividade e visibilidade feminina na história mundial do passado.

A seguir, apresentaremos a SD7, que é composta por um recorte de cinco comentários da referida postagem da (SD6).

SD7 – Comentários instaurados na postagem da SD6

Comentário⁴⁰ 1 – **F.G.A “se fosse comigo eu mandava era diminuir”**

Comentário 2 – **R. C. B – “curta que é bom...”**

Comentário 3 – **R.C.B – “não entendi, se é padronizado desde os primórdios, porque caralhos encurtaram a saia?”**

Comentário 4 – **M.S.1985** – O militar pode adulterar a farda em casa colocando-a fora do padrão e isto caracteriza **ato militar punível... Militar não tem sexo... cometeu crime é punido... não existe machismo ou feminismo...** talvez o problema é q feministas não estejam preparadas para as forças armadas e põem sua **ideologia marxista** acima de tudo mas esquece q em países de esquerda militar mulher e homem seguem regras mais rígidas d q as do brasil... aqui não há mais treinamento de tortura nas ffaa... ta muito fru fru hj em dia... parece mais **escoteiros d q militares.**

Comentário 5 – **C_V** – Estou lendo aqui os comentários... tentar esclarecer: **somos regidos por regulamentos** e há mecanismos legais para cada transgressão e **não existe a previsão de expulsar por saia curta...** existe o que chamamos de procedimentos disciplinares, ... **expulsar, constranger, humilhar,** não são normatizados em lugar algum... (grifos nossos).

Segundo Galli (2020), as ações de curtir, comentar e compartilhar nas redes sociais permitem que os usuários se posicionem em relação a discursividades diversas, nas quais podem instaurar posições-sujeito de anuência, resistência ou antagonismo aos discursos que circulam nesses espaços. Assim, ao curtir, comentar ou compartilhar publicações, os usuários não somente reproduzem discursos, mas também participam ativamente na produção de sentidos, reforçando ou subvertendo as hegemonias discursivas. As posições-sujeito instauradas nesse espaço discursivo, então, podem tanto legitimar quanto desestabilizar as formações discursivas dominantes, configurando um campo de tensão ideológica.

Nessa esteira discursiva, os comentários 1 e 2 funcionam de forma contradiscursiva, pois suas posições-sujeito confrontam as FDs militar e machista, que determinam o tamanho da saia do uniforme da mulher-policial. Essas formações discursivas carregam sentidos ideológicos de autoritarismo e dominação sobre o corpo da mulher, o qual representa “[...] uma construção simbólica inscrita em redes de poder e resistências. Possui uma história física,

⁴⁰ Todos cinco comentários podem ser acessados na postagem da SD6. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COdOE2kHj28/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

estética, política, ideal e material, que se transforma nos tempos e nos espaços” (Witzel, 2014, p. 530).

De fato, tanto na SD6 quanto na SD7, a memória discursiva determina “[...] a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (Pêcheux, 2020, p. 48). Nesse viés, a memória que constitui o imaginário feminino e do sujeito policial nas referidas SDs sofre determinações das FDs machista e militarista, já que busca estabilizar e (de)limitar como o sujeito mulher policial deve se portar na instituição militar e na sociedade.

É necessário acrescentar que a circulação do discurso, no meio digital e inscrito nas SDs 6 e 7, pode funcionar tanto para estabilizar os sentidos já ditos quanto para o processo de resistência a eles, no qual o espaço para o comentário torna-se um cenário propício para embates ideológicos acirrados e, do mesmo modo, pode escapar dele, desviando-se por caminhos outros, conforme argumenta Mittmann (2013).

Isso se inscreve nos comentários de um a cinco, na SD7, tendo em vista que as condições de produção discursiva, no ambiente digital do *Instagram*, permitem a circulação de discursos com posições-sujeito, seja de anuência aos discursos machista e militarista quanto as antagônicas. De maneira similar, essas condições atualizam e movimentam os sentidos, instaurando a paráfrase ou a polissemia.

Ademais, é pela circulação com o compartilhamento, comentários e postagens que os sentidos ganham formas no digital. Para Mittmann (2013), essas forças tanto abrem possibilidades ao diferente quanto reforçam os muros pela manutenção dos sentidos já inscritos na história. Desse modo, a questão do digital, na AD, encontra-se sob a perspectiva da não transparência do discurso, em que os sujeitos são atravessados pela ideologia e estão sempre em embates sob o choque da memória e da heterogeneidade das posições-sujeito, conforme instaurado nas SDs 6 e 7.

A formulação linguística **“não entendi, se é padronizado desde os primórdios, porque caralhos encurtaram a saia?”**, presente no comentário três, filia-se à posição-sujeito dominante nas FDs machista e militarista, pois defende a padronização do uniforme militar, com regras e condutas disciplinares impostas que não devem ser questionadas ou confrontadas. Em tais discursividades de padronização, essa “ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo”, como assevera Orlandi (2007a, p. 19).

Tal imaginário discursivo de unidade inscrito nas SDs 6 e 7 afeta o modo de significar da posição-sujeito mulher policial, já que a profissão de policial é construída na memória e na história como espaço de força, disciplina e ordem. Assim, os sentidos e os sujeitos se

movimentam e se constituem em FDs heterogêneas. Ao retomar Pêcheux, Orlandi (2007a, p. 20) elucida que as FDs são “as diferentes regiões que recortam o interdiscurso [...] que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.

No excerto “**o militar pode adulterar a farda em casa colocando-a fora do padrão e isto caracteriza ato militar punível... Militar não tem sexo... cometeu crime é punido... não existe machismo ou feminismo...**”, pertencente ao comentário quatro, funciona a posição-sujeito machista em aliança com o discurso militarista, destacando que a modificação da farda, independente da sexualidade, é passível de punição. Temos também uma posição-sujeito de negacionismo ao discurso machista, instaurando, ainda, a posição-sujeito de defesa dos sentidos de disciplina no discurso militarista.

Por fim, no comentário cinco, ao mobilizarmos gestos de leituras a partir do trecho posto a seguir “**Estou lendo aqui os comentários... tentar esclarecer: somos regidos por regulamentos e há mecanismos legais para cada transgressão e não existe a previsão de expulsar por saia curta [...], expulsar, constranger, humilhar, não são normatizados em lugar algum**”. Nesse trecho, inscreve-se o funcionamento da ironia ao tecer críticas ao discurso da normatização na instituição militar, pois, sob a ótica discursiva, a ironia funciona pelo viés da contradição, postula Pêcheux (2014a).

Com efeito, “o alvo da ironia é aquilo a que ela faz eco”, explica Orlandi (2012, p. 14). Todavia, a autora elucida que esse eco não é mera repetição dos discursos já pré-construídos, mas é principalmente desconstrução do sentido construído historicamente. Desse modo, valendo-se da equivocidade inerente à linguagem, a posição-sujeito inscrita no comentário cinco ironiza e desestabiliza o discurso institucionalizado, produzindo sentidos de antagonismo às regras impostas no ambiente das carreiras militares.

Em outras palavras, a memória desses discursos é mobilizada e atualizada no *Instagram*, pois serve como um espaço de visibilidade pública e de circulação-confronto de ideologias. Nas SDs apresentadas, funciona a circulação-confronto de formulações entre os discursos militarista e machista e os gestos de resistência, com outros sentidos que produzem a reconfiguração e a desregularização da memória.

Na próxima seção, apresentamos as análises do segundo recorte de sequências discursivas (SDs 8 - 11), constituído de publicações instauradas na rede social *Instagram*, as quais mobilizam o funcionamento do acontecimento pela circulação-confronto de formulações no discurso sobre a inclusão da mulher nas corporações de segurança pública do Brasil. Neste

primeiro momento, veremos os efeitos da comemoração/rememoração, no escopo do acontecimento discursivo.

3.1.4 “#Lugardemulheréondeelaquiser,inclusivenapolícia”

Nesta seção, empenhamos discussões a respeito da compreensão do acontecimento que continua a ser trabalhado nas redes, pelo efeito do confronto discursivo entre o já estabilizado e os novos sentidos que atualizam a memória. Ou seja, dá-se tanto a repetição dos mesmos sentidos como a instituição dos novos efeitos no processo de significação.

Vejamos, a seguir, o recorte de SDs de SD8 a 11.

Recorte II – sequências discursivas (SD8 a SD11)

3.1.5 A comemoração/rememoração da presença da mulher na polícia brasileira

O acontecimento histórico do ingresso da mulher nas corporações de segurança pública brasileiras tem sido comemorado ao longo dos anos. Datas como o Dia do Policial Militar Feminino e o Dia do Ingresso da Mulher na Marinha do Brasil são momentos de homenagens nas redes sociais e em publicações institucionais, destacando a relevância do papel da mulher nessas carreiras. Essas homenagens ressaltam a incessante luta por igualdade e por representatividade nas forças de segurança e de defesa. Assim sendo, tais solenidades reconhecem o progresso das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos, como a polícia e as Forças Armadas, o que coloca em relevo a importância das mulheres na proteção e defesa da sociedade.

De acordo com Courtine (2014), a rememoração e a comemoração são dois caminhos distintos, mas indissociáveis, e que devem ser seguidos para a compreensão da relação entre memória e discurso no interior de uma formação discursiva. Para ele, na rememoração, a memória discursiva toma forma na repetição intrincada com o interdiscurso, dando ênfase a conquistas históricas individuais. Por sua vez, a comemoração funciona associada ao intradiscurso e se instaura na celebração de conquistas coletivas.

Venturini (2008) assevera que a rememoração funciona como memória relacionada ao discurso de comemoração, sendo sustentada pelo interdiscurso, através de pré-construídos, e a comemoração é tomada no eixo da formulação, tendo a celebração simbólica de um nome ou de um evento passado.

Com o ingresso da mulher nas corporações de segurança pública do Brasil houve, então, perturbação na memória discursiva, instaurando a desregulação nos sentidos do discurso machista e militarista, e esse acontecimento é comemorado/rememorado; ou seja, as celebrações trabalham o acontecimento, pois este convoca uma memória de lutas e mobilizações, perturba a memória do discurso machista e reorganiza a memória do discurso militar, pela presença da mulher na polícia.

Diante disso, Venturini (2008) sinaliza que a rememoração e a comemoração vão além dos enunciados verbais, englobando também imagens e gestos que constituem os rituais comemorativos, resultando em enunciados-imagem. A autora acrescenta que, na perspectiva discursiva, a rememoração funciona como uma memória vinculada ao discurso de comemoração, sustentada pelo interdiscurso (constituição), através de pré-construídos. Já a comemoração se insere no eixo do intradiscurso (formulação), envolvendo a celebração simbólica de um nome ou evento passado.

Assim, o discurso da comemoração, inserida no contexto da presença das mulheres nas áreas policiais, se sustenta nos sentidos do interdiscurso, ao rememorar as lutas históricas das mulheres por respeito social e profissional, sobretudo, no espaço das forças policiais. Tais celebrações são reiteradas em discursos oficiais, reportagens, pela nova série de sentidos instaurada na memória discursiva, emergindo um espaço de repetição que inscreve essa história em condições de produção discursivas diversas, como veremos nas SDs que fazem referência à data de ingresso da mulher na Marinha do Brasil.

Por sua vez, a comemoração desse marco pode ser vista em eventos oficiais, homenagens e representações culturais que celebram a presença e as conquistas das mulheres na polícia, como veremos, por exemplo, na SD8, em que a cantora Cláudia Leitte faz homenagens a mulheres da segurança pública, no Carnaval de Salvador-BA, em 2020.

Assim, esses gestos comemorativos produzem e reinterpretam sentidos sobre o lugar social das mulheres na história, assim como nas corporações de segurança pública. Portanto, a partir dos caminhos da rememoração e comemoração, no discurso sobre o ingresso da mulher na corporação de segurança pública, podemos compreender como a memória discursiva e os mecanismos imaginários passam a funcionar com uma nova reconfiguração dos efeitos de sentidos sobre o sujeito mulher e sobre o seu lugar na sociedade.

Vejamos, a seguir, na Figura 10, a sequência discursiva oito (SD8):

Figura 10 – Homenagem de Cláudia Leitte às mulheres das forças policiais do Brasil



Fonte: Extraído do perfil @claudialeitte no Instagram⁴¹

Para ilustrarmos, apresentamos, a seguir, a legenda da publicação transcrita, de forma integral:

São mulheres que enfrentam todos os dias a violência e muitas vezes arriscam a própria vida para garantir a segurança de outras mulheres e da população em geral. Coragem, força, garra e determinação são algumas das características delas. Nós, mulheres, podemos estar onde quisermos, inclusive na polícia. O machismo em tentar menosprezar a qualificação feminina é vencido a cada dia, com cada nova conquista. We Can Do IT! – Nós podemos, sim! #WeCanDoIt.

Enquanto estamos nos divertindo com o Carnaval, elas estão a postos para proteger a todos, seja em qual situação for. Faça chuva, faça sol. Por isso, hoje estou aqui, me sentindo honrada em poder homenagear aqui do trio todas essas mulheres de todas as corporações do Brasil. São mulheres na Guarda Civil Municipal, Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Polícia Ferroviária, Polícia do Exército e Polícia Legislativa. (Transcrevi meu discurso de ontem pra vocês.) (Leitte, 2020).

A materialidade discursiva da SD8 é constituída pela legenda de uma postagem publicada no *Instagram*, acompanhada da *hashtag* #WeCanDoIT! (“Nós podemos fazer isso!”), ambas postadas no perfil da cantora Cláudia Leitte. A artista prestou homenagem às mulheres das forças policiais do Brasil durante o Carnaval de Salvador-BA, em 2020.

⁴¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B81P1eOIROR/?img_index=1. Acesso em: 10 set. 2023.

Na SD8 inscreve-se a posição-sujeito de valorização do trabalho das mulheres nas carreiras policiais. Para tanto, são destacados alguns elementos que constituem a memória da área policial, tais como **coragem, força, garra e determinação**. Esses atributos são pontuados como essenciais para as policiais enfrentarem o desafio diário de lidar com a violência e arriscar suas vidas para garantir a segurança da comunidade.

Já na declaração “**O machismo em tentar menosprezar a qualificação feminina é vencido a cada dia, com cada nova conquista**” instaura-se a posição-sujeito de resistência e superação contínua das barreiras de gênero impostas socialmente no ambiente de trabalho. De acordo com Santos (2021a), essa resistência se manifesta em situações em que há *falhas* no processo de interpelação (assujeitamento) ideológica do sujeito e ocorre desde em manifestações mais pacificadas e contingentes (como ficar doente), até em formas mais ativas, como protestos e greves, demonstrando recusa às práticas de dominação.

Já na formulação linguística “**Nós, mulheres, podemos estar onde quisermos, inclusive na polícia**” podemos inferir que a mulher tem um lugar na sociedade e esse lugar é onde ela almeja ocupar, seja profissionalmente ou não. Assim como essa materialidade verbal funciona como contradiscurso, instaurando também um efeito metafórico em relação ao dito popular que (de) limitava que “**o lugar das mulheres é em casa**”, pois é “no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando apenas nas evidências produzidas pela ideologia”, pontua Orlandi (2020a, p. 51). Então, é assim na deriva, no deslizar dos sentidos que as palavras e os discursos se comunicam entre si.

Além disso, ao afirmar que “**as mulheres podem estar onde quiserem, inclusive na polícia**”, não somente inscreve o efeito metafórico em relação ao já dito logicamente estabilizado de que a mulher deveria ocupar determinado espaço e não outro, mas também funciona como efeito de resistência a tais discursos, instaurando o acontecimento discursivo, pois perturba e desestabiliza os já ditos da memória discursiva que circunscreviam os lugares que as mulheres deviam ocupar socialmente.

Ademais, a entrada das mulheres nas corporações de segurança pública perturba a memória discursiva militarista, ou seja, desestabiliza e reconfigura o discurso já-dito sobre o imaginário policial que associava a profissão à masculinidade e à força física. Dessa forma, a inclusão da mulher na esfera policial desregula a memória sedimentada acerca dessa instituição como lugar masculino, que exige força e virilidade, portanto, um espaço social incabível à mulher, assim como questiona os pré-construídos de gênero e as determinações históricas que restringiam as mulheres a certos espaços e funções de subserviência.

Para além do espaço digital, na SD8, a visibilidade das mulheres nas forças de segurança pública inscreve-se, primeiramente, nas condições de produção do espaço urbano, em um evento social de relevância, como o carnaval. A atuação das mulheres na função de policial ocorre nas ruas, onde desempenham um lugar na defesa da sociedade, assegurando a ordem e a segurança durante esse período festivo.

Nessa direção, a transição da visibilidade urbana para a digital se instaura quando a cantora Cláudia Leitte homenageia as mulheres das forças policiais do Brasil em seus *shows* de carnaval e a celebração é iniciada nos palcos, durante a festa de rua, destacando a importância da atuação das mulheres na segurança pública. Esse discurso, posteriormente, é reinscrito nas redes sociais, especialmente no perfil da artista. Com isso, o discurso sobre as mulheres na segurança pública, em eventos culturais e sociais, como o carnaval, reforça sua visibilidade em profissões tradicionalmente dominadas por homens. Assim, o reconhecimento dessas mulheres se fortalece tanto no espaço urbano quanto no digital.

Nessa conjuntura, o acontecimento discursivo é trabalhado pela sua irrupção nas redes sociais, tendo em vista que o discurso da SD8 funciona com a defesa de que a mulher pode, sim, ocupar qualquer espaço social, inclusive na polícia. O acontecimento inscrito na comemoração da presença da mulher na área de segurança pública celebra o novo, se confronta com o “repetível e instaura-se o novo” (Venturini, 2008, p. 56).

As redes sociais, portanto, sendo espaços de disputas de sentido, de estabilização dos já-ditos da memória e, também, de tomada de posição-sujeito para instaurar gestos de resistência aos discursos tanto machista quanto militarista, fazem ressoar a voz da mulher na/sobre a polícia que luta e resiste, em antagonismo com as formações discursivas machista e militarista. Assim, visto pela ótica discursiva, o digital constitui-se “[...] de um lugar institucional e institucionalizado, territorializado, instituído, como também tem o poder de instituir valores, normas, normalizações, padrões, comportamentos, sentidos, um poder determinado historicamente”, conforme argumenta Cortes (2015, p. 98).

Considerando o exposto, a *hashtag* **#WeCanDoIt!** retoma o *slogan* de mesmo nome, sendo historicamente associado a uma icônica imagem da Segunda Guerra Mundial, retratando uma mulher trabalhadora representada como “*Rosie the Riveter*”. Dessa maneira, o uso da referida *hashtag* na SD8 produz sentidos de empoderamento feminino e capacitação. Nessas condições de produção do discurso, seu uso instaura sentidos de que as mulheres são capazes de atuar em qualquer área profissional, inclusive de assumirem postos de trabalhos tradicionalmente dominados por homens.

Associado a isso, em “**We Can Do It**” há uma afirmação de poder e determinação, enfatizando que as mulheres não apenas podem, mas também estão fazendo e continuam a fazer a diferença em várias esferas da sociedade, incluindo o campo da segurança pública. Portanto, em **#wecandoit!** não inscreve somente as funcionalidades técnicas de uma *hashtag*, mas instaura uma posição-sujeito que reconhece as competências das mulheres em qualquer área profissional, afinal, “lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na polícia”.

A próxima sequência discursiva (SD9), como ilustra a Figura 11, é constituída por uma publicação do perfil da *Folha de São Paulo* no *Instagram*, que anuncia a permissão, pela primeira vez na história do Brasil, do alistamento feminino para a carreira de soldado nas Forças Armadas Brasileiras (FAB). Vejamos:

SD9

A sequência discursiva nove (SD9), publicada em junho de 2024, constitui-se da respectiva legenda inscrita na publicação da *Folha de São Paulo*, no *Instagram*.

Figura 11 – SD9 – Forças Armadas permitirão alistamento feminino em 2025



Fonte: Extraído do perfil @folhadespaulo no *Instagram*.⁴²

⁴² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7t2B39OdVv/> . Acesso em: 15 jun. 2024.

A seguir, lemos a transcrição da legenda da postagem feita pela Folha de São Paulo em seu perfil, que informa:

As Forças Armadas **vão permitir** —**pela primeira vez na história**— que mulheres participem do alistamento⁴³ militar para ingresso na carreira de soldado. A decisão foi tomada pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em conversa com os comandantes militares. A previsão é que as mulheres entrem nas fileiras das Forças em 2026. “**Nesse assunto, o Brasil deve muito. E não é para fazer serviço de enfermagem e escritório, é para a mulher entrar na infantaria. Queremos mulheres armadas até os dentes**”, disse Múcio à Folha (*Folha de São Paulo*, 2024, grifos nossos).

Na formulação linguística extraída da publicação sobredita: “**pela primeira vez na história**” funciona como ponto de ruptura com o processo de exclusão da mulher no alistamento militar em um campo de atuação antes exclusivamente do homem, a exemplo das FABs. Assim, instaura tanto o acontecimento histórico quanto o acontecimento discursivo, pois inscreve a desregulação dos sentidos pelo choque do acontecimento, que produz efeitos de perturbações na memória discursiva (Pêcheux, 2015). Em nosso *corpus*, funcionam, portanto, efeitos de desestabilização dos sentidos já ditos sobre as forças militares brasileiras como espaço ocupado somente por homens. Para além do exposto, na locução verbal “**vão permitir**”, na SD9, inscreve-se no discurso sobre as Forças Armadas como uma instituição de autoridade. O uso desse significante produz sentido de que, embora agora se conceda um direito, ele foi historicamente negado às mulheres no passado. Ou seja, é a formação discursiva militar que permite ou veta o acesso, pois detém o controle sobre quem pode ou não ter acesso à instituição. Com efeito, a permissão de alistamento feminino no Exército Brasileiro, após muitos anos, é resultado de inúmeras lutas históricas em defesa do ingresso das mulheres em cargos tradicionalmente ocupados por homens.

Já na materialidade linguística retirada da legenda da postagem: “**Nesse assunto, o Brasil deve muito. E não é para fazer serviço de enfermagem e escritório, é para a mulher entrar na infantaria. Queremos mulheres armadas até os dentes**” funciona a posição-sujeito que reconhece uma dívida histórica e social no que se refere à igualdade de gênero e a participação das mulheres nas FABs, produzindo o acontecimento, já que “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (Pêcheux, 2020, p. 49). Nesse

⁴³ O Projeto de Lei n.º 3433/23 é de autoria da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) em que oferece às mulheres a possibilidade de alistamento militar voluntário, desde que sigam o mesmo prazo legal previsto para os homens. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1004953-projeto-permite-que-mulheres-prestem-servico-militar-e-institui-cota-de-30-das-vagas-para-elas/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

sentido, o discurso inscrito na formulação em pauta produz efeito de justiça social. Em adição, no excerto “**não é para fazer serviço de enfermagem e escritório**”, o discurso desregula os implícitos determinados por um imaginário feminino de que a mulher só poderia ocupar tais lugares como professora, enfermeira, secretária, entre outras.

Assim, o discurso machista não apenas busca perpetuar a imagem de fragilidade para a mulher, mas também define os espaços que ela deve ocupar na sociedade. No entanto, a memória que sustenta esse imaginário é desafiada pelos discursos presentes nas SDs analisadas, gerando sentidos de empoderamento e liberdade para que as mulheres ocupem qualquer lugar social, incluindo funções de combate, como indicado na afirmação “**queremos mulheres armadas até os dentes**”. Portanto, emerge uma posição-sujeito que defende a isonomia profissional entre homens e mulheres.

Todavia, convém ressaltar que a FD militarista, historicamente, foi construída em torno de uma identidade exclusiva: a do homem como figura de autoridade, disciplina e força. Com isso, no interdiscurso dessa FD se consolidou, ao longo do tempo, o imaginário de que ser militar ou policial era uma prerrogativa masculina. Nesse sentido, a chegada de mulheres às corporações de segurança pública não apenas adicionou uma nova série de sentidos ao discurso existente, mas provocou uma reconfiguração dos sentidos atribuídos à autoridade militar.

Ante ao exposto, entendemos, com base em Pêcheux (2020), que o ingresso das mulheres nas Forças Armadas rompeu com a limitação desse espaço ao masculino ao introduzir uma nova série de sentidos na FD militarista, pois, a partir desse momento, a instituição deixou de ser um espaço exclusivo de homens, abrindo-se para a presença da mulher. Portanto, não se trata apenas de uma adição numérica, mas de uma reconfiguração histórica da própria formação discursiva militarista, com a perturbação da memória e sua reorganização.

Entretanto, entendemos que não há uma ruptura completa, visto que a FD machista é composta por uma série de sentidos que associam a competência e a autoridade ao comportamento masculino. Devido a isso, para que uma mulher seja reconhecida como legítima detentora de poder nesse espaço, muitas vezes, ela precisa adotar características historicamente associadas ao masculino, como agressividade, competitividade e o já-dito machista como “**estar armada até os dentes**”, inscrito na SD9.

Portanto, podemos afirmar que o Decreto nº. 12.154, que permite o alistamento feminino, inaugurou uma nova série de sentidos dentro da FD militarista, uma vez que as mulheres passaram a integrar o Exército como soldados, rompendo com a tradição exclusivamente masculina. No entanto, apesar das perturbações nos significados estabelecidos, a FD machista permanece funcionando com determinações de sentidos. Ou seja, embora a

presença da mulher seja aceita, a FD machista ainda exige que, para a mulher ser reconhecida nesse espaço, ela precisa adotar comportamentos tradicionalmente masculinos, resultando no efeito da “mulher viril”. Em outros termos, a mulher pode ocupar o lugar de policial, desde que se adeque aos modelos de conduta pré-construídos pelo discurso machista.

Ao considerarmos a inclusão de mulheres no Exército Brasileiro a partir do alistamento voluntário, temos um acontecimento que produz efeitos de desestabilização e perturba a rede de memórias do discurso militarista, ao mesmo tempo em que produz efeito de resistências às desigualdades de gênero, uma vez que o discurso já-dito socialmente reforça que a polícia e o Exército não seriam “lugares para mulheres”, reiterando desigualdades de gênero que delimitam lugares sociais para homem e para mulher. Nesse contexto, como aponta Pêcheux (2014a), trata-se de um processo de não-unificação, que é atravessado por desigualdades e por contradições, pois entendemos que a entrada das mulheres nesse setor afeta o imaginário historicamente estabilizado que associa as forças de segurança a um espaço de masculinidade. A presença da mulher nesses ambientes, portanto, não apenas ocupa novos lugares, mas também tensiona os sentidos ideológicos que sustentam essas instituições e, ao mesmo tempo, produz novas discursividades.

A seguir, apresentamos a SD10, que se compõe de cinco comentários da referida postagem da SD9. Destacamos que transcrevemos cada comentário e organizamos dois quadros para facilitar a visualização textual. Por fim, fazemos nossos gestos de interpretação.

A fim de elucidar a disputa de sentidos e embates na seção de comentários do discurso inscrito na SD9, agrupamos as sequências discursivas em duas famílias parafrásticas de sentidos. Essas famílias parafrásticas representam “a matriz do sentido inerente à formação discursiva”, conforme proposto por Pêcheux (2014b, p. 168).

Nesse ensejo, reorganizamos os comentários em duas SDs (10 e 11), conforme a repetição parafrástica de sentidos. Dito isso, apresentamos, a seguir, no Quadro 5, a primeira família parafrástica, composta por cinco comentários, que se filiam à FD machista, constituindo, assim, a sequência discursiva SD10.

SD10

Família parafrástica 1

Identificação com os saberes da FD machista⁴⁴

Quadro 5 – Família parafrástica 1: transcrição dos comentários que compõem a SD10⁴⁵

Comentário 1 (C1) – V. A
Enquanto os soldados pintam o meio fio, elas varrem e lavam a louça, já é um progresso. 👏👏👏👏😄😄😄😄
Comentário 2 (C2) – K81
Vão TODAS pro rancho. Vão COZINHAR e LAVAR PRATOS 🤖🤖🤖
Comentário 3 (C3) – O. S. R.
Mulher não sabe nem fritar um ovo direito 😄😄 muito menos pegar numa arma.
Comentário 4 (C4) – A.W.
Sabe como acabar essa palhaçada? É só impor o requisito de raspar a cabeça, aí você ver as mulheres empoderadas dispensado o direito adquirido 😄BR.
Comentário 5 (C5) – R. R.
Da última vez que fizeram isso, na Marinha, não deu muito certo: Ficou explícito a escolha pela beleza. 🧑👁️.

Fonte: Elaboração própria (2024).

As formulações que integram a SD10 se alinham em uma mesma família parafrástica que se filia com os saberes da FD machista. Dessa maneira, a posição-sujeito, neste cenário discursivo, é contrária à presença do alistamento feminino no Exército do Brasil, pois a mulher é considerada incapaz para a função de soldado. Assim, o discurso inscrito no conjunto dos comentários de C1 a C3/SD10 é determinado pela FD machista, como vemos na formulação do C1 “**Enquanto os soldados pintam o meio fio, elas varrem e lavam a louça, já é um**

⁴⁴ Todos os comentários das SDs 10 e 11 encontram-se na publicação da SD9. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7t2B39OdVv/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁴⁵ Decidimos incluir a transcrição dos comentários, organizado em um quadro e numerados, para facilitar a leitura e a revisão durante a análise, pois as capturas de tela, como são exibidas nas redes sociais, tendem a reduzir a resolução da imagem e apresentar fontes menores, o que dificulta a leitura e a identificação adequada do texto publicado. Para preservar a identidade dos usuários, decidimos usar apenas as iniciais de seus nomes. Além disso, a letra C será usada para abreviar a palavra “comentário”.

progresso” que delimita a divisão do trabalho para os homens e para as mulheres (Bourdieu, 2020).

Essa divisão sofre efeitos do imaginário da mulher, afetado pelo interdiscurso, cujos sentidos associam às mulheres a funções relacionadas ao trabalho doméstico, a tarefas ligadas ao cuidado, à vida privada; já as atividades mais rígidas ou públicas são associadas historicamente a homens. Temos, pois, uma divisão de sujeitos e sentidos que se constituem na sua complexidade ideológica, pela contradição de classes; é o político no discurso, enquanto divisão dos sujeitos e de sentidos, conforme explicita (Orlandi, 2015).

Além disso, no excerto “**elas varrem e lavam a louça**”, a posição sujeito ironiza a capacidade da mulher de ocupar uma função nas Forças Armadas, inscrevendo efeito de sentido de que mesmo nesse contexto institucional as mulheres permanecem confinadas a atividades voltadas ao trabalho doméstico. Acerca da ironia, Orlandi (2012, p. 37) pontua que

O sujeito falante pode usar a ironia para romper o estabelecido, ou para evitar que isso aconteça; para dar a palavra a outrem ou para impedi-lo de falar etc. Mas qualquer que seja sua finalidade prática, ele estará operando, no nível do funcionamento da linguagem e de seus processos de significação, com a ruptura e a dissonância.

Nessa trama, na mencionada SD, a posição-sujeito machista, a partir da ironia, reforça os pré-construídos de que as mulheres, mesmo em ambientes tradicionalmente masculinos, como o Exército, continuam a ser vistas como inadequadas para tarefas militares. Nessa conjuntura, o interdiscurso é o responsável para a construção dos sentidos, conforme assevera Orlandi (2020a, p. 31-32),

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

Sob a ótica das condições de produção dos sentidos instaurados nos comentários que compõem a SD10, o interdiscurso nos auxilia a compreender como os discursos machistas sobre os lugares das mulheres se movimentam socialmente, especialmente em espaços tradicionalmente masculinos, como o Exército, continuam a ser reproduzidos. O interdiscurso, nesse sentido, funciona como uma estrutura invisível que reforça o imaginário feminino voltado para o lar, mobilizando sentidos de que as mulheres são inadequadas para tarefas militares.

Tais pré-construídos, mencionados na família parafrástica um – SD10, ao se situarem no interdiscurso atualizam a memória de uma visão androcêntrica sobre a mulher, pelo efeito do imaginário feminino de inferioridade e subordinação. Assim, o interdiscurso da formação discursiva machista, em aliança com a FD militarista, busca a manutenção de pré-construídos de visões machistas sobre a mulher e sobre o seu lugar na sociedade. Todavia, essa memória funciona no confronto e sob os embates de sentidos, pois a mulher está no Exército, ocupa funções de pilotos de helicóptero e de aviões, atiradoras e oficiais de combate, além de muitas outras funções e lugares sociais. A ideologia busca silenciar essas conquistas. Sobre o silêncio, Peron (2016) elucida que

as marcas do silenciamento são, assim, lugares em que a mulher fica tomada pela impossibilidade de dizer. E há, sim, coisas que não podem ser ditas, sendo, então, colocadas no espaço irrealizável de ser enunciado por aquela posição-sujeito, em que podem ser lidas as desnecessidade e/ou as impossibilidades de dizer algo como “eu sou” no presente, em um sentido positivo (Peron, 2016, p. 128).

Com base em Peron (2016), podemos afirmar que na SD10 o silenciamento não é ausência de fala, mas uma condição pela qual a mulher é impedida de demonstrar suas capacidades profissionais para além das funções domésticas. Desse modo, esse silenciamento busca criar impossibilidades e barreiras impostas.

Conforme Orlandi (2007a), o que é dito inevitavelmente silencia outras possibilidades de sentido, demonstrando que o dizer e o silenciamento são indissociáveis. Dessa forma, ao determinar um lugar limitado para as mulheres, outras potencialidades de atividades profissionais femininas são excluídas do discurso.

Segundo a autora mencionada,

o silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. É nesse nível que funciona a ‘forclusão’ do sentido, o sentido constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer (Orlandi, 2007a, p. 74).

Nesse cenário, o silêncio busca (de)limitar o que deve ser suprimido ou não dito para que o discurso produza sentido. Ademais, o uso da conjunção aditiva [e], no excerto “**elas varrem e lavam a louça**” do C1 da SD10, produz sentido de acumulação de funções, reforçando o discurso de que as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas ou subalternas e não por outras atividades.

No caso da SD mencionada, a oração aditiva funciona de forma a naturalizar o acúmulo de atividades consideradas femininas, a exemplos das atividades de varrer e lavar, ao passo que (de)limita o lugar feminino na instituição do Exército Brasileiro. Assim, ao opinar sobre a publicação da Folha de São Paulo, compartilhada na postagem que constitui a SD10, o indivíduo, interpelado ideologicamente, ocupa uma posição-sujeito antagônica ao alistamento feminino nas Forças Armadas. Nessa conjuntura, o uso dos *emojis* de palmas e risos, 🙌🙌🙌🙌😄😄😄😄, de forma irônica e com cinismo, no comentário um, também produz sentidos na construção dos discursos machistas.

Segundo Žižek (1996), o cinismo não se caracteriza por uma postura abertamente imoral, mas sim pela utilização da moral em benefício da imoralidade. O autor acrescenta que “o distanciamento cínico, o riso, a ironia fazem parte do jogo nas sociedades contemporâneas, democráticas ou totalitárias” (Žižek, 1996, p. 311), uma vez que a “razão cínica, com todo o seu desprendimento irônico, deixa intacto o nível fundamental da fantasia ideológica, o nível em que a ideologia estrutura a própria realidade social” (Žižek, 1996, p. 314).

Nesse ínterim, as palmas usadas, ironicamente, pela posição-sujeito de resistência ao alistamento feminino produzem sentidos de falsa celebração, como se o “progresso” da entrada da mulher no Exército Brasileiro fosse insignificante, enquanto os risos funcionam de maneira sarcástica e movimentam as projeções imaginárias tanto sobre o homem quanto sobre a mulher no ambiente militar, pois, no espaço digital, “a técnica não é um simples suporte, e menos ainda uma ferramenta, mas um componente estrutural dos discursos”, tal como elucida Paveau (2021, p. 49). No entanto, ressaltamos que, sob a perspectiva da AD, “a ironia não é um desvio, é um discurso com funcionamento específico”, conforme postula Batista (2019, p. 18). Assim, no discurso irônico mobiliza-se “a relação entre o mesmo e o diferente, o fixado e o possível”, como argumenta Orlandi (2012, p. 26).

Sob a ótica das discursividades no espaço digital, Dias (2011, p. 58) explica que o meio digital se constitui de

um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações históricas.

Nessa direção, as publicações e comentários no espaço digital não são indissociáveis dos processos histórico e ideológico para a construção dos significados, pois o que é dito e o

que é compartilhado nas redes estão intrinsecamente relacionados com outros discursos já existentes, que movimentam os sujeitos e os sentidos nas suas filiações ideológicas.

Dessa forma, na família parafrástica um, a posição-sujeito machista reforça o discurso que desqualifica as mulheres, sustentando que elas seriam incapazes até mesmo para tarefas domésticas simples, como exemplificado na formulação “**não sabe nem fritar um ovo direito**” – C3/SD10 –, e muito menos aptas para exercer atividades tradicionalmente associadas ao universo masculino, como o manejo de armas.

Na formulação “**É só impor o requisito de raspar a cabeça, aí você ver as mulheres empoderadas dispensado o direito adquirido**” do C4/SD10, funciona o efeito parafrástico, pois, ao produzir discursos desdenhosos em relação ao alistamento feminino, a memória atualiza sentidos do interdiscurso, com a posição-sujeito machista e antifeminista, ao estabelecer crítica ao feminismo e à noção de empoderamento feminino.

Sobre isso, os estudos de León (2001), Marinho e Gonçalves (2016) elucidam que

O empoderamento não é um processo linear com início e fim definidos de maneira igual para diferentes grupos de mulheres: “El empoderamiento es diferente para cada individuo o grupo según su vida, contexto e historia, y según la localización de la subordinación en lo personal, familiar, comunitario, nacional, regional y global⁴⁶” (León 2001, p. 104) (Marinho; Gonçalves, 2016, p. 83).

Assim, o empoderamento da mulher é a resistência à subordinação machista. Nesse ensejo, a posição-sujeito machista inscrita no C4/SD10 funciona com uma posição-sujeito contrária à inclusão da mulher no exército, sendo essa possibilidade discursivizada com efeitos de “palhaçada”, com desdém e desprezo à mulher, que, segundo o discurso, não aceitaria “**raspar a cabeça**”⁴⁷, já que os cabelos para as mulheres, historicamente, são considerados frequentemente como signo de feminilidade (Perrot, 2019).

Bourdieu (2020), ao discutir tais questões, esclarece que

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmos como homens que os

⁴⁶ “O empoderamento é diferente para cada indivíduo ou grupo, de acordo com sua vida, contexto e história, e conforme a localização da subordinação pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional e global” (Tradução nossa). Destacamos que não pretendemos discutir esse conceito com maior amplitude neste estudo, mas entendemos que ele é amplamente debatido em estudos sobre desigualdade social e dinâmica de poder, dentre outros.

⁴⁷ Raspar o crânio é sinal de virilidade, conforme explica Perrot (2019).

homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como as das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade (Bourdieu, 2020, p. 157-158).

Nesse aspecto, a posição-sujeito contrária ao alistamento feminino, inscrito na formulação (C4/SD10), ao afirmar que a obrigatoriedade de raspar os cabelos afugentaria as mulheres de ingressar no Exército, produz efeito de sentido em defesa da identidade masculina, associada ao imaginário da força física e despreocupação com a estética do cabelo.

Dando seguimento aos gestos analíticos, no C5/SD10: **“Da última vez que fizeram isso, na Marinha, não deu muito certo: Ficou explícito a escolha pela beleza”**, a posição-sujeito machista, de crítica e oposição ao alistamento feminino, traz como referência histórica a inclusão da mulher na Marinha que teria se dado por determinações de atributos estéticos, e não de competências militares. Assim, o discurso inscrito no comentário sustenta o discurso machista, que considera a mulher incapaz e desqualificada para exercer funções e profissões que exigem técnica e inteligência, a exemplo de soldado do Exército.

Dessa forma, o discurso inscrito na família parafrástica produz sentidos de que o alistamento feminino seria uma “piada” ou um “erro”, seja porque as mulheres são vistas como incapazes (C2 e C3), seja porque desistiriam quando confrontadas com exigências “masculinas”, como raspar a cabeça (C4), ou porque a sua seleção estaria baseada em atributos estéticos, e não em competência (C5).

Diante disso, a reprodução do discurso machista instaurada nos comentários (SD10) atualiza sentidos de inferioridade à mulher e ao seu lugar social. Assim, a posição-sujeito machista inscrita nos comentários mencionados produz uma rede de sentidos que visa à exclusão das mulheres do Exército, reproduzindo discurso de que elas não estariam aptas para tais funções.

Todavia, o sentido sempre pode ser outro (Pêcheux, 2014a), e assim a equivocidade também se instaura nos comentários, organizados na segunda família parafrástica, que forma outra sequência discursiva (SD11), apresentada no Quadro 6.

SD11

Família parafrástica 2 – (Contradiscursos na relação com a SD10)

Quadro 6 – Família parafrástica 2 (SD11)

Comentário 6 (C6) – C. R.
Queria muito, mas meu tempo já passou uma pena 🥺
Comentário 7 (C7) – G. S.
Feliz por este dia chegar BR ❤️
Comentário 8 (C8) – M. M. F.
Já passou da hora, temos mulheres em todos os escalões de Polícia (GCM, ESCRIVÃ, INVESTIGADORA, DELEGADAS, MILITARES), O alistamento de ambos os sexos aos 18 anos, para Aeronáutica, Marinha e Exército só contribui com o crescimento da nação.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, observamos o confronto de discursos entre as famílias parafrásticas um e dois, com a memória em movimento. Segundo Pêcheux (2020, p. 53), a memória discursiva é “[...] um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”. A memória funciona em constantes movimentos de sentidos, deslizamentos, tensões e desdobramentos discursivos. Temos na SD11 a circulação-confronto, a exemplo do comentário C7/SD11: “**feliz por este dia chegar**”, uma posição-sujeito que celebra e apoia o alistamento feminino; filia-se, portanto, à FD antimachista e favorável à igualdade de gênero e direitos civis, tendo a inclusão das mulheres nas Forças Armadas como um processo de progresso social, alinhado com o reconhecimento das mulheres em esferas de poder e autoridade.

Orlandi (2017) assevera que o confronto discursivo faz a memória se movimentar. É, portanto, nos embates entre os sentidos já estabilizados e o antagonismo que o discurso funciona. Dessa maneira, o alistamento feminino pode ser compreendido como um acontecimento discursivo, pois atualiza a memória do discurso militarista com deslocamentos de sentidos – já que o Exército brasileiro não será somente uma corporação de homens, houve mudanças na identidade dessa instituição militar e, assim, dá-se a perturbação da memória e o acontecimento, sendo este trabalhado nas redes, pela circulação discursiva nas mídias digitais, com distintos gestos de interpretação e posições-sujeito antagônicas.

Dando prosseguimento ao processo analítico, efetuamos, a seguir, gestos interpretativos a partir dos comentários de C6 a C8 circunscritos na SD11.

Nesse cenário, nos comentários C6 e C7, da SD11, funciona um contraste de sentidos em relação aos comentários analisados anteriormente (C2 a C5). Enquanto nos primeiros instauram as posições-sujeito machista e de resistência à inclusão feminina no Exército, em C6 e C7 mobilizam discursos fundados em uma posição-sujeito alinhada com o reconhecimento, a aceitação e o desejo de participação feminina no contexto militar, como inscrito em C6/SD11, no qual lemos: “**Queria muito, mas meu tempo já passou uma pena** 😞”. A materialidade significativa “**queria muito**” movimenta sentidos favoráveis, de desejo da mulher pela ocupação desse espaço. A utilização do *emoji* com sentido de tristeza, 😞, reforça e produz sentido de lamentação pela impossibilidade de concretizar o desejo, pela limitação da idade.

No C7/SD11: “**Feliz por este dia chegar BR** ❤️”, observamos que se configura uma posição-sujeito de celebração, contentamento e anuência ao alistamento feminino no Exército. Portanto, essa posição-sujeito celebra a chegada desse dia, considerando esse acontecimento histórico como uma conquista das mulheres. Em adição, a inclusão do *emoji* de coração ❤️ e o uso das iniciais **BR** (Brasil) produzem sentidos de que a decisão de incluir mulheres no alistamento é discursivizada como um avanço progressista e significativo. Com efeito, a utilização desses signos linguísticos, pela posição-sujeito de anuência à inclusão da mulher no Exército, também instaura gestos de interpretação que associam a entrada das mulheres nesse ambiente profissional como um orgulho nacional, tendo esse marco histórico como um progresso não apenas para as mulheres, mas para o país como um todo.

Assim, na AD, os *emojis* não são adotados apenas como ferramentas de interação, mas “funcionam discursivamente, pois são gestos de interpretação que produzem distintos efeitos-sentido e, por meio deles, diferentes posições-sujeito são assumidas pelos enunciadores presentes na *web* em geral e na rede social [...]” (Aguiar-Santos, 2020, p. 27). Com efeito, na utilização de *emojis*, nos espaços de comentários das redes sociais, inscreve-se a presença da corpografia digital, conforme definida por Dias (2016). Sobre isso, a autora postula que esse conceito encontra-se pautado “não na representação da língua, mas no simulacro da língua, pensando a escrita na Internet, e propõe em seus traços uma forma corpográfica do pensamento” (Dias, 2008, p. 12).

Nesse contexto, o processo de corpografia, a partir do *emoji* de ❤️, com sentido de anuência ao alistamento feminino, também faz trabalhar o acontecimento por meio da circulação e confronto de sentidos que se movimentam no espaço digital. Dessa maneira, a escrita no digital mobiliza novos gestos interpretativos sobre o alistamento feminino ao passo

que produz novas discursividades, uma vez que as mulheres não tinham o direito de se alistar, sendo excluídas desse espaço tradicionalmente masculino.

De acordo com Pêcheux (2015b, p. 23), a circulação-confronto de formulações se movimenta em “uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. –, isto é, uma série heterogênea de enunciados funcionando sob diferentes registros discursivos”. Por conseguinte, a SD11 mostra tal funcionamento, visto que os internautas assumem uma posição-sujeito de celebração à presença da mulher no âmbito militar, e assim, instaura a ressignificação dos discursos que, por muito tempo, sustentaram a exclusão das mulheres desse campo de atuação.

Conforme Pereira e Cortes (2022), a corpografia também funciona atrelada aos “gestos de retomadas, atualizações, curtidas e compartilhamentos [que] movimentam as discursividades em/na rede e instauram tanto a estabilização quanto as rupturas nas teias interdiscursivas” (Pereira; Cortes, 2022, p. 258). Dito isso, compreendemos que por meio da utilização dos tecnodiscursos nos comentários, a exemplo dos *emojis* nos espaços das redes sociais, o sujeito pode ocupar determinadas posições-sujeito. Nesse sentido, “todas as formas de engajamento – curtidas, comentários, compartilhamentos – além de retroalimentarem o sistema algorítmico, funcionam como uma tomada de posição num processo de identificação frente aos discursos em circulação nas redes”, postula Gobatto (2022, p. 2).

Discursivamente, no C7/SD11 funciona o discurso de celebração e conquista, o que configura em um posicionamento contrário aos discursos machistas e irônicos dos comentários anteriores. Na família parafrástica dois, inscrita nos comentários de C6 a C8/SD11, a posição-sujeito é favorável à inclusão da mulher no Exército, ou seja, essa inclusão é discursivizada na rede social *Instagram* como algo a ser comemorado, uma vitória no sentido de igualdade entre homens e mulheres e inclusão.

Dito isso, os comentários de C6 a C8/SD11 formam uma família parafrástica de sentidos com uma posição-sujeito de anuência ao alistamento feminino. Quer seja por meio do desejo da posição-sujeito de fazer parte desse momento histórico. Quer seja pela celebração da medida, com ênfase na felicidade e no orgulho em ver esse momento acontecer ou intermédio de citação de mulheres exercendo funções em outras instituições de segurança pública, conforme podemos conferir na formulação inscrita no C8 da SD11: **“Já passou da hora, temos mulheres em todos os escalões de Polícia (GCM, ESCRIVÃ, INVESTIGADORA, DELEGADAS, MILITARES), O alistamento de ambos os sexos aos 18 anos, para Aeronáutica, Marinha e Exército só contribui com o crescimento da nação”**. Assim, nesse comentário, instaura-se a posição-sujeito de anuência à inclusão da mulher ao alistamento

militar e apresenta argumentos que legitimam o discurso com base em exemplos de participação da mulher existentes em outras áreas de segurança pública, como a Guarda Civil Metropolitana (GCM), escritãs, investigadoras, delegadas e militares.

Ante o exposto, esse reconhecimento da atuação das mulheres em áreas tradicionalmente associadas aos homens reforça o argumento para validar a presença e a competência das mulheres em atividades profissionais nas Forças Armadas. Em seu conjunto, o sentido, materializado na família parafrástica dois, sustenta o discurso de resistência ao discurso machista da exclusão e delimitação do espaço da mulher, pois, se as mulheres já atuam em diversos níveis de comando e operações em setores como a polícia, não haveria motivos para impedir sua participação no Exército a partir do alistamento voluntário, uma vez que o ingresso de mulheres nas Forças Armadas, a exemplo da Marinha, já é permitido e elas assumem cargos em várias patentes. No entanto, não existem ainda mulheres soldados, o que será possível, a partir de agora, com o alistamento feminino. Ademais, a posição-sujeito vai além da questão da defesa da igualdade de gênero nas carreiras militares, argumenta que tal medida beneficiará o país como um todo, como inscrito em “**contribui com o crescimento da nação**”.

Tal formulação significativa faz ressoar um discurso cívico-nacionalista, no qual a participação da mulher no serviço militar é apresentada como uma ação que fortalece o Estado e promove o desenvolvimento social e econômico, pela posição-sujeito de adesão ao alistamento universal: “**ambos os sexos aos 18 anos**” que contribuirá para o crescimento da nação. Assim, no C8, as discursividades não só defendem a inclusão da mulher, mas defendem uma posição-sujeito de defesa pela igualdade de gênero – homens e mulheres devem ser alistados – produzindo efeitos de justiça social e de diversidade nas Forças Armadas.

Assim, mesmo diante do atravessamento ideológico de um discurso machista, a inclusão das mulheres como soldados no Exército brasileiro, a partir do alistamento voluntário, configura um acontecimento discursivo que desestabiliza uma série de implícitos de discursos anteriores sobre o lugar das mulheres e sobre a estrutura do Exército. Essa mudança não apenas desestabiliza os discursos construídos historicamente sobre a instituição e a mulher, mas também convoca a reorganização de um novo espaço de memória nas Forças Armadas, que passa a se recompor com a presença de mulheres nesse espaço. Ou seja, há um sujeito mulher policial nas instituições militares e essa inserção produz uma nova série de sentidos acerca das mulheres e de seus lugares, como também acerca das instituições de segurança e de seus componentes, e assim o acontecimento desregula os implícitos da memória discursiva, como pontua Pêcheux (2020).

No capítulo seguinte, apresentamos e analisamos as sequências discursivas do *corpus* auxiliar, composto por um recorte de sequências discursivas (SDs 12 – 16), que incluem excertos de materialidades publicadas e postadas em sites como *Defesa em Foco*, *Agência Gov.* e *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, além de duas publicações no *Facebook*, uma na página da Senadora Zenaide Maia (PSD) e outra na página da Mega FM, que discursivizam sobre a presença do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública brasileiras.

4 LUGAR DE MULHER É NA MARINHA E ONDE ELA QUISE⁴⁸

Neste capítulo, daremos continuidade às análises sobre a presença do sujeito mulher nas corporações de segurança do Brasil⁴⁹, a fim de ampliar a nossa compreensão sobre o acontecimento discursivo em pauta neste trabalho.

Convém ressaltar que o primeiro recorte não faz referência direta ao significante “lugar de mulher é onde ela quiser”. Todavia, mesmo não estando explicitamente relacionado, ao destacar a data de ingresso da mulher na polícia a partir de um decreto institucional, o recorte produz sentido de que a mulher, de fato, pode ocupar esse espaço na corporação policial, o que reafirma o discurso de lugar de mulher é onde ela quiser.

Para contextualizar, citamos que a inclusão das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras teve início na década de oitenta, do século passado. De acordo com Mello e Monnerat (2020), a Marinha do Brasil foi a primeira a permitir o ingresso de mulheres na instituição, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva em 1980. Em seguida, a Lei 6.924 de 1981 permitiu o acesso de mulheres na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1982. Por fim, em 1992, o Exército Brasileiro (EB) incorporou mulheres no Quadro Complementar de Oficiais.

Recorte III – sequência discursiva (SD12) a (SD16)

Vejamos, a seguir, as sequências discursivas (SDs de 12 a 16) que compõem o nosso *corpus* auxiliar.

Vale relembrar que a escolha dos perfis e sites mencionados seguiu os critérios⁵⁰ já mencionados neste estudo. Assim, buscamos destacar diferentes vozes e discursos instaurados sobre o tema nas referidas SDs.

Nesse caminho, a título de ilustração, expomos a captura de tela que faz menção ao decreto que instituiu, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino no Estado de São Paulo. Importante ressaltar que o trecho posto a seguir, o qual denominamos sequência

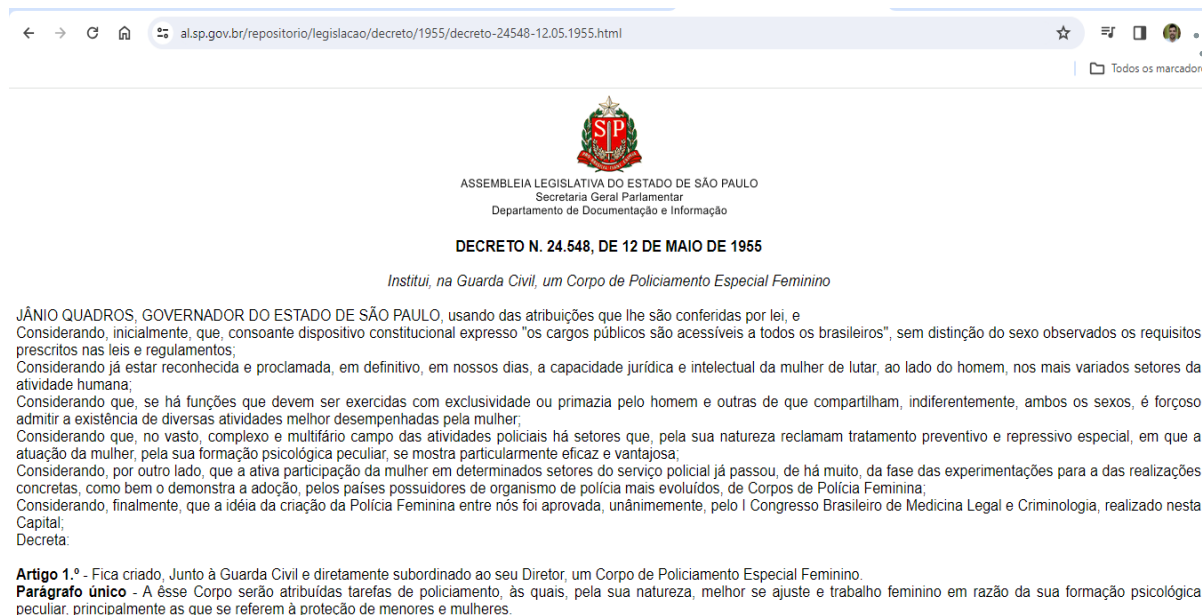
⁴⁸ Esta análise faz parte da seguinte publicação: SANTANA, Cremilton de S.; CORTES, Gerenice R. de O. A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, [S. l.], n. 14, p. 165-191, 2024.

⁴⁹ Destacamos que o ingresso de mulheres na polícia e nas Forças Armadas se deu em momentos distintos nos diversos Estados da nação brasileira, sob circunstâncias e especificidades variadas.

⁵⁰ Conforme descritos, na página 60, do segundo capítulo segunda, em que discorremos sobre os procedimentos teórico-metodológicos.

discursiva doze (SD12), foi retirado diretamente do site da Assembleia Legislativa de São Paulo. Vejamos a seguir, a SD12, presente na Figura 12:

Figura 12 – Sequência discursiva doze (SD12)



Fonte: Extraído do site da Assembleia Legislativa de São Paulo.⁵¹

A SD12 é composta pelo Decreto n.º 24.548, de 12 de maio de 1955, data de criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino de São Paulo, assim como pelo artigo 1.º – parágrafo único – o qual destaca as principais atribuições para o policiamento feminino. Tal acontecimento – em 12 de maio de 1955 – tornou-se histórico devido ao seu impacto na sociedade brasileira (Le Goff, 1996).

Contudo, a data de inauguração de ingresso do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras, além de ser considerado um acontecimento histórico, pode também ser um acontecimento discursivo, visto que o evento de 12 de maio de 1955 instaura novas discursividades. Assim, esse funcionamento discursivo pode ser percebido quando se instaura o decreto supracitado na (SD12), ou seja, houve perturbações na memória dos discursos machista e militarista, pois, antes disso, a polícia não era lugar de mulher, mas apenas de homens.

No entanto, Soares e Musumeci (2005) elucidam que a entrada do sujeito mulher na polícia brasileira não aconteceu somente por mobilização de movimentos sociais, mas que, possivelmente, a inclusão da mulher no contingente policial feminino teve origem em

⁵¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

motivações internas às próprias polícias militares, associadas à intenção de “humanizar” a imagem da polícia, a qual era intensamente vinculada à ditadura.

A seguir, apresentamos o excerto do Artigo 1.º, transcrito de forma integral:

Artigo 1.º - Fica criado, Junto à Guarda Civil e diretamente subordinado ao seu Diretor, um Corpo de Policiamento Especial Feminino.

Parágrafo único - **A esse Corpo serão atribuídas tarefas de policiamento, às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste ao trabalho feminino** em razão da sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres (grifos nossos).

Assim, o discurso inscrito no Artigo 1.º – parágrafo único – do Decreto n.º 24. 548, da SD12, filia-se à formação discursiva jurídica e sofre determinações ideológicas da FD machista e militarista, já que busca estabilizar o imaginário da mulher como um sujeito frágil, por isso as tarefas de policiamento feminino são descritas de acordo com uma suposta natureza e formação psicológica singular, a exemplo das atividades que envolvem o cuidado e a proteção de menores e outras mulheres. Sob determinações da FD machista, o discurso funciona com efeitos de justificativa da dominação do homem, que impõe a (de)limitação dos espaços que a mulher deve ocupar socialmente/profissionalmente.

No caso do ingresso do sujeito mulher na polícia, o imaginário feminino de suposta fragilidade determina as posições-sujeito de limitação/restrição do que a mulher pode ou não fazer na atividade policial, uma vez inserida nesse espaço. Ou seja, embora haja a desestabilização da memória do discurso militarista, funcionam os embates ideológicos e, pela força dos já-ditos da memória, buscam impor as determinações machistas que buscam limitar o espaço da mulher, ao entrar na instituição policial.

Ademais, como já salientado, no Parágrafo único - Artigo 1.º, do Decreto n.º 24. 548, da (SD12), temos o atravessamento do discurso jurídico que determina sentidos da missão do policiamento feminino, o qual passaria a atuar, também, como um cartão de visitas, em que a instituição militar visaria a uma reforma cosmética, mas sem mudanças de padrões, que sinalizassem modernização, ou seja, visava apenas a “áreas particularmente sensíveis para a imagem social da PM”, conforme argumentam Soares e Musumeci (2005, p. 18).

Ante o exposto, na SD12 funciona uma trama discursiva com sentidos filiados às FDs machista, militarista e jurídica, portanto há uma aliança entre essas FDs. Tais sentidos sofrem efeitos da formação imaginária acerca da mulher e da natureza feminina, um imaginário historicamente construído com sentidos de fragilidade e dependência da masculinidade. Isso

pode ser percebido na atribuição de funções de policiamento que supostamente são inerentes à mulher, tendo em vista que a criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino, desmembrado dos demais integrantes da Guarda Civil propõe uma distinção de função na realização das tarefas de policiamento baseada no sexo.

Nesse aspecto, o fato de o Corpo de Policiamento Especial Feminino estar subordinado diretamente ao Diretor da Guarda Civil, inscreve-se o funcionamento de uma posição-sujeito que restringe as possibilidades de atuação profissional das mulheres, consolidando um lugar social de submissão para elas, enquanto os homens ocupam, predominantemente, as posições de liderança. Isso se instaura no Artigo 1.º, SD12, que institucionaliza essa desigualdade entre homens e mulheres ao reforçar o lugar de subordinação para as mulheres. Portanto, a questão não é apenas a subordinação, mas o efeito simbólico dessa hierarquia.

Mesmo com as determinações e atravessamentos do discurso machista, essa mudança na composição do policiamento impacta a memória discursiva da instituição militar, que historicamente se fundamenta na proteção da sociedade contra o crime e o perigo. Nesse percurso, a entrada das mulheres no policiamento feminino reorganiza os sentidos da memória institucional militar, antes um espaço de prerrogativa do homem. Assim, o processo discursivo funciona sob contradições das relações de classes e de gênero, mas não apaga a presença da mulher nessas instituições, que instaura o acontecimento.

Nesse cenário, a título de ilustração, apresentamos, a seguir, a captura de tela que faz menção ao decreto que instituiu, no Exército Brasileiro, a permissão para o alistamento feminino voluntário a partir de 2025. Vale ressaltar que o trecho posto em seguida, o qual denominamos sequência discursiva treze (SD13), foi capturado do site *Agência Gov*. A notícia foi publicada em 28 de agosto de 2024.

Vejamos, adiante, a sequência discursiva treze (SD13):

Figura 13 – Sequência discursiva treze (SD13)



Mulheres que completarem 18 anos em 2025 poderão, pela primeira vez, se alistar nas Forças Armadas. A iniciativa foi anunciada, nesta quarta-feira (28/8), pelo ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, em evento de celebração dos 25 anos do Ministério da Defesa, realizado em Brasília. Conforme o Decreto nº 12.154, de 27 agosto de 2024, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o alistamento feminino será de caráter voluntário.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também participou da cerimônia em comemoração aos 25 anos do Ministério da Defesa. Foram entregues medalhas da Ordem do Mérito da Defesa (OMD). Foram entregues medalhas da Ordem do Mérito da Defesa (OMD) a agentes públicos, autoridades e cidadãos que prestaram relevantes serviços ao órgão ou às Forças Armadas. O evento, no Palácio do Planalto, ainda marcou a publicação do decreto que regulamenta o alistamento militar feminino voluntário, medida inédita nas Forças Armadas. “Os anúncios aqui feitos demonstram os esforços das Forças Armadas para se modernizar e aprimorar. Cito como exemplo a abertura ainda maior para o ingresso de mulheres, reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser. Sabemos que quanto mais diversa uma instituição, mais representativa ela será”, declarou o presidente Lula durante a solenidade.

Fonte: Extraído do site da Agência Gov.⁵²

Para melhor visualização textual, apresentamos o excerto do recorte, transcrito de forma integral:

Inédito no Brasil, alistamento militar feminino terá início em 2025

Inicialmente, serão ofertadas 1.500 vagas com o início do recrutamento em 2025 e a incorporação a uma das organizações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a partir de 2026.

Mulheres que completarem 18 anos em 2025 poderão, pela primeira vez, se alistar nas Forças Armadas. A iniciativa foi anunciada, nesta quarta-feira (28/8), pelo ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, em evento de celebração dos 25 anos do Ministério da Defesa, realizado em Brasília.

⁵² Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/inedito-no-brasil-alistamento-militar-feminino-tera-inicio-em-2025>. Acesso em: 21 out. 2024.

Conforme o Decreto nº 12.154, de 27 agosto de 2024, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o alistamento feminino será de caráter voluntário.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também participou da cerimônia em comemoração aos 25 anos do Ministério da Defesa. Foram entregues medalhas da Ordem do Mérito da Defesa (OMD). Foram entregues medalhas da Ordem do Mérito da Defesa (OMD) a agentes públicos, autoridades e cidadãos que prestaram relevantes serviços ao órgão ou às Forças Armadas. O evento, no Palácio do Planalto, ainda marcou a publicação do decreto que regulamenta o alistamento militar feminino voluntário, medida inédita nas Forças Armadas. **“Os anúncios aqui feitos demonstram os esforços das Forças Armadas para se modernizar e aprimorar. Cito como exemplo a abertura ainda maior para o ingresso de mulheres, reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser. Sabemos que quanto mais diversa uma instituição, mais representativa ela será”**, declarou o presidente Lula durante a solenidade (Brasil, 2024, grifo nosso).

Destacamos alguns trechos da referida publicação, incluindo o título da notícia: **“Inédito no Brasil, alistamento militar feminino terá início em 2025”**. Nele, o significante **“inédito”** produz sentido de algo novo, uma ação nunca vista, até o momento, qual seja, a abertura para o alistamento nem obrigatório e nem voluntário de mulheres no Exército do Brasil. Dessa forma, o uso desse termo inscreve um marco histórico e, ao mesmo tempo, instaura um movimento de inclusão feminina em um espaço tradicionalmente reservado aos homens, como o das Forças Armadas.

Sob essa perspectiva, na materialidade discursiva, o **“alistamento militar feminino”** adquire um sentido de novidade, ao mesmo tempo em que inscreve as mulheres em um espaço historicamente associado ao masculino: o Exército. Essa inscrição não apenas afeta os sentidos inscritos na memória do discurso machista, mas também reorganiza o imaginário feminino sobre o lugar das mulheres nas Forças Armadas. Assim, a notícia do **alistamento militar feminino** faz trabalhar o acontecimento discursivo, pois continua a produzir perturbações no espaço da memória machista e produz efeitos de resignificação às instituições militares, pela abertura do alistamento voluntário de mulheres.

Dado o exposto, em nosso entendimento, a legislação em pauta: Decreto nº 24.548, de 12 de maio de 1955 – SD12; Decreto-lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969, assim como suas alterações efetuadas a partir do Decreto-Lei nº. 2.106, de 6 de fevereiro de 1984, em seu artigo oitavo, que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, se constitui em um acontecimento histórico, mas também em um acontecimento discursivo, pois passou a permitir o ingresso do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras.

Da mesma forma, o Decreto nº. 12.154, de 27 de agosto de 2024 – SD13, também trabalha o acontecimento, com novos efeitos, pois inaugura outras redes de discursividades e agita ainda mais as redes de memórias dos discursos machista e militarista, uma vez que, antes desse marco histórico, o alistamento feminino no Exército Brasileiro não era permitido. Assim, embora as legislações em pautas tenham sido promulgadas em momentos distintos, ressaltamos que elas representam os passos iniciais para que o acontecimento ganhasse força, como observamos no caso da SD13.

Com efeito, a presença das mulheres nas Forças Armadas desestabiliza os já-ditos sobre os lugares historicamente atribuído às mulheres, já que elas passam a fazer parte de uma estrutura que, historicamente, as excluiu. Além disso, a referência à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica reforça que essa inclusão será ampla, abrangendo todas as forças militares do país. No entanto, essa inclusão também aponta para os desafios institucionais que essas estruturas hierárquicas, dominadas por homens, terão de enfrentar para acolher as mulheres em igualdade de condições.

Na formulação **“Os anúncios aqui feitos demonstram os esforços das Forças Armadas para se modernizar e aprimorar”**, funciona a construção de um sentido de progresso e inovação institucional. Nesse ínterim, a posição-sujeito defende que a abertura do alistamento militar para o público feminino faz parte de um movimento evolutivo das Forças Armadas, reforçando o discurso de que essas instituições estão alinhadas com valores contemporâneos, como a igualdade, a inclusão e a diversidade.

Nessa perspectiva, a modernização não é vista somente como uma atualização técnica ou organizacional, mas como uma mudança que integra valores sociais progressistas, legitimando o lugar das Forças Armadas como agente de transformação dentro de uma sociedade em evolução. Com efeito, a posição-sujeito reafirma o compromisso com a representatividade e a justiça social, ao associar o aprimoramento institucional à construção de uma força militar mais plural e democrática.

Por fim, em **“reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser”**, essa posição-sujeito se filia aos sentidos do discurso da FD feminista, que defende a liberdade das mulheres de escolherem seus próprios caminhos, livres das restrições impostas por discursos machistas. Já a formulação **“Sabemos que quanto mais diversa uma instituição, mais representativa ela será”**, instaura novos implícitos à memória discursiva militarista, pois antes não havia essa preocupação com a diversidade, que se instaura pela inclusão da mulher nas Forças Armadas.

Portanto, a inclusão feminina no Exército, a partir do alistamento voluntário, evoca um espaço de memória – a memória discursiva militarista – que já começa a se reorganizar, a exemplo do que declara Pêcheux (2015a, p. 19). Dessa maneira, no discurso inscrito na SD13, o acontecimento discursivo instaura a equivocidade de sentidos no discurso militarista brasileiro, tendo em vista o recrutamento do sujeito mulher policial, ainda que voluntário. Para além disso, na mencionada SD, funciona sentido de antagonismo à FD machista, uma posição-sujeito de apoio e legitimidade ao alistamento feminino no Exército, logo, antimachista.

A seguir, analisaremos os discursos inscritos na SD14, como mostra a Figura 14.

Figura 14 – Sequência discursiva catorze (SD14)

Mulher na Marinha – Conheça os 40 anos de sua história

Por Marivaldo Barros - 8 de março de 2020 12:00

A História do Brasil é marcada pelo patriotismo e a coragem de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, em 7 de julho de 1980, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira.

Fonte: Extraído do site *Defesa em Foco*.⁵³

⁵³ Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/mulher-na-marinha-conheca-os-40-anos-de-historia/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

A SD14 é composta pela imagem ilustrativa, seguida do *lead*⁵⁴ da reportagem acerca do ingresso da mulher na Marinha do Brasil. A escolha do primeiro parágrafo se deu, não somente, porque desempenha a função de apresentar o tema principal da reportagem, mas também devido a inscrições do político, histórico e ideológico a respeito da entrada da mulher na Marinha.

A matéria foi publicada no site Defesa em Foco, como transcrito, a seguir, na íntegra:

A História do Brasil é marcada pelo **patriotismo** e a **coragem** de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra **MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA**, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, **em 7 de julho de 1980**, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira (grifos nossos).

No Brasil, como inscrito na SD14, o marco inicial da inserção das mulheres na Marinha foi em 7 de julho de 1980. Diante disso, a formulação – 7 de julho de 1980 – data de ingresso da mulher na Marinha do Brasil, assim como nas SDs doze e treze, na SD14 funciona como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, conforme Pêcheux (2015a), sendo primeiramente um acontecimento histórico, mas se configurando como acontecimento discursivo por perturbar os sentidos já ditos, segundo os quais a Marinha, até então, era um ambiente exclusivo para os homens, ao passo que, na data histórica, há a desregulação dos sentidos e reorganizam as discursividades nas FDs machista e militarista, instaurando novas maneiras de lidar com a ideologia dominante nas carreiras militares.

Ademais, a postagem digital (no ano de 2020), em um site institucional, no caso o site *Defesa em Foco*, ao rememorar os 40 anos da inserção da mulher na Marinha, produz efeitos discursivos pelo acontecimento histórico e instaura o acontecimento discursivo, com efeitos de memória de empoderamento da mulher, na rede midiática. A publicação produz a movimentação dos sentidos e das posições-sujeito, convocando novas discursividades, pois instaura novos sentidos sobre o lugar social da mulher.

Além disso, a data de publicação da postagem celebrando os quarenta anos de ingresso feminino na Marinha, na SD14, foi postada no dia 8 de março de 2020. Assim, esse marco significativo é rememorado em outra data simbólica: 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Dessa maneira, o acontecimento discursivo atualiza e rememora/comemora o fato de a mulher

⁵⁴ Primeiro parágrafo de uma reportagem.

ter sido inserida na memória das Forças Armadas, ambiente antes exclusivamente masculino, em uma data também significativa. Assim, a inscrição discursiva na SD14 “constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido pelo jogo do interdiscurso”, como explana Orlandi (2017, p. 55).

Nesse aspecto, a data de 7 de julho de 1980 instaura não somente a inauguração da presença da mulher na Marinha, mas desregula os sentidos antes estabilizados da instituição permitir apenas homens na sua corporação, instaurando, portanto, o acontecimento discursivo que se torna um ato político, “para além da ‘intenção’ declarada de seus participantes” (Orlandi, 2017, p. 55).

Sob esta perspectiva, a inclusão das mulheres na Marinha faz movimentar a memória e a questão da inclusão da mulher nesse espaço, indo além da mera intenção institucional, tornando-se um ato político. A entrada da mulher na Marinha, portanto, funciona como um gesto de resistência ideológica no espaço militar, abrindo caminhos para a ressignificação dos lugares que as mulheres podem ocupar socialmente.

Nesse aspecto, o discurso inscrito no meio digital mobiliza e afeta os sentidos sobre o lugar da mulher na sociedade, indicando avanços na visibilidade e participação das mulheres em diferentes esferas. Contudo, o discurso sobre o ingresso do sujeito mulher na Marinha ainda sofre determinações da ideologia machista. Isso se inscreve na SD14, que, embora enalteça o patriotismo e a coragem das mulheres na História do Brasil, enfatiza, em caixa-alta, que foi o Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA quem propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Esse destaque ao Almirante reforça o efeito simbólico de que a inclusão das mulheres foi algo “imposto” por uma autoridade masculina e não resultado de uma reivindicação coletiva ou da própria instituição como um todo.

Dessa forma, reforça o discurso de que a presença da mulher no espaço militar depende da legitimação de uma autoridade masculina, nesse contexto, atrelada a uma classe detentora do poder de decisões institucionais. Sobre a questão da luta de classes, para Pêcheux (2014b, p. 114) trata-se do “caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes”. Assim, mesmo diante de avanços, o reconhecimento das mulheres em espaços de poder ainda é atravessado por contradições que reafirmam a supremacia masculina, mostrando como a ideologia do discurso machista funciona para manter as estruturas hegemônicas de poder na esfera das corporações de segurança pública.

Além disso, o nome do Almirante apresentado em destaque (caixa-alta) faz funcionar o efeito de apagamento dos movimentos de luta das mulheres pelas conquistas de espaços e protagonismo sociais, criando uma impressão de dependência ou de que suas conquistas ocorreram apenas por permissão masculina. Essa ênfase produz efeito de diminuição da importância da celebração das mulheres, pois as determinações ideológicas ainda funcionam no discurso.

De acordo com Orlandi (2005), na perspectiva do sentido, o que determina as dimensões e a extensão do dizer não é a frase ou o texto em si, mas a relação com a memória. Assim, o significante em maiúsculas carrega uma memória de sentidos de hierarquização social nas relações humanas. Portanto, o nome do Almirante sobredito, grafado em caixa-alta, materializa sentidos de poder e hierarquia. Como já assinalado, o discurso machista não cessa de produzir determinações, pois a memória funciona sob um jogo de forças (Pêcheux, 2020). Todavia, a mulher está lá, e sua presença é que produz o acontecimento, pois o espaço não é somente de homens, mas também da mulher, um sujeito policial.

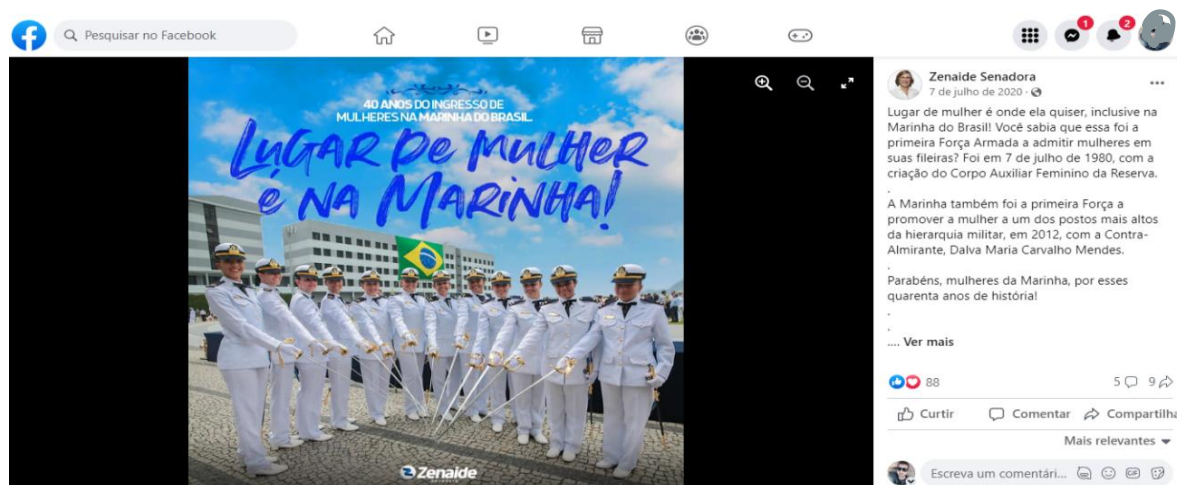
Na formulação “[...] **nascia assim o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha** [...]” irrompe o acontecimento discursivo, mesmo com grandes embates, a mulher é incluída nas instituições de segurança pública, instituindo a reconfiguração da memória dessa instituição, pela ampliação da presença da mulher nesses espaços.

Nesse aspecto, a inserção da mulher nas forças de segurança pública é gradativa, como já mencionamos e o discurso machista ainda produz determinações. Isso pode ser visto na materialidade linguística “**Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP)**”; aqui, a utilização do termo “**auxiliar**” instaura sentido de manutenção das mulheres em uma posição de subordinação, restringindo suas possibilidades de ascensão ou comando, legitimando o discurso de que sua atuação é complementar à dos homens. Ou seja, a FD militarista sofre determinações da ideologia machista sim, mas a inclusão das mulheres é um grande avanço, em termos de presença no espaço das Forças Armadas, que não é o mesmo de antes.

Dessa maneira, a inserção da mulher nessa instituição instaura o político no discurso, com a divisão de sentidos, o confronto entre o já estabilizado e a resistência. Em outras palavras, “é das contradições sócio-históricas que brota a natureza conservadora ou transformadora de todo discurso”, como elucida Silva Sobrinho (2010, p. 255). O acontecimento se dá sob embates enredados em lutas sociais e ideológicas que tensionam as fronteiras entre o conservadorismo e a transformação. Como pontua Pêcheux (2014a, p. 235), esses sentidos “dependem de um ‘exterior’ bem diferente, que é o conjunto de efeitos, na ‘esfera ideológica’, da luta de classes, nas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas”.

Vejamos, a seguir, a SD15, na Figura 15, que emergiu a partir de uma postagem publicada na data de 7 de julho de 2020, pela senadora da república Zenaide Maia, na sua conta oficial no *Facebook*. Nela, a senadora aborda sobre a inclusão do sujeito mulher na Marinha do Brasil, colocando em evidência questões relacionadas com a atuação profissional das mulheres em espaços antes ocupados apenas por homens, a exemplo das carreiras policiais e militares.

Figura 15 – Sequência discursiva quinze (SD15)



Fonte: Extraído do perfil de Zenaide Senadora no *Facebook*.⁵⁵

Na SD15, a formulação linguística “**lugar de mulher é na Marinha**” vem desregular o implícito, por meio de um jogo metafórico com o dito “**lugar de mulher é na cozinha**”, amplamente repetido no interdiscurso machista, bem como o jogo de força dos embates ideológicos entre os dois ditos instaura o acontecimento discursivo, pois ele pressupõe “a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que este dizer encerra”, explica Dela-Silva (2008, p. 4).

Dito isso, a materialidade significativa “**lugar de mulher é na Marinha**” circula nas redes sociais como um contradiscurso que confronta e afeta os sentidos do espaço militar como um ambiente masculino. Esse deslocamento de circulação, ao se instaurar nas redes sociais, atinge um público amplo, criando efeitos de desestabilizações dos pré-construídos de sentidos que limitam as mulheres a lugares tradicionalmente masculinos. O discurso inscrito nesta SD produz efeitos de resignificação dos lugares femininos, instaura sentidos de que a mulher

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2621758951399710&set=lugar-de-mulher-%C3%A9-onde-ela-quiser-inclusive-na-marinha-do-brasil-voc%C3%AA-sabia-que->. Acesso em: 13 jan. 2023.

também pertence a espaços de poder e força, como as Forças Armadas, legitimando sua presença nesses contextos de atuação profissional.

Na legenda da publicação, da SD15, há a formulação verbal “**Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha do Brasil!**”. Nela, funciona a posição-sujeito em defesa do protagonismo e autonomia das mulheres na escolha de suas ocupações profissionais em diversos espaços da sociedade. Associado a isso, o uso do sinal de pontuação exclamativo produz efeito de ênfase e de intensidade à declaração. Já a palavra “**inclusive**” exerce a função de inclusão e de adição para destacar uma das muitas possibilidades de atuação profissional das mulheres em instituições tradicionalmente masculinas, como a Marinha do Brasil.

Para além disso, a materialidade significante “**inclusive**” (SD15) também funciona como um pré-construído segundo o qual a mulher não teria lugar na Marinha. Frente a isso, a utilização desse significante denuncia uma exclusão histórica da mulher nessa instituição, posto que somente após muitos anos de lutas esse espaço se tornou acessível à mulher. Ou seja, produz sentidos de uma transformação social para as mulheres que enfrentaram desafios históricos e profissionais.

Nesse sentido, o excerto “**Lugar de mulher é na Marinha e onde ela quiser**” produz efeito de sentido discursivo de empoderamento feminino e liberdade de escolha, em defesa da igualdade e inclusão. Convém acrescentar que a ideologia patriarcal determina a ampla acessibilidade para os homens às atividades profissionais e de delimitação às mulheres, concentrando-as em atividades apenas domésticas.

Desse modo, para Sousa e Guedes (2016), a distribuição das tarefas entre os sexos, por um lado, é resultado da atribuição do cuidado do lar para as mulheres que, muitas vezes, não eram valorizadas socialmente, e, por outro lado, da produção material sempre atribuída aos homens, sendo uma função que lhes conferia poder dentro da esfera social de sua inserção. Tais sentidos são pré-construídos do interdiscurso que buscam estabilizar as determinações ideológicas do discurso machista sobre o sujeito mulher e seu lugar na sociedade.

No entanto, cabe ressaltar que “não há dominação sem resistência: princípio prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”, como postula Pêcheux (2014a, p. 281). Nesse ensejo, toda forma de dominação produz forças de resistência, uma vez que no interior da luta de classes instaura confrontos e enfrentamentos contínuos. Assim, a presença das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos, como a Marinha, pode ser vista como um gesto dessa resistência, pois ousar ocupar novos territórios se torna um gesto de contestação frente às imposições ideológicas machistas.

Pêcheux (1990, p. 17) explicita que a resistência pode funcionar de diversas formas, com distintas estratégias, a exemplo de:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras.

Assim, o funcionamento da resistência pode se dar por uma tomada de posição de rebeldia do sujeito frente à imposição da ideologia dominante. Esse posicionamento funciona com uma postura ativa de confronto e enfrentamento das estruturas de poder vigentes e dominação. Desse modo, se instauram os deslocamentos e a ruptura de sentidos.

Logo, na SD15 funciona o contradiscurso com o dito **“lugar de mulher é na Marinha”**, discursivizado no *Facebook*, com uma posição-sujeito de defesa à liberdade profissional da mulher, a exemplo das carreiras policiais e militares. Nessa direção, na SD15, podemos observar a instauração do funcionamento da metáfora discursiva, com sentidos de polissemia, visto que quando se diz que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha, desregula e perturba o discurso machista, cujos sentidos impõem a delimitação do lugar de mulher, por exemplo, a cozinha, o ambiente doméstico ou qualquer espaço atribuído à mulher.

A esse respeito, o jogo metafórico nos remete, segundo Pêcheux (2014a, p. 123, grifos do autor), como um

processo sócio-histórico que serve como fundamento da “*apresentação*” (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*.

Para o autor, a metáfora é “constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso” (Pêcheux, 2014a, p. 240). O que nos leva a afirmar, com base em Orlandi (2020a, p. 78), que “o efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”. Nessa perspectiva, o significado de uma palavra se desloca, instaurando outras relações de sentidos como observado na SD15, na formulação **“lugar de mulher é na Marinha”**. O discurso funciona, como esclarece Orlandi, nos embates entre a paráfrase e a polissemia:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. [...] Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 2020a, p. 34).

Nesse sentido, dizer que **“o lugar da mulher é na Marinha”** atualiza a memória conservadora de que há um espaço previamente designado para a mulher, historicamente, o lugar doméstico. No entanto, ao jogar com a polissemia, essa formulação se desloca para um novo sentido, subvertendo a memória machista ao afirmar que a mulher pode e deve ocupar espaços historicamente reservados aos homens, como a Marinha. Assim, as redes digitais e sociais tornam-se um espaço de circulação-confronto do acontecimento com a metaforização dos sentidos, sob as tensões da paráfrase e da polissemia (Orlandi, 2020a).

Nesse aspecto, no nosso *corpus*, as mídias digitais e redes sociais funcionam não somente como suporte para materialização e circulação de discursos, mas também como espaço de práticas discursivas que colocam em movimento os sentidos e os sujeitos. Assim, no dito **“lugar de mulher é na Marinha”**, funciona o contradiscurso, pois “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento como um eco inesgotável” (Pêcheux, 2015a, p. 20) e, desse modo, a memória e os sentidos sobre o acontecimento do ingresso do sujeito mulher nas Forças Armadas se movimentam na rede social *Facebook*.

A despeito do funcionamento do discurso nas redes, Gobatto (2022) argumenta que nossos cliques refletem os posicionamentos que adotamos em virtude da identificação com certas formações discursivas, que, por sua vez, derivam do processo de assujeitamento ideológico. No entanto, ela ressalta que nossa *timeline* permanece condicionada pelo funcionamento dos algoritmos, os quais não conseguem abarcar a diversidade de posicionamentos em disputa. Nesse ensejo, a autora acrescenta que são as relações de força nesse complexo tecno(ideo)lógico que determinam os sentidos nas redes e envolvem os sujeitos em diversas formas de assujeitamento no digital.

Tanto na SD14 quanto na SD15 há a repetição da data de inserção da mulher na Marinha. Ambas destacam o pioneirismo da instituição sobre a presença da mulher nas Forças Armadas do Brasil. Assim, tais repetições, dando ênfase à Marinha como pioneira ao admitir a mulher na instituição, desregulam as estruturas das Forças Armadas que sempre tiveram e evidenciaram homens na sua corporação.

Para iniciarmos as análises da próxima SD, apresentamos a captura de tela que faz referência ao Dia do Policial Militar Feminino, celebrado em 12 de maio. A imagem seguinte, exposta na Figura 16, composta por elementos verbais e não verbais, que chamamos de

sequência discursiva dezesseis (SD16), foi publicada no dia 12 de maio de 2020, sendo coletada diretamente da página do Facebook da *Mega FM 92.3*.

Vejamos, portanto, a SD16:

Figura 16 – Sequência discursiva dezesseis (SD16) – Dia da Policial Militar



Fonte: Extraído da página *Mega FM 92.3* no Facebook.⁵⁶

A SD16 é composta pela legenda e por algumas *hashtags* sobre o acesso da mulher a diversos espaços sociais, a exemplo da polícia, como transcrito a seguir na íntegra:

Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Polícia.
Parabéns guerreiras pelo o seu dia!!
#12demaio
#diadopolicialmilitarfeminino
#policiafeminina #pmf
#lugardemulheréondeelaquiser
#lugardemulherénapolícia

Na formulação “**Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Polícia**” materializa-se um pré-construído segundo o qual polícia não seria lugar de mulher. Assim, no significante “**inclusive**” inscreve-se uma posição-sujeito de resistência e antagonismo aos discursos

⁵⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/mega923/photos/lugar-de-mulher-%C3%A9-onde-ela-quiser-inclusive-na-pol%C3%ADciaparab%C3%A9ns-guerreiras-pelo-o/2810668875697137/?locale=es_LA&_se_imp=0PCSULu7CMsVi7Azz&paipv=0&eav=AfaQz77Z9rRT2LmMbvOkDAMPTacisE4t6aBCflH6_qhLOQJKIDcco-TVcaC4GBJ0CNQ&_rdr. Acesso em: 23 ago. 2023

machista e militarista que associam a polícia a um espaço masculino. Nesse contexto, afirmar que o lugar da mulher pode ser na polícia reivindica o direito das mulheres de ocupar espaços historicamente dominados por homens. Com efeito, na materialidade significativa “**inclusive**” instaura-se um gesto discursivo que não só contesta a exclusão feminina na esfera policial, mas também reafirma a autonomia e a capacidade das mulheres de ocuparem qualquer espaço que desejarem.

Além disso, ao destacar pontualmente a polícia, a materialidade verbal “**inclusive**” desestabiliza a memória e as formações imaginárias que associavam este campo profissional exclusivamente a homens. Dessa forma, ao ingressarem em áreas profissionais historicamente dominadas por homens, como a polícia, as mulheres desestruturam os implícitos da memória discursiva dessas instituições e reorganizam essas memórias com outras discursividades.

No trecho “**Parabéns guerreiras pelo seu dia!!**”, o significante “guerreiras” carrega uma memória de lutas das mulheres e instaura contradiscursos, pois, tradicionalmente, o termo “**guerreiro**”, no masculino, está associado ao combatente, ao herói que luta em contextos de guerra e conflito, muitas vezes, em nome de uma causa coletiva ou de honra. Desse modo, o imaginário do guerreiro masculino evoca força física, coragem diante do perigo e uma ligação histórica com o campo de batalha. Em contrapartida, quando pensamos no significante “**guerreiras**” aplicado às mulheres os sentidos são afetados e ocorre uma ressignificação, já que associa às mulheres ao campo de guerra e produz sentido de que elas enfrentam batalhas sociais, culturais e institucionais, como no caso da luta para ocupar espaços anteriormente exclusivos aos homens, como nas corporações de segurança pública brasileiras.

Na utilização da expressão “**seu dia**” funciona o efeito de sentido de comemoração ou reconhecimento de uma data especial para as mulheres, no caso, 12 de maio, dia da inauguração da presença da mulher na polícia. Nessa direção, o imaginário da mulher como guerreira destaca sua determinação para conquistar uma função que historicamente era de exclusividade masculina. Com isso, a celebração ou reconhecimento de “seu dia” reforça a importância dessa conquista histórica, simbolizada pelo 12 de maio, assim como produz sentido de preservação da memória. Ao ser comemorada na rede social *Facebook*, essa data se configura, conforme Indursky (2022) postula, como um gesto de resgate da memória, de modo a assegurar que o direito ao ingresso da mulher na polícia não seja relegado ao esquecimento. Além disso, a circulação e a movimentação desse discurso nas mídias digitais, por sua vez, transformam a celebração em um gesto de resistência.

Em contraste com o “**guerreiro**”, cujos pré-construídos se vinculam à batalha física e à liderança em conflitos militares, a “**guerreira**”, nas condições de produção de discurso

associado ao feminino, produz sentido de luta contínua por direitos e igualdade, trazendo à tona a dimensão de resistência em uma sociedade que durante muito tempo atribuiu às mulheres os lugares de subserviência. Assim, o “guerreiro” masculino e a “guerreira” feminina compartilham dos mesmos pré-construídos relacionados ao combate, porém, com derivas de sentido próprias às suas trajetórias históricas e sociais.

Esse funcionamento discursivo pode ser percebido quando se inscrevem, na SD16, celebrações a respeito da inclusão da mulher no contingente policial no dia do policial feminino – 12 de maio. Assim, com a entrada da mulher na polícia, desregula-se a memória do discurso militarista, já que era vetado o acesso das mulheres na esfera policial. Com a celebração, nas redes sociais, da data de ingresso da inclusão da mulher na polícia, “o sentido desliza e a memória esburaca-se” (Venturini, 2008, p. 26). Em virtude disso, os sentidos dos discursos machista e militarista, que funcionam em regime de aliança, são desestabilizados com a presença das mulheres na instituição policial.

Desse modo, atribuir às mulheres os atributos de “**guerreiras**” desestabiliza os imaginários de fragilidade e feminilidade, associados tradicionalmente às mulheres. Ademais, ao mencionar “**guerreiras**”, põe-se em funcionamento o efeito de sentido de coragem, determinação e enfrentamento de desafios, ao passo que faz referência ao processo de luta das mulheres para ingressarem na força policial, uma atividade profissional que, anteriormente, era permitida somente a homens. Ou seja, a formulação “**guerreiras**” vai além da esfera militar, inscrevendo-se em um sentido mais amplo ao figurar em vários espaços e desafios enfrentados pela mulher na sociedade, reiterando a liberdade de ocupação profissional feminina, já que lugar de mulher é onde ela quiser.

A *hashtag* “**#lugardemulheréondeelaquiser**” reafirma o discurso de que as mulheres têm o direito de ocupar o cargo que almejem na sociedade, seja na esfera policial, como mães, esposas, empresárias, artistas ou políticas, entre outros. A referida *hashtag* não somente destaca a liberdade de escolha dos espaços que elas possam ocupar, mas também funciona como ativismo social que defende a sua liberdade de atuação profissional e movimenta sentidos de que o lugar de mulher é onde ela escolher estar.

Além disso, a utilização de *hashtags* em plataformas de mídias sociais, muitas vezes, associa-se a movimentos de ativismo e conscientização, sendo também instrumentos da ideologia, pois podem ser usadas para qualquer ativismo, a exemplo de lutas contra os discursos machistas. No caso das *hashtags* sobreditas, elas funcionam como forma de resistência e lutas ideológicas em defesa da igualdade e empoderamento feminino.

Assim, a *hashtag* é considerada como um “elemento que pode marcar a disputa, o conflito tanto por filiações a determinados movimentos que se materializam em seu uso”, afirma Pereira (2018, p. 78). Isso acontece na *hashtag* “**#lugardemulherénapolícia**”, que pode ter seu sentido atrelado à resistência e ao ativismo social em defesa da participação das mulheres na esfera policial. Assim, é a partir desses “lugares enunciativos e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência” (Zoppi-Fontana, 2017, p. 67).

Segundo Santos (2021a), o ato de resistir no campo discursivo-ideológico está intrinsecamente relacionado com a capacidade dos sujeitos históricos de se revoltarem contra práticas de dominação que não são mais aceitas integralmente, pois as práticas de dominação, além de subjugar os sujeitos, são constantemente transformadas justamente porque há resistência, o que causa sua falha contínua. Essa falha, por sua vez, fomenta a ideologia do dominado, porém desde que haja possibilidade de ruptura, contestação, indagação e rejeição dos sentidos impostos e consolidados ao longo do tempo.

Nessa esteira discursiva, a *hashtag* “**#lugardemulherénapolícia**” funciona como um contradiscurso ao antigo ditado popular “lugar de mulher é na cozinha”, inscrito como um efeito de resistência à concepção tradicional de que o lugar da mulher é restrito ao espaço doméstico, pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro [...]”, defende Pêcheux (2015b, p. 53).

Assim, por meio da noção de paráfrase, descrita por Pêcheux (2020, p. 50) como “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória se esburaca e perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”, os sentidos inscritos na *hashtag* “**#lugardemulherénapolícia**” irrompem com o sentido do ditado popular “lugar de mulher é na cozinha”, subvertendo a ordem discursiva pré-construída e ressignificando o lugar social da mulher. Nesse aspecto, a entrada das mulheres na polícia pode ser vista como uma reconfiguração que perfura e transforma a memória discursiva, criando sentidos e interpretações a partir do que antes era sedimentado. Com efeito, a *hashtag* **#lugardemulherénapolícia** opera não somente como um *slogan*, mas também como um movimento discursivo de resistência ao machismo, bem como de transformação social.

Já no conjunto das *hashtags* “**#12de Maio #diadopolicialemilitarfeminino #policiafeminina #pmf #lugardemulheréondeelaquiser #lugardemulherénapolícia**” inscrevem-se intrinsecamente as funcionalidades técnicas de uma *hashtag*, que potencializam e compartilham uma rede de discursos em comum, fundamentada numa posição-sujeito que

reconhece e apoia o ingresso das mulheres nas carreiras militares. Com base nisso, a *hashtag* “**#lugardemulherenapolicia**” movimenta na memória sentidos de/em disputa, luta e pertencimento, ao determinar o espaço que a mulher pode fazer parte/pertencer. Compreendemos, portanto, que a *hashtag* é lugar de “disputa e pode ser símbolo de poder justamente porque é língua, circula e por ser ela mesma um modo de circulação” (Pereira, 2018, p. 78). Nessa perspectiva, as comemorações da data de ingresso da mulher na polícia nas mídias digitais rememoram toda uma trajetória de lutas históricas da mulher, como podemos verificar na formulação da *hashtag* **#diadopolicialmilitarfeminino** (SD16).

Conforme Courtine (2014, p. 239), são “nos rituais verbais da comemoração que se produz um recorte do tempo, ligando o tempo da enunciação ao domínio da memória”. Destarte, no processo de comemoração dá-se o ponto de encontro da memória com a atualidade e, desse modo, inscreve-se o acontecimento discursivo, atualiza e ressignifica a memória com os sentidos das conquistas femininas, instaurando novas discursividades e efeitos de sentido sobre o sujeito mulher, a exemplo dos efeitos de representatividade feminina em espaços historicamente ocupados por homens, consolidando o lugar da mulher na corporação de segurança pública.

Dado o exposto, a movimentação das *hashtags*, ao serem mobilizadas articuladamente, corresponde a um dos elementos do interdiscurso, isto é, a articulação que, conforme Pêcheux (2014b, p. 151, grifos do autor), “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*”. Devido a isso, o funcionamento imbricado entre o “pré-construído” (o sempre-já-aí da interpelação ideológica), ainda de acordo com Pêcheux (2014b), e a ideologia inscrita intrinsecamente, com a articulação e as condições de produção das *hashtags* analisadas, interpela ideologicamente a posição-sujeito de adesão à liberdade profissional da mulher, inclusive na esfera policial ou onde ela assim desejar.

Nesse sentido, “a *hashtag* agrega publicações nas redes, acerca de um mesmo tema e instaura uma intensa movimentação dos sentidos e de sujeitos”, argumenta Cortes (2022, p. 250). Dessa maneira, na aplicação das *hashtags* nas redes sociais, sob a ótica da AD, podemos considerar conceitos-chave como interdiscursividade, formação discursiva e posição-sujeito, pois as *hashtags* funcionam como pontos nodais que (re)articulam sentidos inscritos em distintas FDs, o que permite múltiplos sujeitos se posicionarem discursivamente em relação a um assunto em especial.

Além disso, instaura o processo de resistência aos discursos dominantes, como instaurado na *hashtag* “**#lugardemulherenapolicia**”, em que emerge um espaço discursivo no

qual os sujeitos podem se identificar e se constituir em relação a um discurso específico, promovendo a visibilidade de uma formação discursiva antagônica ao discurso machista, desafiando os já ditos tradicionais de gênero, e desestabiliza discursos hegemônicos que (de)limitavam a inclusão das mulheres ao espaço doméstico. Isso ilustra como as *hashtags* funcionam como mecanismos de articulação de discursos e sujeitos, inscrevendo constantes disputas de sentidos no espaço público digital.

E ainda, segundo Pereira (2018), a *hashtag* possui, em sua estrutura, a incorporação de um *hiperlink*, que pelo seu modo de existência possibilita um encontro com o outro, podendo, a partir do clique, estabelecer conexões com outros sentidos, dizeres e formações discursivas relacionadas a uma determinada *tag*, assim como sua produção de significados no/pelo digital. Todavia, convém ressaltar que no conjunto das *hashtags* inscrito na SD16, a ideologia instaurada nele interpela os internautas à adesão de uma posição-sujeito em apoio à atuação da mulher na carreira policial e, dessa maneira, pode instaurar a resistência ao discurso machista, bem como produz acontecimento discursivo, ao perturbar e afetar os sentidos pré-construídos sobre a mulher e a carreira policial.

Nessa perspectiva, a questão proposta por Pêcheux (2014b) sobre o funcionamento imbricado entre pré-construído e a articulação, destacamos nas *hashtags* sobreditas efeitos de sentidos relacionados ao ativismo de adesão ao ingresso feminino no contingente policial. Além disso, as *hashtags*, enquanto elementos articuladores, fornecem opções para os usuários, das redes sociais, possibilidades de ampliarem as vozes tanto individuais quanto coletivas.

Isso implica pontuar que a mobilização discursiva no espaço digital é complexa e não fixa, estando em constante movimento. Assim, a *hashtag* não pode ser compreendida apenas como meio de agrupamento de temática em comum, mas também como uma estrutura discursiva que produz sentidos em um espaço afetado pela ideologia e constituído pela opacidade da linguagem, instaurando a construção constante de significados nas condições de produção do discurso no ambiente digital.

Considerando o exposto e como mencionado neste estudo, a presença da mulher nas corporações de segurança pública no Brasil é afetada pelas questões de luta de classes (Pêcheux, 2014a), ao mesmo tempo em que abrange as tensões de gênero. Essa presença gera novas discursividades e desestabiliza as memórias que constituem os espaços historicamente marcados pelo domínio dos homens. Ou seja, a diversidade de gênero passa a funcionar no discurso militarista, com tensões e disputas de sentidos.

Convém ressaltar que pensamos as questões de gênero que atravessam este estudo de maneira discursiva. França (2018) elucida que as discussões sobre gênero pensadas

discursivamente não tratam de categorias fechadas, como trabalhadas em teorias do gênero, especialmente por Scott (1995) e Butler (1990, 1993, 1997, 2004, 2005). Aqui, neste estudo, buscamos explicar que o imaginário de fragilidade historicamente construído sobre o sujeito mulher e o imaginário do seu lugar social, já estabilizado na memória, determinam posições-sujeito favoráveis à (de)limitação do espaço da mulher na sociedade. Conforme Péron:

Esse pensamento naturalizado implica uma espécie de confirmação do sujeito mulher como a parte frágil de uma estrutura social patriarcal que oprime as mulheres pelo próprio fato de elas serem mulheres, ou seja, pelas relações de gênero historicamente construídas nessa sociedade e dela constitutivas. E isso dá lugar aos diversos tipos de violência contra a mulher” (Peron, 2016, p. 34-35).

Ou seja, é um pensamento, uma posição-sujeito naturalizada na sociedade, que reproduz sentidos já estabilizados acerca do imaginário de gênero, como também das determinações das relações de classes, que definem quais lugares pertencem aos homens e quais são destinados às mulheres. Em consonância com o pensamento de Pêcheux (2015b),

[...] Dada uma formação social-econômica resultante da combinação de vários modos de produção, com um modo de produção dominante (no caso, o modo de produção capitalista), diremos que o modo de produção capitalista reparte-distribui os agentes humanos em um número de lugares, entre os quais em particular aquele da reconstituição e da manutenção da força de trabalho. Em relação a esse lugar, diferentes posições podem ser tomadas, em função de conjunturas institucionais (Pêcheux, 2015b, p. 217).

É, portanto, o modo de produção capitalista, que reparte e distribui os lugares sociais dos agentes humanos. Logo, podemos afirmar que essa divisão e contradição de classes também afetam as relações de gênero.

Todavia, os sentidos derivam e se deslocam. Assim, consideramos a presença da mulher nas corporações de segurança como acontecimento discursivo porque institui derivas e deslocamentos na memória do discurso das corporações de segurança pública. Há desestabilizações dos sentidos atribuídos à identidade das mulheres como também das próprias instituições; essa pluralidade desestabiliza a visão androcêntrica inscrita nessas corporações, que passam a ser constituídas pela diversidade de gênero.

Ademais, notamos que a visibilidade do sujeito mulher policial nas redes sociais e digitais produz efeitos de resistência, visto que confronta as determinações do interdiscurso, regido, nessa conjuntura, sobretudo, pela ideologia machista. Nesse ínterim, “ser sujeito significa ser assujeitado, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, significa ser sujeito do

discurso, da história, de modo que práticas e normas sociais podem ser transformadas”, assevera França (2018, p. 37). Nesse panorama, consideramos que a inscrição do sujeito mulher policial nas redes digitais e sociais produz efeitos de transformação e transgressão das normas, pois desnaturaliza os sentidos do imaginário de fragilidade da mulher.

Ademais, o acontecimento discursivo irrompe um novo sujeito no discurso da segurança pública – o sujeito mulher policial – que tensiona e perturba a memória do discurso militarista e machista. A seguir, apresentamos as considerações (não) finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES (Não) FINAIS

Ao reportarmo-nos para os apontamentos iniciais deste estudo, retomamos os principais objetivos que nortearam o desenvolvimento deste trabalho, a saber, nos propomos a analisar o ingresso do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil como acontecimento discursivo e discutir os efeitos de sentido e as posições-sujeito em funcionamento na trama discursiva enredadas nas mídias digitais. Assim sendo, tomamos as mídias digitais e redes sociais como espaços de disputa por sentidos e sujeitos, afetados pela historicidade e pela ideologia.

Nessa perspectiva, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de cunho materialista, mobilizamos alguns conceitos da AD, como as noções de: sujeito, sentido, ideologia; interdiscurso, formações imaginárias, memória discursiva e acontecimento; formação discursiva, metáfora, paráfrase e polissemia; silenciamento e resistência. Ou seja, âncoras teóricas nas quais pautou-se o desenvolvimento das análises.

Nosso questionamento inicial consistiu em investigar se o ingresso do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil se configura como um acontecimento discursivo; assim, partimos de um percurso histórico em torno dos discursos já ditos sobre a mulher e seu lugar na sociedade, em especial sobre o imaginário discursivo do sujeito mulher e do seu lugar social. Os dados apontaram, desse modo, que a memória do discurso machista busca naturalizar sentidos já estabilizados acerca da mulher e dos lugares destinados a ela, como também os lugares demarcados ao homem. Assim, temos em funcionamento, na memória discursiva, uma divisão social que (de)limita e demarca o lugar tanto do homem quanto da mulher.

Conforme discutido no decorrer deste estudo, Pêcheux (2020) explica que há um jogo de forças da memória que busca estabilizar os implícitos, mas, também, sob esse jogo de forças, pode se instaurar o acontecimento discursivo que perturba a rede de sentidos já ditos, ou seja, o acontecimento pode desmanchar e desregular os implícitos vinculados a um sistema de regularização anterior.

Sob essa ótica, constatamos que a presença do sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública brasileiras configura-se, de fato, como um acontecimento discursivo, já que a mulher passou a integrar um espaço antes permitido somente a homens. Para Indursky (2008), o acontecimento discursivo está associado às questões externas à FD que lhe dá origem, inscrevendo um novo sujeito histórico. Neste estudo, mostramos que o acontecimento inscreve um novo sujeito na FD militarista, a saber, a posição-sujeito mulher policial, e a presença desse

sujeito produziu a desregulação e perturbação dos sentidos da memória do discurso militarista. Todavia, vimos que o acontecimento funciona sob tensões ideológicas, pois o discurso machista ainda produz fortes determinações no processo discursivo. Nesse ensejo, dá-se uma metaforização dos sentidos por meio da circulação-confronto de discursos nas redes sociais e digitais, com grandes embates entre a memória do discurso machista e a resistência, com o discurso antimachista.

Além disso, as formações imaginárias dos sujeitos e de seus lugares produzem efeitos determinantes no discurso, no bojo das relações de força e relações de sentidos. Nessa trama, a ideologia machista busca apagar e silenciar o sujeito mulher e impedi-la de ampliar as suas funções e o seu espaço nas corporações de segurança pública brasileiras; tais sentidos são determinados pelo interdiscurso, com os já ditos de inadequação da mulher para assumir atividades profissionais nessas instituições. Todavia, os processos de resistência a tais discursos se instauram na rede digital em defesa da ocupação feminina em espaços antes dominados por homens, como as carreiras policiais. Assim, o acontecimento é trabalhado com a atualização da memória em um confronto de sentidos nas mídias digitais, por meio de comentários, *hashtags* e publicações que inscrevem sentidos antagônicos e de resistência ao discurso machista que afeta o discurso militarista.

A título de exemplo, podemos citar algumas sequências discursivas, como a SD4, em que se estabelece um embate ideológico entre as formulações “**mulher não pode ser policial**” e “**bloqueado**”, bem como na SD5, em que o tensionamento se instaura nos movimentos dos olhos femininos na imagem, que produzem gestos de resistência ao discurso inscrito no significante da formação discursiva machista: “**polícia é coisa pra homem**”.

A circulação-confronto se inscreve em outros significantes, como “**lugar de mulher é na Marinha**”, que questiona e refuta os sentidos já ditos para a carreira militar, a qual é construída discursivamente como uma profissão perigosa, que exige força e virilidade, sendo, portanto, um espaço social incabível ao sujeito mulher. Além disso, a mulher policial passa a ocupar nas instituições militares funções como de Oficiais e Praças, além de comandar Pelotões de Infantaria, funções antes reservadas somente a homens.

Desse modo, inscrevem-se novas discursividades na FD militarista, em razão da presença do sujeito mulher policial. Com efeito, mesmo com atravessamentos do discurso machista, a inclusão da mulher no espaço das corporações de segurança pública produz o acontecimento discursivo, que desloca sentidos assentados no imaginário do sujeito mulher – restritos a questões de afetividade, delicadeza e fragilidade; mas também o acontecimento desloca sentidos das projeções imaginárias de masculinidade, força e virilidade da instituição

policial – que passa a funcionar com a diversidade no que tange a questões de gênero. Nesse sentido, a inserção da mulher no policiamento afetou os discursos construídos socialmente de força para o homem e de fraqueza para a mulher. Em outras palavras, há a construção de uma nova série de sentidos para a mulher e para as corporações de segurança pública, configurando-se, assim, como um acontecimento discursivo.

Os dados mostraram que o processo discursivo em pauta também sofre efeitos de tensões ideológicas das relações de classes que se imbricam com as questões de gênero, no enredamento dos discursos. Nessa conjuntura, as lutas travadas ao longo da história pelo reconhecimento da capacidade da mulher e pela ampliação do seu espaço prefiguram o acontecimento, como mostramos, a exemplo da resistência de Maria Felipa, Joana Angélica e Maria Quitéria.

Ademais, a discursivização da inserção da mulher nas corporações de segurança pública na rede social *Instagram* e em outros espaços digitais produz gestos de resistência às determinações ideológicas que regem a FD machista e também afetam a FD militarista. Logo, a internet e as redes sociais, a exemplo do *Instagram*, não podem ser percebidas apenas como espaço de entretenimento, mas como um lugar de movência e disputa de sentidos, de contradiscursos e de resistência. Com efeito, um espaço de funcionamento das tensões da memória e dos embates discursivos.

Assim, buscamos mostrar que a inclusão da mulher nas forças de segurança pública instaura uma posição-sujeito de resistência ao discurso da FD machista; o sujeito do discurso tem a capacidade de se movimentar, resistir e produzir a deriva de sentidos, pois a mesma rede que o prende também possui brechas que possibilitam a fuga (Cortes, 2017).

Nesse contexto, as redes digitais se destacam como um espaço importante para a inscrição do acontecimento e possibilita uma grande agitação nas redes de memórias, com a circulação-confronto de formulações discursivas, em especial na seção de comentários digitais. Nesses espaços, se inscreve uma disputa simbólica e política pela redefinição dos lugares sociais, nas relações de contradição; e o acontecimento reorganiza o espaço da memória do discurso militarista.

Ainda, ao ocupar o espaço das redes sociais e digitais, o sujeito mulher policial ganha efeito de visibilidade, pois essas redes também passam a funcionar como uma rede discursiva de resistência ao discurso machista e militarista. Dessa forma, o efeito de visibilidade das mulheres nas corporações de segurança pública ultrapassa os limites dos espaços urbanos, sendo amplificado pelas redes sociais e mídias digitais, pois essas plataformas não apenas registram e difundem suas atuações profissionais, mas também tornam possível a construção

de discursos que questionam ou reforçam as formações imaginárias construídas socialmente tanto para as mulheres quanto para as carreiras nas áreas de segurança pública. As mídias digitais são, portanto, espaços discursivos de confrontos ideológicos, que fazem circular tanto os sentidos já ditos com efeitos parafrásticos quanto os sentidos polissêmicos, pelo jogo das diferenças, da equivocidade e da resistência, pela deriva de sentidos nos furos das redes.

Acreditamos que as discussões sobre essa temática do ingresso do sujeito mulher nas corporações de segurança pública brasileiras estão longe de se encerrar nestas linhas finais. Temos de continuar sempre a questionar as evidências dos sentidos. Portanto, este estudo não representa um ponto final, mas se configura como um convite ao reverberar as provocações que a análise discursiva nos permite, questionar, duvidar, romper o efeito da transparência de sentidos. Fica, pois, um convite acerca da necessidade de “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, 2014a, p. 281).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- AGUIAR-SANTOS, Rosiene. **O funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais: memória, metáfora e efeitos-sentido**. 2020. 106f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/download/205/185>. Acesso em: 13 set. 2022.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ARAÚJO, Tatiana dos Santos. Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Segurança Pública**. São Paulo, v. 11, n. 1, 74-96, Fev./Mar. 2017.
- BATISTA, Geisa de Andrade. **A discursivização espetacularizada da política brasileira em memes: metáfora, imaginário e efeitos-sentidos**. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- BATISTA, Geisa de Andrade; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Do estável ao equívoco: o lugar da mulher no discurso dos memes. In: Seminário de Pesquisa e Estudos Linguísticos, 9, 2017, Vitória da Conquista. **Anais...**, 2017. p. 443-448. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/periodicos-uesb-br-spel/article/viewFile/7686/7511>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- BAYLEY, David. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/YnF7wwP4V9TFhxvbpXJysGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Coleção Leis do Império do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, p. 71, 15 out. 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 22 out. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz; SILVA, Wellington Barbosa da. História da Polícia no Brasil, ou, a História de um não-assunto. **Saeculum**, [S. l.], v. 27, n. 47 (jul./dez.), p. 191–202, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47 (jul./dez.).65753. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/65753>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

CALAZANS, Márcia Esteves de. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **São Paulo perspect.**, v. 18, n. 1, p. 142-150, jan.-mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/NYCNt3yvSTqTwMsVwNPRRbD/?format=pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 10, n. 2, 2005.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 1-25, 2010.

CARVALHO, Débora Sofia Lemos Pinto. **Fatal, cativa e independente: a mulher no *film noir***. 2011. 126p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, UC, 2011.

CARVALHO, Diogo Vitto de. **O que é feminismo?** São Paulo: Editora Aeroplano, 2021.

CARVALHO João Victor Silva; GALLI, Fernanda Correa Silveira. A pernambucanidade nos limites do urbano e do digital. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 285-311, jan./abr. 2023. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/56368/32002>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASTRO, Mariana Ribeiro de.; FRANCO, Raquel Andreia. Relações de gênero e poder: o caso da Polícia Militar Feminina de Minas Gerais. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 3., 2011, João Pessoa, . **Anais...** p. 1-17. Disponível em: https://www.academia.edu/12333317/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_g%C3%AAnero_e_poder_o_caso_da_Pol%C3%ADcia_Militar_Feminina_de_Minas_Gerais. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAZARIN, Ercília Ana. A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2. ed., 2005, Porto Alegre. **Anais...** p. 1-10. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/57247072/A-Heterogeneidade-Discursiva>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. 2015. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13933>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Memória em/na rede: o discurso escravocrata em imagens digitais de babás negras no Brasil. **Recorte**, Três Corações, v. 14, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/4035/2967>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. O crespo nas tramas do discurso digital: entre os fios da memória, acontecimento e equivocidade. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (Orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo**. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 461p.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Efeito-leitor e discurso fake news: a leitura triturada e a língua de vento nas/em redes digitais. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 233-262, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/56203>. Acesso em: 16 jan. 2023.

COSTA, Grciely Cristina da. **Sentidos de milícia: entre a lei o crime**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

COTTA, Sandra Margarete de Oliveira. A inserção das mulheres na Polícia Militar de Minas. **O Alferes**. Edição Especial - Belo Horizonte, 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: Edufscar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso?. Tradução de Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard *et al.* **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? *In: ACHARD, Pierre et al. (org.). **Papel da memória***. Tradução de José Horta Nunes. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 23-35.

DELA-SILVA, Silmara. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 65-83, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30018/18614>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DIAS, Cristiane. **Da corpografia**: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM–PPGL, 2008.

DIAS, Cristiane. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. *In: DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital [on-line]*. 2011, consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em: 7 jul. 2024.

DIAS, Cristiane. Museu da Língua Portuguesa – língua de acesso: “acessável” ou acessível? **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 245-256, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/15836/9610>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São José do Rio Preto, v. 44, n. 3, p. 972-980, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 3 jan. 2023.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016a. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DIAS, Cristiane. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 37, jan./jun. 2016b. p. 157-175. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.pdf#page=157>. Acesso em: 20 mai. 2023.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 198-221, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657800>. Acesso em: 14. jun. 2022.

DIAS, Cristiane. O tempo das máquinas algorítmicas de leitura. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; CARNEIRO, Thiago César da Costa (Orgs.). **Diálogos com analistas do discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

DOMBKOWITSCH, Luciana Alves. **Corpos precários**: discurso jurídico e a diferencial distribuição da precariedade na vida das mulheres trabalhadoras. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social) – Universidade Federal do Rio Grande, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.furg.br/handle/1/8151>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ENDERS, Arnelle. O “Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, 2000, p. 41-62. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2114/1253>. Acesso em: 12 out. 2024.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos de. **Maria Felipa de Oliveira**: heroína da independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teóricoanalítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da análise do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100133. Acesso em: 15 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANÇA, Glória da Ressurreição Abreu. **Gênero, raça e colonização**: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Efeitos de sentido sobre arte. *In*: ALMEIDA, João Flávio; DARÓZ, Elaine Pereira; RUIZ, Marco Antônio Almeida. (org.). **Sujeito, Língua, Sentido**: caminhos em discurso. Araraquara-SP: Letraria, 2020. p. 105-114.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Materialidades do/no digital: modos de leitura e de construção do arquivo. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; CARNEIRO, Thiago César da Costa (Orgs.). **Diálogos com analistas do discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

GALLO, Solange Maria Leda. A internet como Acontecimento. *In*: GRIGOLETTO, Evandra, DE NARDI, Fabielle, SCHONS, Carme Regina (Orgs.). **Discurso em rede**: práticas de (re)produção, movimentação de resistência e constituição de subjetividade no ciberespaço. Recife-PE: Ed. Universitária- UFPE, 2011.

GOBATTO, Lisiane Schuster. O efeito de evidência dos sentidos nos processos algorítmicos do Facebook. **Revista Investigações**, Recife, v. 35, n. 2, Dossiê: Tecnologias e mídias: discursividades e(m) disputa(s), p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>. Acesso em: 19 out. 2024.

GOMES, Nathan. “Joana Angélica ou a mártir da Independência”: história de uma pintura perdida de Firmino Monteiro. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 245–272, set. 2022. DOI: 10.20396/mo-dos.v6i3.8668832. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8668832>. Acesso em: 7 jun. 2024.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. 269f. 2005. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5322>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, Evandra.; DE NARDI, Fabiana. S.; SCHONS, Carmen R. (org.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

GRIGOLETTO, Evandra. Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. **Leitura**, Maceió, n. 69, p. 187-205, maio/ago. 2021. Dossiê Especial “Discurso, Gênero, Resistência”. ISSN 2317-9945.

GRIGOLETTO, Evandra; GALLI, Fernanda Correa Silveira. Discursividades online: o processo de (des)identificação pelas hashtags. In: IX SEAD. **Anais...** Recife: UFPE, 2019. Disponível em: https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_7504c36a0bd644fc80e6cb867289236d.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRIGOLETTO, Evandra; GALLO, Solange Maria Leda. Sujeito e memória em textualidades digitais. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 307-317. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264>. Acesso em: 14 out. 2024.

GRIGOLETTO, Evandra; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. O imaginário sobre o golpe de 2016: silenciamentos e contradições. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stokmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. (org.). **Imaginário, sujeito e representações**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 36-58. (Coleção Letras – Programa de Pós-graduação em Letras).

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas – 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HENN, Ronaldo César. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Tood. In: Anais do 22º Encontro Anual da Compós, 2013, Salvador. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2013. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2013/trabalhos/apontamentos-sobre-o-ciberacontecimento-o-caso-amanda-tood?lang=pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HENRIQUE, Guilherme. Quem foi Maria Quitéria, mulher que se vestiu de homem para lutar na Independência do Brasil. **BBC News Brasil**, São Paulo, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59953275>. Acesso em: 18 out. 2023.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-38.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. ISBN, São Paulo 2002.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos na negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 19 out. 2024.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

INDURSKY, Freda. Lula Lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020>. Acesso em: 11 ago. 2024.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e identitárias**. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, Freda. Da construção do esquecimento social aos gestos de resgate da memória. **Revista Academia.edu: Literatura e Resistência. Reler os anos de chumbo**, v. 2, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/103844837/Da_construção_do_esquecimento_social_aos_gestos_de_resgate_da_memória. Acesso em: 17 nov. 2024.

KRAMER WANDERLEY, Rita de Kássia. **Da inspiração à interpelação: o discurso fitness no Instagram**. Recife. 2020. 272 f. Tese (Doutorado em Letras) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39008/1/TESE%20Rita%20de%20K%20c3%a1ssia%20Kramer%20Wanderley.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

KUMARAVADIVELU, Bala. Linguística Aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada (In) disciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129-148.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição fílmica. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia Régia Maffi; PFEIFFER, Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: volume 3. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 23-39.

LAGAZZI, Suzy. A imagem como uma tecnologia política: o social sempre em questão. In: FARIA, Joelma Pereira de; SANTANA, Juliana de Castro.; NOGUEIRA, Luciana (Orgs.). **Linguagem, arte e o político**. Campinas: Pontes, 2020. p. 91-102.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, número especial, p. 5890-5902, jun. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8080444.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2020.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudos Sociais**, n. 56, p. 80-90, abril 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9863?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MELLO, Luciana Cavalcante Matos de; MONNERAT, Rosane Santos. A mulher militar: uma análise semiolinguística das capas da revista Verde-Oliva. In: ROSÁRIO, Ivo da Costa.; REBELLO, Ilana da Silva. (Orgs.). **Linguagem em diálogo com a sociedade**: Teorias do texto, do discurso e da tradução. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 251-266.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Tradução de Débora Ginza. São Paulo: Lafonte, 2019.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda. (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 153-162.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1380>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MITTMANN, Solange. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, Mercado de Letras, 2013. p. 233-248.

MITTMANN, Solange.; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Mulheres de barro, de memórias, de saberes e de saberes. In: FLORES, G. B. et al. (org.). **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 291-306.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, Guilherme.; MODESTO, Rogério; FERRAÇA, Mirielly; BENAYON, Flavio; ANJOS, Liliane; OSTHUES, Romulo (Orgs.). **O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 111-134.

MORALES, Blanca de Souza Viera. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 34-46.

NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **O Trabalho da Mulher: das proibições para o Direito promocional**. São Paulo: LTr Editora, 1996.

NEVES, Genivaldo Silva das. **A presença da Policial Feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia**. Dissertação (Mestrado Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

OLIVEIRA, Karla Beatriz Barbosa de. **Mulheres no ambiente público: o vestuário como forma de discurso**. 2019. 138p. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/41443>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Segmentar ou recortar?** Linguística: Questões e Controvérsias. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, n. 10).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 30, p. 27-33, Jan./Jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037/4759>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**. Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul.-dez., 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Unicamp, Campinas, SP, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web Revista Discursividade**, Campo Grande, ed. n. 9, p. 1-42, jan./mai. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 11-20.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas-SP: Pontes Editores, 2020b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-15, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310/325>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PAVEAU, Marie-anne. “**Hashtag**“, Technologies discursives. 2013. [Carnet de recherche]. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/488>. Acesso em: 10 out. 2024.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. LOURENÇO, Júlia; BARONAS, Roberto Leiser (Orgs.). Campinas – São Paulo: Ed. Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, [1982a] 1990. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 15 out. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli *et al.* (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c. p. 57-67.

PECHÊUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um objeto inanimado? Tradução de Suzi Lagazzi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b.

PÊCHEUX, Michel. **Abertura do colóquio**. Tradução de Débora Massmann. In: CONEIN, Bernard *et al.* Materialidades discursivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, 2012. DOI: 10.20396/cel. v19i0.8636823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 29 set. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 45-53.

PÊCHEUX, Michel *et al.* (Org). **Matérialités discursives**. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980 à Nanterre. Lille: Press universitaires de Lille, 1981.

PEREIRA, Aline Maria dos Santos. **BNCC, educação e silenciamento de sentidos**: entre as evidências discursivas, o estável e o equívoco nas redes. 2023. 200p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

PEREIRA, Deborah Danny da Silva. **Funcionamento discursivo das hashtags**: um olhar para a #somostodos. 2018. 82p. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1047808>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PEREIRA, Paula Souza; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Discursividades da reforma da Previdência na rede virtual: uma trama de sujeitos e de sentidos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 244-262, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/download/29255/22516>. Acesso em: 15 set. 2024.

PERON, Ana Paula. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos**: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal. 140p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/977628>. Acesso em: 16 out. 2024.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, São Paulo, SP, 2019.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é Lugar de Mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SADEK, Maria Tereza. Delegada: Doutora e Policial. In: SADEK, Maria Tereza (org.). **Delegados de Polícia**. São Paulo: Editora Sumaré, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTANA, Cremilton de Souza; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais. *In: Redis: Revista de Estudos do Discurso*, [S. l.], n. 14, p. 165-191, 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/13940>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTANA, Cremilton de Souza; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. A construção discursiva do sujeito mulher- policial em perfis do Instagram. *In: Fórum Linguístico*, v. 21, n. 1, p. 9986-9999, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/93342/56100>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTANA, Monik; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. “Ousar se revoltar”: ativismo digital e resistência de mulheres negras no Instagram. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 17, n. 36, p. 112-126, 2023 | e-ISSN 1982-291X | ISSN 2317-3475. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/40249>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SANTOS, Aretuza Pereira. **A Greve da Polícia Militar da Bahia**: disputas pelo sentido. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021a.

SANTOS, Aretuza Pereira. O agir, o ser e o fazer policial: disputas pelo sentido. *In: GALLI, F. et al. (org.). Práticas contemporâneas em análise do discurso: gestos (d)e leituras*. Recife: Ed. UFPE, 2021b. p. 427- 440. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38978/3573002/EBOOK+-+Pr%C3%A1ticas+Contempor%C3%A2neas+em+An%C3%A1lise+do+Discurso_.pdf/ca26af21-b17f-40c5-8224-1782119edf42. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Leilian França dos. **Padre Fábio de Melo discursivizado nas mídias digitais**: sob as tensões da memória, a dispersão de posições-sujeito. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

SANTOS, Maria Gonçalves dos et. al. Monografia. **A Mulher na Polícia**: Análise da Contribuição da Mulher para a Segurança Pública no Estado da Bahia. Academia da Polícia Militar. Salvador, 2003.

SARAIVA, Ernandes Herculano. **Mulher, espaço social e território**: uma discussão de gênero na Polícia Militar do Amazonas. Manaus: UEA, 2017. 165.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Análise do discurso político: semiologia e história. *In: XVI Congresso Internacional de la ALFAL*, ed. 16, Alcalá de Henares, 2011. **Anais...** p. 1687-1696. Disponível em: https://www.academia.edu/26022529/AN%C3%81LISE_DO_DISCURSO_POL%C3%8DTICO_SEMIOLOGIA_E_HIST%C3%93RIA. Acesso em: 22 abr. 2022.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Cidinha. 200 anos de independência e suas heroínas: Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra na luta pela Independência na Bahia. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 15, dez. 2022. Disponível em:

https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn15_v9_13_dez_2022.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, Livia Prata da. Maria Felipa - **uma heroína baiana**: a história ilustrada da heroína da independência do Brasil na Bahia. 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual - Design) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11057>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio A. da. Um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: SILVA, L. R.; FREITAG, M. K. (org.). **Revista Linguagem e representação discursiva outros estudos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 247- 273, 2010.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3988/1/000223516.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, May-Aug 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>

SOUZA, Pedro. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. In: RODRIGUES, Eduardo *et al.* (org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011. p. 87-106.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns Apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres**. Dourados, MS: UFGD, 2014.

TRESPACH, R. **Histórias não (ou mal) contadas**: Segunda Guerra Mundial. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

URIAS, Guilherme; ASSIS, Alice. Análise de biografias de Einstein em dois livros de divulgação científica. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2012.

VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. 235f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

WITZEL, Denise. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 03, 2014.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

WYNTER, A. E. La violencia desde una perspectiva de Género. **Rev. Enfermeras**, 2001, v. 37, n. 1-2, p. 23-6.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **Participação Feminina na Polícia Militar do Pará: buscando a Integração entre os Gêneros**. 2008. 67f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) UFPA, Belém, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Cidadãos modernos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. “Lugar de fala”: Enunciação, Subjetivação, Resistência. Seminário Internacional Fazendo Gênero (*Women's World Congress*), 11.,13., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Pós-verdade: léxico, enunciação e política. In: OLIVEIRA, Rosimar R. Rodrigues; OLIVEIRA, Sheila Elias de; RODRIGUES, Marlon Leal; KARIM, Taisir Mahmudo. (Orgs.). **Linguagem e significação: práticas sociais**. Campinas, SP: Pontes, 2018, p. 113-166. Disponível em: https://www.academia.edu/38590891/POS_VERDADE-_LEXICO_ENUNCIACAO_E_POLITICA-compactado.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.